

*Waldemar Ferreira Netto*

<http://dx.doi.org/10.4322/978-85-99829-39-4>

# Introdução à Fonologia da Língua Portuguesa

2<sup>a</sup> edição revisada

*Paulistana*  
~ Editora ~

São Paulo, 2011

Copyright by Waldemar Ferreira Netto

*Editora responsável*

Adélia Maria Mariano da Silva Ferreira

*Capa e Projeto gráfico*

William de Paula Amado

*Revisão*

Adélia Maria Mariano da S. Ferreira

Rosane de Sá Amado

## Infothes Informação e Tesouro

---

F439 Ferreira Netto, Waldemar  
Introdução à fonologia da Língua Portuguesa. 2ª. Edição Revisada. /  
Waldemar Ferreira Netto. – São Paulo: Paulistana, 2011.  
222 p.

ISBN 978-85-99829-39-4

DOI 10.4322/978-85-99829-39-4

1. Língua Portuguesa. 2. Fonologia. 3. Português. 4. Linguística.  
I. Título. II. A representação dos sons e a escrita tradicional em  
língua portuguesa. III. A produção dos sons na língua portuguesa.  
IV. Formação da fonologia da língua portuguesa. V. Agrupa-  
mento silábico. VI. Acento lexical.

CDU 801

CDD 469.8

---

### Catálogo elaborado por Wanda Lucia Schmidt – CRB-8-1922

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer processo eletrônico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópia, xerocópia ou gravação, sem a autorização prévia e escrita da Editora.

1ª edição: 2001 (Hedra)

Todos os direitos desta edição reservados à

**Paulistana**  
~ Editora ~

Editora Paulistana Ltda.

Rua Artur de Azevedo, 2.100 sala 3 Pinheiros

04504-005 São Paulo – SP

www.editorapaulistana.com.br

[2011]

# Índice

ADVERTÊNCIA À 2ª EDIÇÃO .....	7
APRESENTAÇÃO À 1ª EDIÇÃO .....	9
INTRODUÇÃO .....	13
A REPRESENTAÇÃO DOS SONS E A ESCRITA TRADICIONAL EM LÍNGUA PORTUGUESA .....	21
A ORIGEM DA ESCRITA NA LÍNGUA PORTUGUESA .....	23
A FORMAÇÃO DA ESCRITA NA LÍNGUA PORTUGUESA .....	26
O período arcaico: do Testamento de Afonso II (1214) ao Tratado de Confissom (1489) .....	28
O período moderno: do Tratado de Confissom (1489) à Ortografia Nacional (1904) .....	30
A escrita atual .....	32
PRODUÇÃO DOS SONS NA LÍNGUA PORTUGUESA .....	33
VISÃO GERAL DO APARELHO FONADOR: EXPIRAÇÃO E INSPIRAÇÃO .....	33
A PRODUÇÃO DOS SONS .....	41
Cavidade glotal .....	41
Cavidade nasal .....	46
Cavidade oral .....	48
ARTICULADORES MÓVEIS (ATIVOS) E IMÓVEIS (PASSIVOS OU ALVO) .....	50
Articuladores Móveis (Ativos) .....	50

Articuladores Imóveis (Passivos ou Alvos) .....	50
GRAUS DE ABERTURA/APROXIMAÇÃO (SAUSSURE) .....	53
Possibilidades classificatórias/taxionômicas	
dos sons da língua portuguesa .....	58
EXERCÍCIOS .....	59
<b>FORMAÇÃO DA FONOLOGIA</b>	
<b>DA LÍNGUA PORTUGUESA .....</b>	<b>63</b>
<b>AS CONSOANTES .....</b>	<b>67</b>
Sonoridade .....	67
Nasalidade .....	76
Articuladores .....	78
Abertura .....	93
Aproximantes .....	103
<b>AS VOGAIS .....</b>	<b>117</b>
Articuladores .....	118
Nasalidade .....	120
Abertura .....	125
Ditongações .....	136
EXERCÍCIOS .....	145
<b>AGRUPAMENTO SILÁBICO .....</b>	<b>149</b>
<b>A NOÇÃO BÁSICA DE SÍLABA .....</b>	<b>149</b>
Núcleo silábico .....	161
Coda silábica .....	167
Ataques silábicos .....	172
EXERCÍCIOS .....	175
<b>ACENTO LEXICAL .....</b>	<b>179</b>
<b>OBJETIVO .....</b>	<b>179</b>
<b>NOÇÃO BÁSICA DO ACENTO .....</b>	<b>179</b>
Fonética .....	180
Fonológica .....	180

PADRÃO ACENTUAL NA LÍNGUA PORTUGUESA .....	180
A formação do acento em português .....	182
Regra geral de acentuação no português .....	185
EXERCÍCIOS .....	198
GLOSSÁRIO .....	201
BIBLIOGRAFIA .....	205
RESPOSTAS DOS EXERCÍCIOS DAS PÁGINAS 59 - 61 .....	213
RESPOSTAS DOS EXERCÍCIOS DAS PÁGINAS 145 - 147 .....	214
RESPOSTAS DOS EXERCÍCIOS DAS PÁGINAS 175 - 177 .....	215
RESPOSTAS DOS EXERCÍCIOS DAS PÁGINAS 198 - 200 .....	218



# Advertência à 2ª edição

Esta segunda edição da *Introdução à Fonologia da Língua Portuguesa* corrige deslizes diversos que ocorreram na edição anterior e apresenta alguns pequenos acréscimos. Principalmente, no final no livro, estão presentes as respostas aos exercícios dados após os capítulos. De maneira geral, pouca coisa mudou. Manteve-se o caráter descritivo, seguindo aqui e ali algum princípio diferente do distribucional, que se mantém predominante em todo o texto. O tratamento introdutório, sobretudo destinado aos iniciantes dos cursos de letras e de linguística, deve atingir também aqueles que têm interesse em aprofundar algum conhecimento da língua portuguesa, para além de seu uso como língua estrangeira.



# Apresentação à 1ª edição

A fonação é a face mais visível das línguas naturais. Não admira que venha sendo ininterruptamente estudada desde a Antiguidade, seja sob seu ângulo fisiológico-acústico, seja sob o ângulo do aproveitamento de certos traços aí identificados para a construção das palavras. Duas disciplinas operam aqui: a Fonética, mais antiga, e a Fonologia, surgida dos ensinamentos de Ferdinand de Saussure, o pai da Linguística moderna.

A Fonologia logo passou a ser considerada a “pedra de toque” dos modernos estudos linguísticos. Nenhuma outra área conheceu tantas pesquisas, fundamentou tanta reflexão teórica, nem se aplicou a tantas línguas naturais.

A língua portuguesa não ficou à margem desse portentoso movimento científico. A primeira leva de fonólogos trabalhou sob a inspiração dos modelos estruturalistas já nos anos 40, devendo aqui lembrar-se Robert A. Hall Jr., David Reed e Yolanda Leite (com seu estudo sobre os fonemas segmentais da variedade paulista padrão), os artigos de Joaquim Mattoso Câmara Jr. reunidos em 1953 no clássico *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, a que se seguiram Helmut Lüdtkke, José Gonçalo Herculano de Carvalho, Brian F. Head, Jorge Morais Barbosa, Dinah I. Callou, Yonne Leite, Maria do Socorro Aragão e Geraldo Cintra. A chegada do modelo gerativista logo repercutiu nos trabalhos de Maria Helena Mira Mateus, Maria Bernadette

Marques Abaurre, Leda Bisol, Leo Wetzels, Luiz Carlos Cagliari, Gladys Massini-Cagliari, entre outros.

A Fonética investiga o correlato físico do fonema, e contou em nosso país com o pioneirismo de Franco de Sá, autor de um livro publicado no Maranhão, em 1915, seguindo-se a partir dos anos 30 e até hoje em Portugal e no Brasil as pesquisas de Rodrigo de Sá Nogueira, Antonio Houaiss, Armando de Lacerda (organizador, em Coimbra, do primeiro laboratório de Fonética, logo replicado na Bahia, graças às atividades de Néelson Rossi), Maria Eleonora Motta Maia, Dinah I. Callou, Yonne Leite, Luiz Carlos Cagliari, João Antonio de Moraes, Vanderci Aguilera, entre outros. As boas universidades brasileiras organizaram laboratórios de Fonética, alguns dos quais passaram a trabalhar em cooperação com o pessoal da computação eletrônica e da medicina legal, em projetos de reconhecimento da voz.

O autor deste livro, Dr. Waldemar Ferreira Netto, atua na Área de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, tendo sido convidado a instalar na graduação e na pós-graduação a disciplina de Fonologia. Desde os anos 40, com certo declínio a partir dos anos 70, tinha-se ensinado e pesquisado nessa Área a então denominada “Fonética Histórica”, de cunho neogramatical, situada no âmbito dos estudos sobre a história da língua. O componente fonológico aparecia como uma introdução ao curso de Morfologia, e não dispunha de estatuto próprio. Isso ocorreu a partir de 1998, na pós-graduação, e no ano seguinte, na graduação, ambos como cursos obrigatórios. Este manual, por conseguinte, resulta de um movimento de reforma da Área e representa um dos produtos mais notáveis desse processo de modernização.

O trabalho traz o essencial para a formação fonológica: a representação dos sons e a escrita tradicional em língua portuguesa, a produção dos sons na língua portuguesa, a formação da fonologia portuguesa, o agrupamento silábico e o acento

lexical. Repercutindo adequadamente os embates teóricos da atualidade, o autor deixa de lado a separação entre a perspectiva descritiva e a perspectiva histórica, englobando-as frutiferamente no capítulo terceiro. Ele inclui com o destaque que lhe é devido o problema do acento e da organização silábica. Outro ponto alto deste livro é a cuidadosa explicação sobre como são produzidos os sons vocais, deixando para trás aquelas genéricas e misteriosas “explicações” sobre o pulmão como um fole, a glote como a palheta, e a boca e as fossas nasais como uma espécie de alto-falante... Gráficos muito felizes e uma explicação clara aposentam de vez a assimilação do falante a um misto de órgão de igreja casado com um trombone -de-vara!

Estendendo através deste manual seu magistério para além das fronteiras da USP, o Dr. Waldemar Ferreira Netto dá uma importante contribuição ao ensino da Fonologia Portuguesa, atuando numa área indispensável à formação do professor e do pesquisador dessa língua. Uma das características mais salientes de seu trabalho é a preocupação antropológica que ressalta destas páginas, pois o autor é igualmente um incansável das línguas indígenas brasileiras. O resultado prático disto, que muito beneficiará os leitores, é certo “desencapsulamento” da Fonologia que, liberta de um tecnicismo prematuro para um manual, mostra-se em toda a sua naturalidade como componente crucial do desempenho linguístico. Afinal, quando falamos, emparelhamos *produções vocais* organizadas em padrões recorrentes (Fonologia, Gramática) com *significados* contidos nas palavras e manipulados nos atos de fala (Semântica). Este livro prepara competentemente o estudioso da língua numa das vertentes cruciais do ato de falar e de seu ato correlato de escrever.

Ataliba Teixeira de Castilho

Professor Titular de Filologia e Língua Portuguesa da  
Universidade de São Paulo e Presidente da Associação  
de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL)



# Introdução

Uma das mais óbvias características das línguas humanas é o fato de podermos afirmar que são produções sonoras vocais do ser humano. Ainda que possa haver correlatos, como a escrita ou a língua gestual, essas produções, perfeitamente exequíveis, não são comuns a todos os povos do mundo. Portanto, é possível postular que as línguas apresentam-se *in natura* por sons resultantes de movimentos vocais. Entretanto, nem todos os sons que se produzem com a boca são necessariamente linguísticos. Como se deve considerar a tosse coletiva produzida nos intervalos da apresentação de uma orquestra num ambiente formal? Em que diferem o choro de fome de um recém-nascido e um pedido de comida de uma criança um pouco mais velha? Embora sejam produções vocais significativas, mesmo que seus significados sejam algumas vezes difíceis de se depreender — considere-se a diferença entre a tosse nos intervalos de orquestra e o pedido de comida de uma criança de três anos —, há que se fazer uma distinção entre a produção sonora vocal que se insere num conjunto de fatos linguísticos e aquelas que não o fazem.

Uma das características que se postula para as línguas é a de que suas unidades permitem agrupar-se em unidades maiores que, por sua vez, agrupam-se em outras unidades, formando várias camadas de unidades agrupadas. Essa característica permite-nos eliminar diversas produções vocais, como o choro, a tosse, os gritos de dor, etc., na medida em que tais produ-

ções não se permitem agrupar em unidades maiores. Pode-se pensar, portanto, que, embora a língua se caracterize por ser uma produção vocal, essa não é uma exclusividade sua. Sons significativos são produzidos incessantemente durante um ato de comunicação: quando titubeamos, por não nos lembrarmos de uma palavra, por exemplo, é comum produzirmos algum ruído que demonstra isso. Tais ruídos são significativos, mas não se articulam formando palavras ou frases: um ruído dessa natureza não pode ser objeto direto, sujeito, radical, flexão verbal, etc.

O objeto da fonologia é a produção sonora vocal, isto é, ruídos vocais significativos, que podem agrupar-se com outros ruídos vocais igualmente significativos e, conseqüentemente, formar unidades significativas maiores. Uma produção vocal como “ã” será objeto da fonologia quando ocorrer em *maçã*, *manhã*, mas não o será quando ocorrer, por exemplo, numa conversa ao telefone, se queremos apenas manifestar: “pode falar que estou ouvindo”. No primeiro caso, “ã” articula-se com outros sons formando sílaba: “çã” ou “nhã”, formando palavras “maçã”, “manhã”; no segundo caso o mesmo som não se articula com outros, apenas ocorre isoladamente.

Está claro, entretanto, que se trata de um limite nebuloso, pois, também ao telefone produzimos sons vocais como “sei”, “é”, “tá”, dentre vários outros com significação semelhante à de “ã”. Pensemos em variações maiores, como um muxoxo, comumente transcrito “hum”, também com significado semelhante ao de “ã”, ou ainda alguns estalidos, costumeiramente transcritos “nt, nt”, para indicar reprovação. O próprio “ã”, a que nos referimos, é comumente transcrito “ahn”. Apesar de essas produções vocais fazerem parte de um conjunto padronizado de usos pelos falantes da língua, elas não compõem unidades maiores entre si: \**Ahn nt, nt hum.*; ou com qualquer outra sequência ou combinação, pois isso as torna irreconhecíveis e não significativas.

Embora estejamos assumindo o princípio estabelecido por Clements (1992, p. 192) de que a fonologia é um sistema de organização cognitiva que envolve unidades abstratas e discretas, nas quais a forma linguística é codificada, é nosso propósito apresentar, especialmente, a descrição da fonologia da língua portuguesa. Se algumas vezes fugirmos desse propósito, será quando considerarmos que tais modelos ainda não estão suficientemente desenvolvidos para uma adequada descrição da língua. É o caso, por exemplo, dos modelos que procuram estabelecer critérios universais para a análise do acento. Trata-se, pois, de uma discussão em andamento, cujos resultados não oferecem ainda um instrumental seguro para a descrição desse aspecto da língua portuguesa. Apesar de não explicitarmos, perpassa por todas as explicações uma postura cognitivista que entende que os ganhos teóricos dos modelos estruturalista e funcionalista devem ser devidamente compreendidos e adequados às novas abordagens.

Assim, usamos a expressão “língua portuguesa”, entendendo que ela não se reporta a um único sistema usado por todos os falantes. Há diversas variações regionais, historicamente reconhecidas pelos falantes, o que nos permite tratá-las como dialetos do Português, que consideramos uma unidade supra-regional, social e historicamente construída, que atua como um diacrítico cultural, vinculando nações em diversas partes do mundo. É comum, entretanto, distinguir-se o Português Brasileiro (PB) do Português Europeu (PE), o que, de certa maneira, obscurece dialetos minoritários que ocorrem aquém e além do Atlântico. Dessa maneira, não faremos tal distinção, mas tomaremos dialetos, cujas descrições estejam disponíveis, entendendo que uma unidade linguística supra-regional, composta por grande variedade dialetal não necessita configurar-se de forma homogênea, inclusive no mesmo falante. A variação histórica, por sua vez, será tomada para justificar fatos linguísticos descritos sincrô-

camente ou ainda para oferecer subsídios para explicações de fenômenos que a análise sincrônica não alcança. Desse ponto de vista, a história das línguas originadas do Latim Vulgar tem uma documentação capaz de cobrir vários períodos e aspectos de suas mudanças que não encontra semelhança em nenhum outro grupo de línguas do mundo.

É importante frisar que estamos falando em produção vocal sonora, ainda que estejamos dando exemplos escritos. Senão muito grosseiramente, não há como representar sons num livro como este — mas, talvez, fosse possível num equipamento multimídia. A fala e a escrita são manifestações linguísticas correlatas mas não idênticas: a escrita não representa a fala. Daí, ser conveniente tratarmos separadamente cada uma dessas manifestações.

Por se tratar de produção vocal sonora, estaremos diante de pontos de vista que envolvem tanto a materialidade do sistema, isto é, articulações específicas do trato vocal que se permitem descrever detalhadamente, quanto *a organização cognitiva de unidades abstratas*, isto é, o reconhecimento, a seleção e a organização, que os falantes fazem de aspectos específicos das articulações do trato vocal. Não se pode esperar que haja correspondência estrita entre ambas as interpretações, isto é, variações entre articulações do trato vocal podem, ou não, ser reconhecidas pelos falantes da língua. É necessário verificar o que tais variações implicam na consciência dos falantes. Podem ser especialmente linguísticas, como no caso das variações que estabelecem diferenças entre palavras, ou podem ser especialmente sociais, como no caso daquelas que estabelecem diferenças entre grupos de falantes do Português. Se no primeiro caso será bastante a oposição de sentido, no segundo caso a evidência mais facilmente perceptível será a estigmatização de alguns dialetos ou idioletos. Para essas variações, estaremos tomando a posição proposta pela antropologia para a caracterização de grupos étnicos.

Barth (1969, p. 194 da tradução) propõe que as características étnicas que são levadas em consideração para o estabelecimento da identidade étnica própria e alheia não são a soma das diferenças “objetivas”, passíveis de serem descritas e arroladas, mas somente aquelas que os próprios atores consideram significantes: alguns traços culturais são utilizados pelos atores como sinais e emblemas de diferenças, outros são ignorados, e, em alguns relacionamentos, diferenças radicais são minimizadas e negadas. Não há como se prever quais traços serão realçados e tornados relevantes para o estabelecimento das fronteiras entre grupos, bem como não há como prever o alcance dessas diferenças, que podem permear toda a vida social, ou podem ser relevantes para apenas setores limitados. A aplicação para a linguística da proposta de Barth mostra-se bastante eficaz quanto à distinção de aspectos regionais no uso da língua portuguesa, quando é possível notar que variações linguísticas estabelecem distinções entre grupos, claramente manifestas no preconceito linguístico, ainda que sejam realçados traços fonológicos extremamente sutis. Retomando, mais uma vez, considerações da antropologia, é conveniente lembrar que Levi-Strauss, ao descrever o etnocentrismo, já chamara a atenção para o fato de que a noção de humanidade, englobando, sem distinção de raça ou civilização, todas as formas da espécie humana, é muito recente e de expansão limitada:

a humanidade cessa nas fronteiras da tribo, do grupo linguístico, às vezes mesmo da aldeia; a tal ponto, que um grande número de populações ditas primitivas se autodesignam com um nome que significa “os homens” (ou às vezes — digamo-lo com mais discricção? — os “bons”, os “excelentes”, os “completos”), implicando assim que as outras tribos, grupos ou aldeias não participam

das virtudes ou mesmo da natureza humana (...).  
(1976, p. 334 da tradução)

A relação que se estabelece entre dialetos ou idioletos não é muito diferente daquela que vai descrita por Levi-Strauss (1952, o original) e Barth (1969, o original) para grupos étnicos. A estigmatização de formas da língua bem como a proposição de um falar ideal “sem sotaque” são fatos que se desenvolveram historicamente em virtude de questões sociais complexas que não serão abordadas neste trabalho. Entretanto, elas apontam para o reconhecimento de diferenças linguísticas que são relevantes para os atores envolvidos no uso da língua portuguesa. Assim teremos que postular que as oposições que nos permitem estabelecer diferenças fonológicas do sistema, que envolvem unidades abstratas e discretas, são significativas tanto por distinguirem palavras quanto por distinguirem grupos sociais, na medida em que, em ambos os casos, os falantes reconhecem diferenças em sua própria língua.

Por outro lado, apesar de estarmos tratando de produção vocal sonora, gerada por características cognitivas peculiares do ser humano, temos de considerar a língua como um fenômeno também condicionado pela sua própria história. Dessa maneira, não há como pretender uma homogeneidade no sistema, à semelhança do que podemos encontrar na matemática. Tais como quaisquer diacríticos culturais, fatos linguísticos transitam entre fronteiras, promovendo mudanças que nem sempre são acompanhadas de acomodações ao sistema estabelecido cognitivamente pelo grupo de falantes. É possível verificar diversas incongruências entre fatos que se estabeleceram historicamente e aqueles que ocorrem na atualidade. Qualquer que seja a solução encontrada pelo grupo de falantes, isto é, adequar os novos fatos ao seu sistema linguístico ou adequar o seu sistema aos novos fatos, isso não ocorre prontamente, podendo demorar

anos ou séculos até que se note alguma diferença, sobretudo no que diz respeito às mudanças no sistema, pois serão mudanças de natureza cognitiva que podemos analisar apenas a partir do momento em que tais mudanças se manifestem no uso da língua.

Embora a expectativa de todos seja a de que os fenômenos cognitivos venham a ser devidamente descritos e explicados desde um ponto de vista do funcionamento do cérebro e de seus neurônios, eles ainda são construções teóricas baseadas em hipóteses bastante bem justificadas, mas ainda hipóteses. Dessa maneira, consideramos que ainda é precoce decidir que fatos fonológicos sejam agramaticais — se for possível falar em agramaticalidade para a fonologia—, assim, optamos apenas por marcar se determinado fato ocorre ou não na língua portuguesa. Consideramos, portanto, que a inexistência de um fenômeno não implica sua impossibilidade de que venha a se manifestar. As restrições apenas decorrem de impossibilidades articulatórias, isto é, a língua é um instrumento para ser utilizado pelos órgãos do chamado aparelho fonador, logo deve estar adaptada a eles e não o inverso. Da mesma maneira que não há um piano cujo teclado esteja sempre pelas costas do instrumentista, não há uma língua que exija um movimento para fazer a ponta da língua encostar-se na faringe. Desse fato resulta que o uso que faremos do asterisco reporta-se apenas ao fato de que se trata de uma forma construída e possível, mas que não se encontra atestada na documentação que pesquisamos ou que outros pesquisaram para a língua portuguesa.

No primeiro capítulo — *A representação dos sons e a escrita tradicional em língua portuguesa* —, trataremos da escrita da língua portuguesa do ponto de vista de sua formação. Veremos que a independência da escrita em relação à da fala da língua portuguesa é apenas parcial e tem sua origem nas concepções latinas de linguagem. No segundo capítulo — *A produção dos sons na língua portuguesa* —, trataremos da produção sonora

vocal especialmente da língua portuguesa, do ponto de vista de sua articulação vocal. Aspectos acústicos dos sons da fala serão apenas referidos quando estritamente necessários, sem maiores detalhes.<sup>1</sup> No terceiro capítulo — *Formação da fonologia da língua portuguesa* —, trataremos da história das produções sonoras vocais bem como das relações que se estabeleceram entre cada uma das possibilidades articulatórias, tendo em vista suas combinações para formarem unidades maiores.

Será uma abordagem tanto histórica, quanto descritiva dessas relações. No entanto, há que se considerar a ideia de Bloch (1987, p. 42), quando afirma que *a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja mais útil esforçarmo-nos por compreender o passado se nada sabemos do presente*, e inverter a história, compreendendo primeiro seus resultados para, depois, apurar as causas. No quarto capítulo — *Agrupamento silábico* —, passaremos a considerar a formação de unidades fonológicas da língua portuguesa que se compõem de unidades menores, também dos pontos de vista descritivo e histórico. No quinto capítulo — *Acento lexical* —, trataremos de aspectos prosódicos, característicos de unidades fonológicas ainda maiores do que a sílaba, isto é, a palavra, os quais, apesar de sua natureza diferenciada, igualmente se articulam para formar outras unidades.

---

1 Para maiores informações sobre a análise acústica dos sons da fala, recomendamos a leitura dos manuais: Martins, M. R.D. (1988). *Ouvir Falar. Introdução à Fonética do Português*. Lisboa, Caminho. Maia, E.M.M. (1985). *No Reino da Fala: a linguagem e seus sons*. São Paulo, Ática. E os clássicos Fant, G. (1970). *Acoustic Theory of Speech Production*. The Hague/Paris, Mouton. Ladefoged, P. (1982). *A Course in Phonetics*. New York, Harcourt Brace Jovanovich.

# A representação dos sons e a escrita tradicional em língua portuguesa

Embora, atualmente, a escrita seja um fato comum entre todos os povos que compreendem as nações de língua portuguesa, bem como de diversas outras nações, é um fato notável que nem todos os povos optaram por desenvolver uma forma de documentação linguística semelhante. Se no ocidente, a escrita perpassa por uma tradição de vários milênios, suplantando o desaparecimento de várias línguas, bem como o desenvolvimento de outras delas, não se pode dizer o mesmo de seus processos de apropriação pelos povos. A língua portuguesa não se distingue das demais desse ponto de vista.

Privilégio de poucos, no período arcaico da língua portuguesa, a partir do século XVI, a escrita do Português expande-se como se expandiu o próprio império, ainda que nas margens desse império, as populações tenham tido e ainda tenham, pouco contato com ela. Mas é interessante lembrar que a nação portuguesa formou-se não somente com as conquistas territoriais, mas também com a definição de suas próprias características culturais.

Anderson (1989, p. 52) propõe que *o que tornou imagináveis as novas comunidades foi uma interação semifortuita, mas explosiva, entre um sistema de produção e de relações produtivas*

*(capitalismo), uma tecnologia de comunicações (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística do homem.*

Trata-se, pois, do estabelecimento dos diacríticos culturais propostos por Barth frente aos povos fronteiriços dos quais Portugal teria de diferenciar-se. Dentre as várias bandeiras, a própria diversidade linguística oferecia-se como um elemento especialmente distintivo e impunha a necessidade de uma divulgação de formas nacionalmente padronizadas. É justamente nesse aspecto que a escrita assume o papel que desempenharia durante os séculos seguintes. Mas, se a escrita, por si só, não tinha esse alcance, seria necessário reproduzi-la pela nova tecnologia que recém despontava: a imprensa.

As línguas impressas, segundo ele, lançaram as bases para a consciência nacional de três modos diferentes:

- i) a criação de campos unificados de intercâmbio e comunicação abaixo do Latim e acima das línguas vulgares;
- ii) a atribuição, pelo capitalismo, de uma nova fixidez à língua, que, a longo prazo, ajudou a construir aquela imagem de antiguidade, tão essencial à ideia subjetiva de nação e
- iii) a criação de línguas-de-poder, na medida em que determinados dialetos estavam inevitavelmente “mais próximos” de cada língua impressa e dominavam suas formas finais; provocando a perda de prestígio de suas parentes mais próximas. (Anderson, 1989, p. 54)

As três bases propostas por Anderson (1989) pressupõem uma escrita estabelecida para a língua portuguesa. As primeiras normatizações vão ocorrer somente no século XVI, com Fernão de Oliveira, João de Barros e Duarte Nunes de Leão, entretanto a escrita de textos latinos em Portugal já é documentada no século VIII (Santos, 1994, p. 80), e a de textos em língua portuguesa no século XIII (Gonçalves, 1992, p. 37).

A escrita em língua portuguesa aparece, pois, num ambiente em que as grafias existentes reportavam-se apenas a outras línguas, particularmente o Latim. E, como afirma Gonçalves (1992, p. 37) era o Latim, a única língua com pergaminhos de antiguidade, nobreza e excelência, em que os escribas ou os copistas vão procurar soluções gráficas, apesar das realidades fônicas mais recentes serem desconhecidas da língua latina.

Para compreender a escrita da língua portuguesa, é fundamental, portanto, que compreendamos os princípios que regiam a escrita latina.

### ***A origem da escrita na língua portuguesa***

Fortemente influenciados pelos gregos, os romanos concebiam as letras (*litterae*) como elementos que se podiam considerar sob três aspectos: nome, figura e valor (*nomen, figura e potestas*).<sup>2</sup> O nome das letras, segundo Desbordes (1995), visavam a uma identificação com os seus valores. Dessa maneira, o nome A identificava a letra “a” com o som [a], tal como ocorre em nosso alfabeto. Essa identificação, se bastante simples para as vogais, não se dava, entretanto, com todas as letras em virtude de seu valor. Assim, pospunha-se um som vocálico [e] às consoantes. É bastante esclarecedora a passagem de Terentianus Maurus citada por Desbordes: “*Quando quero dizer B, C, D, G, se retiro o E que lhes daria sonoridade, os lábios permanecerão selados, e a língua presa*”. Essa não era a solução para todas as letras. Em relação ao valor, algumas letras eram tomadas como semivogais, pois se permitiam pronunciar independentemente do apoio de alguma vogal. Entretanto recebiam a anteposição do mesmo [e]. Varrão deixa isso muito claro “*as semivogais podem ser emitidas isoladamente, quer dizer, de tal maneira que não têm necessidade do auxílio de nenhuma vogal para formar seus*

2 Desbordes 1995: Capítulo VIII. Littera, Elementum. p. 101-19.

*nomes: F, L, M, N, R, S, X. Mas de acordo com a métrica latina e a teoria dos ajustes [structurae] formam seus nomes colocando-se na sequência de uma vogal EF, EL, EM, EN, ER, ES, EX”.*<sup>3</sup>

Essa concepção tripartida era um fato intrínseco das letras, de tal maneira que ao se reportar à figura, tomava-se-lhe também o nome e o valor correspondentes, fazendo o mesmo com o som e o valor. A escrita e a leitura eram, portanto, uma decorrência natural do uso das letras: qualquer texto escrito estava intimamente associado ao “texto sonoro” correspondente. Se o alfabeto era o conjunto das letras, era também o conjunto de figuras, nomes e sons que se associavam a cada uma delas.

Uma das hipóteses para a escrita latina é a de que ela tenha vindo do Grego por intermédio dos etruscos, de cujo alfabeto não se tem muito informação. Entretanto, os próprios romanos assumiam que seu alfabeto era originado do alfabeto grego. Conforme se pode ver abaixo, a correspondência entre figura e valor ocorre de forma bastante notável apenas entre as letras A, B, E, I, M, N e O; nos demais casos, houve uma reinterpretação.

Alfabeto Grego			Alfabeto Latino			
	figura	valor	nome	figura	valor	nome
1)	A	ǎ ā	<i>alfa</i>	A	ǎ ā	<i>a</i>
2)	B	b	<i>beta</i>	B	b	<i>be</i>
3)	Γ	g	<i>gama</i>	C	k	<i>que</i>
4)	Δ	d	<i>delta</i>	D	d	<i>de</i>
5)	E	ě	<i>epsilon</i>	E	ě ē	<i>e</i>
6)	(F	w	<i>wau)</i>	F	f	<i>ef</i>
7)	Z	d	<i>dzeta</i>	G	g	<i>gue</i>
8)	H	ǣ	<i>eta</i>	H	...	<i>ha</i>
9)	Θ	t <sup>h</sup>	<i>teta</i>	...	...	...
10)	I	ǐ ĭ	<i>iota</i>	I	ǐ ĭ	<i>i</i>
11)	K	k	<i>capa</i>	...	...	<i>ka</i>

<sup>3</sup> Apud Desbordes, op. cit., p. 108.

12)	Λ	λ	<i>lambda</i>	L	l	<i>el</i>
13)	M	m	<i>mi</i>	m	m	<i>em</i>
14)	N	n	<i>ni</i>	n	m	<i>en</i>
15)	Ξ	ξ	<i>ksi</i>	...	...	...
16)	O	ō	<i>ômicron</i>	o	ō 5	<i>o</i>
17)	Π	p	<i>pi</i>	p	p	<i>pe</i>
18)	(Q		<i>koppa</i> )	q	k <sup>w</sup>	<i>cu</i>
19)	P	r	<i>rô</i>	r	r	<i>er</i>
20)	Σ	s	<i>sigma</i>	s	s	<i>es</i>
21)	T	t	<i>tau</i>	t	t	<i>te</i>
22)	Υ	ÿ ÿ	<i>epsilon</i>	v	ÿ ÿ	<i>u</i>
23)	Φ	p <sup>h</sup>	<i>fi</i>	...	...	...
24)	X	k <sup>h</sup>	<i>qui</i>	x	ξ	<i>ix</i>
25)	Ψ	ψ	<i>psi</i>	...	...	...
26)	Ω	ō	<i>ômega</i>	...	...	...

O interessante nessa adequação do alfabeto grego ao latim é justamente os pontos em que não há uma passagem direta, isto é, as letras não se correspondem no seu conjunto:

— a letra grega de número (4), [ D d *delta* ], por exemplo, equivale à letra latina de mesmo número, [ D d *de* ], com aproveitamento de valor e do nome, mas com transformação de figura;

— a letra grega de número (12) [ Λ l *lambda* ] equivale à letra latina de mesmo número, [ L l *el* ], com aproveitamento apenas de valor, mas com transformação de figura e de nome;

— a letra grega de número (21) [ T t *tau* ], equivale à letra latina de mesmo número, [ T t *te* ], com aproveitamento de figura e de valor;

— a letra grega de número (24) [ X k<sup>h</sup> *qui* ], equivale à letra latina de mesmo número, [ X ξ *ix* ], com aproveitamento apenas de figura.

Será essa concepção tripartida de letra que os portugueses iriam herdar.

### ***A formação da escrita na língua portuguesa***

Na formação da língua portuguesa, originou-se um conjunto de sons que não pertenciam a nenhuma das letras latinas: [v z ʃ ʒ ɲ λ]. A solução encontrada vai ser a criação de dígrafos (LH = λ, NH = ɲ, CH = ʃ), a transformação da figura das letras latinas (Ç = s, V = v) ou o aproveitamento da figura (Z = z), ou simplesmente a desconsideração da caracterização das letras (C = s, C = k; G = g, G = ʒ). Entretanto, esse procedimento pressupõe a reformulação completa no conjunto das letras do alfabeto latino, bem como todo o conjunto de reflexões teóricas sobre o alfabeto.

Se cada letra possui um som, um nome e uma figura, como interpretar os dígrafos, em que há duas figuras, portanto duas letras, e apenas um som, portanto uma letra?

Se cada letra possui um som, um nome, uma figura, como interpretar os sons [s] e [k], cada qual reportando-se a uma letra, portanto duas letras, se são irmanados pela mesma figura C?

Tais concepções perdem-se na consciência do falante alfabetizado se o vínculo cultural dos portugueses com os latinos não se mantém amiúde. Assim, se *vizinho* advém de *vicinu*, ou *noite* advém de *nocte*, mas isso é desconhecido, ou simplesmente desconsiderado, os falantes alfabetizados não têm qualquer razão para questionar a concepção de letra, caracterizada por nome, figura e valor. Apenas precisam, eles mesmos, aproveitar as partes que lhe interessam desse conjunto. Se a um som específico da língua portuguesa há similitude com um valor específico da língua latina, aproveita-se-lhe a figura e se estabelece uma nova letra, que possui similitude apenas com a valor e a figura da letra latina, se convém aproveitar o nome, aproveita-se-lhe também,

mas não se trata da mesma letra. Nesse caso, ter-se-ia uma escrita, cujas letras — o que inclui nome, figura e valor — estariam muito mais próximas das características da fonologia da língua portuguesa do que da latina.

Entretanto, apesar de o vínculo cultural dos portugueses com os latinos se manter em muitas situações, isso nem sempre não ocorre. Se *vizinho* advém de *vicinu*, ou *noite* advém de *nocte*, e isso e isso é conhecido dos falantes alfabetizados, ter-se-á que considerar o étimo nas formas a que tiverem acesso. Assim, de *vicino* se fará *vicinal*, de *nocte* se fará *noctívago*, e se evitará *\*vizinhal* ou *\*vizinheira* e se deixará *noiteiro* para outros fins, apenas populares pois *\*vizinhal* *\*vizinheira*, *\*noiteiro* têm a sua origem extremamente distanciada da suposta grandeza cultural a que se vincula a língua portuguesa. Ou ainda, algumas retenções gráficas como em *bocca*, *óptica*, *fructo*, *philosophia*, *elle*, *orthographia*..., porque em Latim escrevia-se *bucca*, *optica*, *fructus*, *philosophia*, *ille*, *orthographia*. Nesse caso, ter-se-ia uma escrita cujas letras, o que inclui nome, figura e valor estariam muito mais próximas das características fonológicas da língua latina do que da própria língua portuguesa.

Qualquer que tenha sido a solução encontrada ao longo dos setecentos anos de escrita da língua portuguesa, pode-se estabelecer três grandes momentos para a sua formação:

- *o período arcaico*, ou fonético, a partir de 1214;
- *o período moderno*, etimológico ou pseudo-etimológico, a partir de 1489 e
- *o período atual*, a partir de 1904.

Evidentemente as datas propostas apenas sugerem as franjas de passagem de um período a outro.

O início do período arcaico, ou fonético, vai aí marcado pela data do primeiro documento conhecido escrito em língua portuguesa, o *Testamento de Afonso II*, o período pseudo-etimo-

lógico, pela data do primeiro documento impresso em língua portuguesa, o *Tratado de Confissom*, e o período atual, pela data de publicação da *Ortografia Nacional*.

### **O período arcaico: do Testamento de Afonso II (1214) ao Tratado de Confissom (1489)**

É no período arcaico da língua portuguesa que sua escrita inicia a configurar-se de acordo com suas características particulares. Trata-se de um momento em que várias alternativas de construção de escrita são testadas. Não se trata, é claro, de um procedimento sistemático de testes, em que todos os resultados são avaliados e discutidos sistematicamente, mas de um processo que ocorreu no curso de vários séculos.

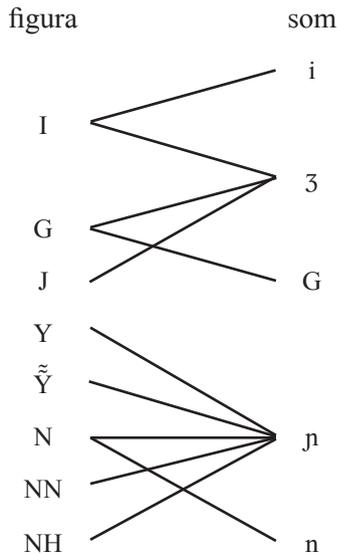
É costumeiro chamar à escrita desse período de *fonética*, entretanto não se vá tomar disso que se procurou simplesmente transcrever a fala. Buesco (1981, p. 44) comenta que foi durante esse período que as soluções que se estabeleceriam no período moderno foram encontradas e que o sistema fonológico da língua portuguesa foi submetido a uma análise que passa por tentativas, experiências e hesitações. Cagliari (1994, p. 104) lembra que *as pessoas precisam fazer hipótese sobre a escrita das palavras, baseando-se em conhecimentos que têm sobre a escrita*.

Pode-se pensar que esse período foi, sobretudo, analítico, tanto do ponto de vista da escrita quanto do ponto de vista da língua portuguesa. Ora, os falantes não pensam rotineiramente sobre sua própria língua, eles apenas a usam. É oportuno lembrar que Bakhtin (1981, p. 95) chamou a atenção para o fato de que o falante não tem consciência da materialidade do sistema. A língua materna é formada só de ideias, só de emoções, pois, segundo ele *não são palavras que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis*. Poderíamos acrescentar à proposta de Bakhtin que fonemas ou sons

tampouco fazem parte desse conjunto de coisas que queremos ouvir. A consciência da materialidade do sistema seria, a propósito, um ruído forte na comunicação que a impediria de realizar-se.

Não se pode dizer que tenha havido um alfabeto português durante todo esse período arcaico. Houve, de fato, o progressivo estabelecimento da escrita portuguesa, a partir dos modelos de escrita que eram conhecidos. Podemos pensar que não deve ter ocorrido nada muito diferente do que ocorrera entre os romanos, quando quiseram estabelecer a escrita de seu Latim. Não há, pois, como tentar uma correspondência entre o alfabeto latino e o alfabeto português arcaico, como fizemos para o Grego e o Latim.

Toledo Neto (1995, p. 638), ao analisar dois documentos dos séculos XIII e XIV, mostra que o som português [ɜ] pode ser incorporado tanto às letras latinas G e I, quanto à inovação de desenho J ou ao Y grego; esse mesmo Y, por sua vez, poderia incorporar o som português [ɲ], que também é proposto para a letra N, simples, ou dobrada, como NN, ou, ainda, pela junção de outra como NH, ou ainda por uma inovação como Ỹ. A correspondência ficaria:



A instabilidade da notação é facilmente perceptível. Entretanto, a regularidade que se inicia também o é. Os sons nasais não eram incorporados às letras I, G, J, mas àquelas que já manifestavam uma nasalidade propícia para a escrita em língua portuguesa. Da mesma maneira conservou-se a manifestação da oclusão velar de [g] para o que já o era na letra latina G. Se o som pré-palatal [ʒ] não ocorria no Latim, utilizou-se das letras cujo som pré-palatal correspondia pelo menos parcialmente, como em Y e I. Não se tratava, pois, de uma escrita caótica, como já se propôs. Havia uma regularidade. Se não houvesse de pronto uma letra disponível, ora lançava-se mão da origem própria da palavra que se queria escrever, com G, às vezes incorporando o som modificado da pré-palatal, ora de qualquer outro sinal especialmente inventado para esse fim, como J. Cumpre notar que se fazia análise e se propunha uma solução.

### **O período moderno: do Tratado de Confissom (1489) à Ortografia Nacional (1904)**

O período moderno da escrita portuguesa caracteriza-se pela incorporação das soluções propostas no período anterior. A seleção do *Tratado de Confissom* (1489) não é fortuita, mas estabelece uma coerência com a hipótese de Anderson (1982, p. 53), que já vimos anteriormente. Buescu (1983, p. 43-4) afirmou que o exame do *Tratado de Confissom* já mostrava que a ortografia utilizada apresentava, de modo geral, a mesma fisionomia que figuraria nos livros publicados no séc. XVI e que não deixa de ser surpreendente o fato de que os maiores problemas gramatológicos, a saber a notação de *nh*, *lh*, e *ch*, *ss* e ainda o uso de *ç*, encontrarem-se perfeitamente estabelecidos e até com certa uniformidade.

Trata-se, pois, de uma escrita que já tomava as feições próprias da língua portuguesa, tal como o necessita a impressão

de documentos, cuja reprodução mecânica torna o escritor o responsável direto pelo texto escrito que se divulga, eventualmente, digamos de passagem, também um tipógrafo desatento. Seja como for, é possível ordenar o processo.

E é justamente no século XVI que surgem as primeiras normatizações formais da escrita:

- *Grammatica da lingoagem portuguesa*, em 1536, por Fernão de Oliveira
- *Grammatica da lingua portuguesa*, em 1540, por João de Barros
- *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua portuguesa*, em 1574, por Pedro de Magalhães Gandavo
- *Orthographia da lingoa portuguesa*, em 1576, por Duarte Nunes de Lião.

Nesse período, além da escrita, a própria língua portuguesa assume novas feições. A norma de prestígio deixa de ser a do Norte de Portugal, pois o centro administrativo vai para Lisboa. Ocorre a redescoberta dos clássicos gregos e latinos e a consequente inserção de empréstimos linguísticos de toda ordem. O épico camoniano reproduz o modelo da Odisseia homérica e narra as peripécias portuguesas que ocorrem para além de seu território e que vão definir o apogeu do Império.

Nesse contexto, era natural que a língua portuguesa sofresse um processo de latinização pouco compatível com sua própria história. Se hoje sofremos com *coffe-break*, *shopping center*, *handicap*, *check-in*, *winchester*, além de outras tantas já dicionarizadas, naquele momento deveriam estar sofrendo com *divícias*, *trêmulu*, *sulfúreo*, *equóreo*, *cornígero*, *quadropedante*, *hirsuto*, *pudibundo*, além de muito outros.

Quanto à escrita, Vasconcelos (s.d., p. 36-37) entende que

a introdução de vocábulos eruditos, romanos e sobretudo helênicos, foi uma das causadoras das anomalias que deturpam a escrita portuguesa — *caótica e incorente (sic) em extremo*. É a partir desse período que *oje, ome, aver, onra, sono, dano, santo, pronto, sinal, nacer, crescer decer*, tornam-se, *hoje, homem, haver, honra, somno, damno, sancto, prompto, signal, nascer, crescer, decer*; porque assim fora o Latim. Essa retomada do Latim é o que sugere o nome de escrita etimológica.

Entretanto, nem todos conheciam o Latim suficientemente bem para estabelecer alguma relação da palavra que usavam com o seu étimo latino. Assim, *thesoura, oceano, theúdo, Santhiago, dymnástica* (id.ib.), cujos cognatos são *tonsoira, oceano, tenuto, dynastikós, Sant'Iago* (o nome é *Iago*); sugerem o nome de escrita pseudo-etimológica. Esse período vai durar até o início do século XX.

### ***A escrita atual***

Em 1904, atendendo à demanda de se proceder a mais uma uniformização da grafia da língua portuguesa, Gonçalves Viana escreve o livro *Ortografia Nacional*, em que lança as bases da ortografia atual.

Em 1940, sai publicado, em Lisboa, o *Vocabulário Ortográfico* organizado por Rebelo Gonçalves, em 1943 a Academia Brasileira de Letras estabelece as “Instruções para a organização do vocabulário ortográfico da língua portuguesa”, que assumem a proposta de Gonçalves Viana, com algumas modificações.

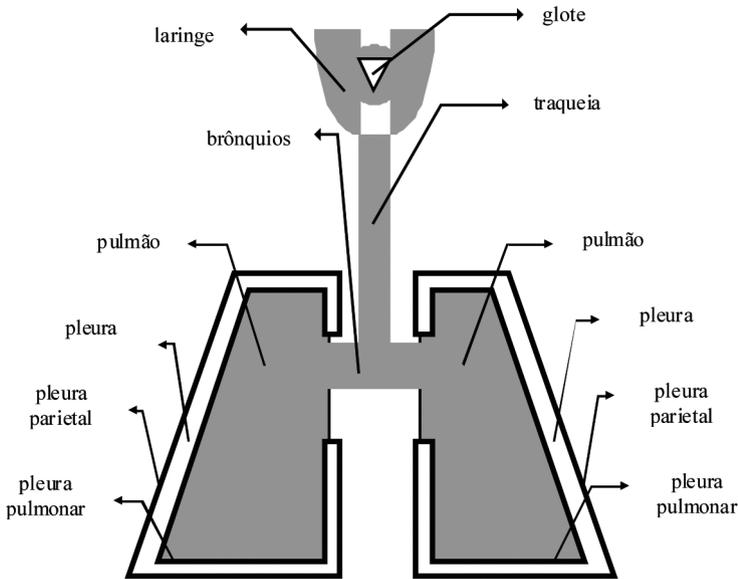
A partir daí, pouca coisa acontece. Não há nada, além de tentativas subsequentes de padronizar a ortografia portuguesa em todos os países que têm o Português como língua oficial.

# Produção dos sons na língua portuguesa

## *Visão geral do aparelho fonador: expiração e inspiração*

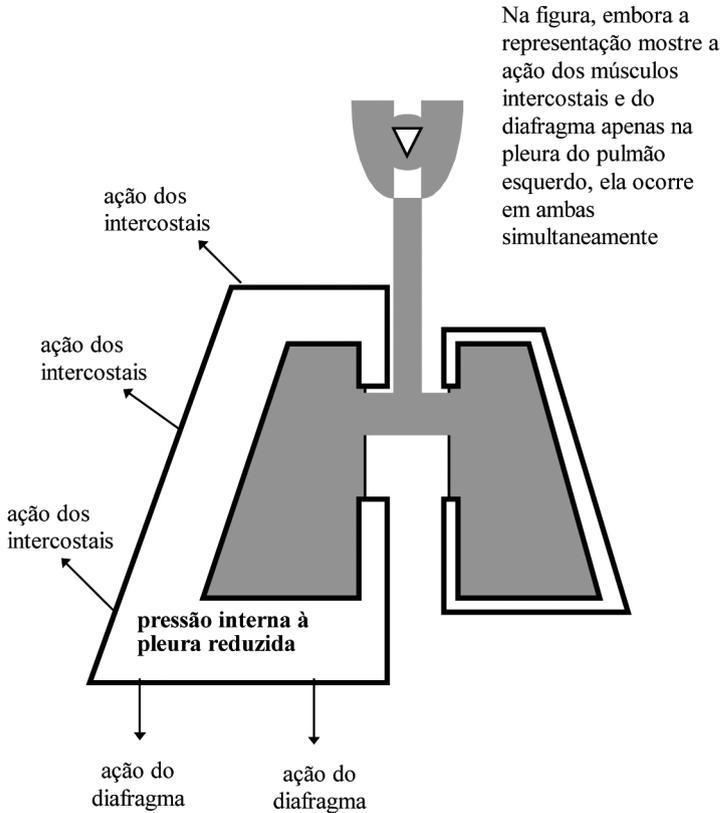
A produção dos sons da fala em língua portuguesa, como em todas as línguas, realiza-se pela ação de órgãos dos sistemas digestivo e respiratório. São movimentos voluntários, ainda que nem sempre completamente perceptíveis.

Qualquer ato de fonação inicia-se, necessariamente, por uma série de movimentos que têm por objetivo recolher o ar externo ao corpo (Cagliari, 1981, p. 107). Esse conjunto de movimentos chama-se *inspiração*. O mecanismo básico da inspiração decorre do aumento do tamanho dos pulmões e, conseqüentemente, da diminuição da pressão do ar que há dentro deles.



**Figura 1: Órgãos do sistema respiratório envolvidos na produção da fala.**

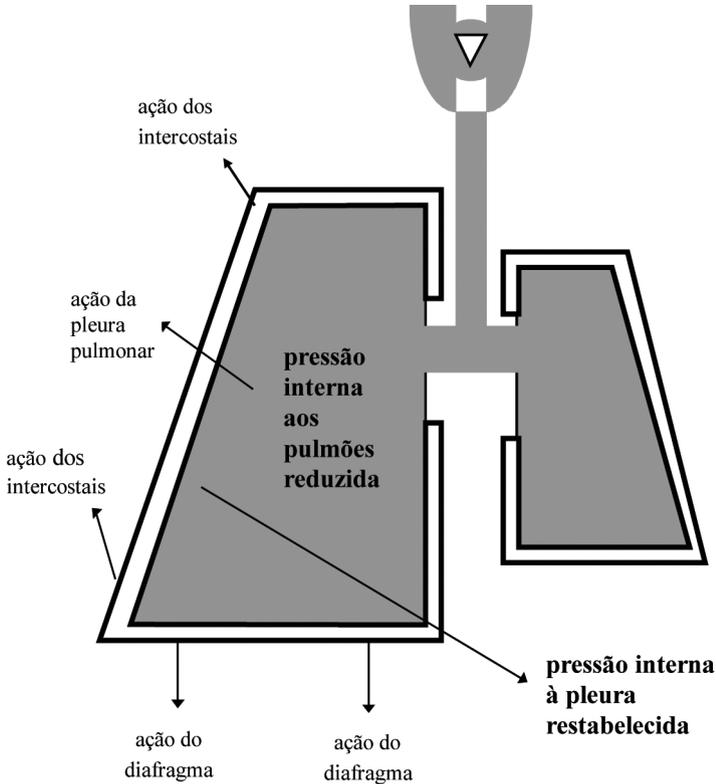
Os *pulmões*, cada um deles, são como bolsas elásticas recobertas por uma camada chamada *pleura*. A pleura atua, semelhantemente, como outra bolsa elástica, hermeticamente fechada, que tem um dos lados preso diretamente na parede externa do pulmão — pleura parietal — e o outro lado preso diretamente nos músculos *intercostais* — a pleura pulmonar (Dangelo; Fantini, 1995, p. 106 e ss.). Os *intercostais* contraem-se, também por ação voluntária, desencadeando a elevação do conjunto das costelas e do osso esterno. Sob os pulmões, também preso na parede externa inferior da pleura, encontra-se o músculo chamado *diafragma*. O diafragma contrai-se, também voluntariamente, realizando um movimento descendente. A ação conjunta dos músculos *intercostais* e do diafragma provoca um afastamento das paredes contrárias da pleura entre si, diminuindo demasiadamente a pressão contida no seu interior (figura 2).



**Figura 2:** À esquerda, a figura representa a expansão da pleura desencadeada pelo tensionamento dos músculos próprios do sistema respiratório.

A redução da pressão interna à pleura provoca uma reação no sentido de retornar à pressão inicial. Ao afastarem-se as paredes inferior e lateral externa da pleura da parede interna, presa diretamente à parede externa do pulmão, esta última movimentar-se forçosamente na direção das paredes externas. Esse movimento, por sua vez, traz consigo a movimentação da parede externa dos pulmões. Dessa forma, ocorre o aumento das dimensões dos pulmões, para cima e para os lados, pela ação dos intercostais, e para

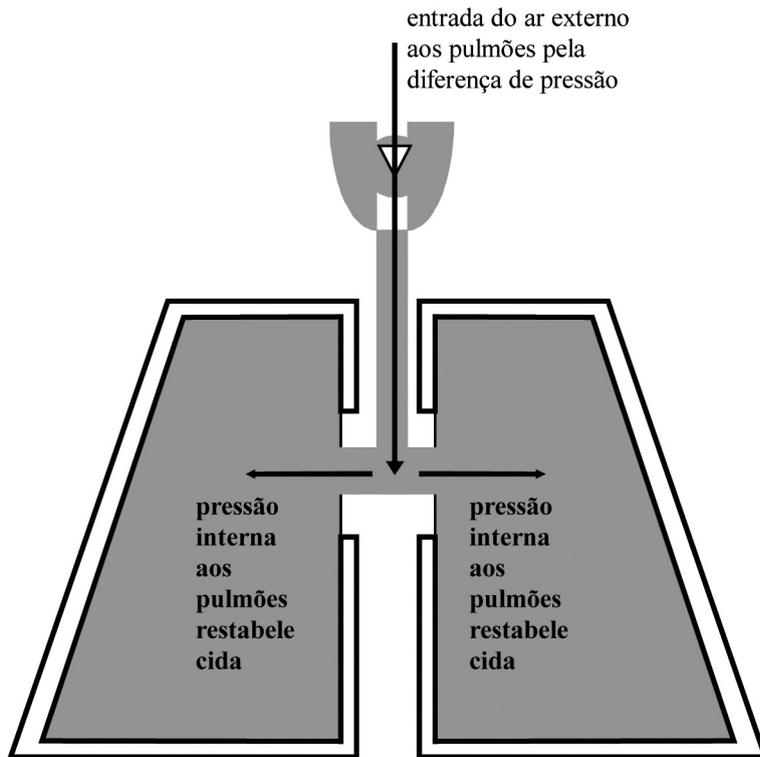
baixo, pela ação do diafragma. Pela mesma razão que provocou a aproximação das paredes da pleura, isto é, a diminuição da pressão interna, a ação de aumentar as dimensões dos pulmões provoca uma reação no sentido de retornar à pressão inicial (figura 3).



**Figura 3:** À esquerda, a figura mostra a expansão dos pulmões, desencadeada pela expansão da pleura, que retoma sua pressão original, diminuindo o espaço interno.

Entretanto, diferentemente da pleura, que é uma bolsa hermeticamente fechada, os pulmões têm uma abertura central interna à qual ligam-se os brônquios, por sua vez ligados à traqueia,

e esta à laringe, daí às cavidades oral e nasal e, finalmente, ao meio externo. Estando abertas todas as passagens no caminho que vai dos brônquios até a boca e o nariz, a diferença entre a pressão externa ao corpo e a pressão interna aos pulmões desencadeia o restabelecimento do equilíbrio entre ambas, pela movimentação do ar no sentido de fora para dentro; com isso inspira-se (figura 4).

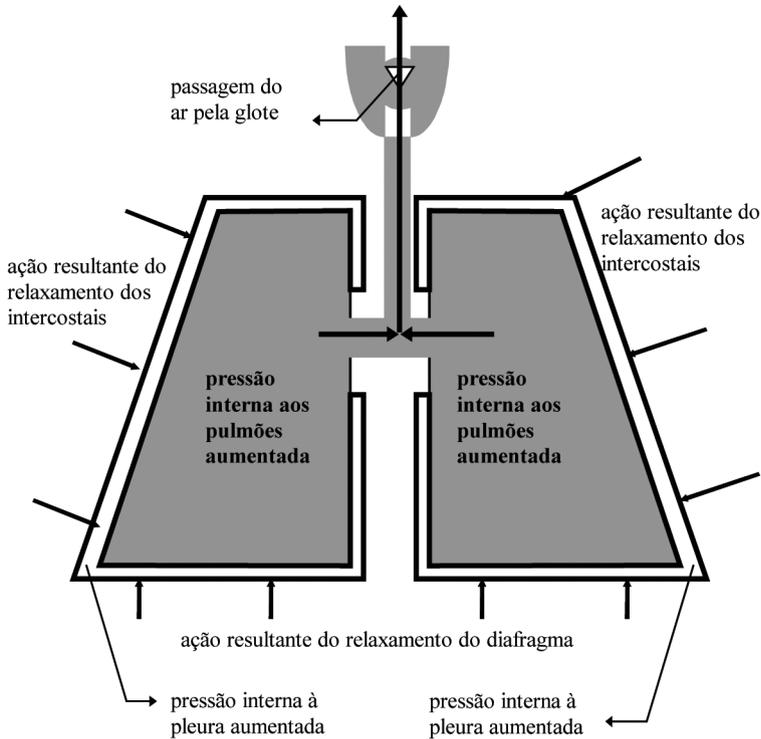


**Figura 4:** A figura representa a expansão dos pulmões com o restabelecimento da pressão interna, finalizando a inspiração.

O equilíbrio restabelecido entre as pressões interna e externa é, entretanto, apenas momentâneo. Dura enquanto durar a tensão

muscular voluntária dos intercostais e do diafragma. Tão logo diminua essa tensão, os músculos, e com eles toda a caixa torácica, tendem a voltar à sua posição inicial de relaxamento. Nesse retorno, os pulmões terminam por se comprimir, aumentando a pressão interna que há neles. Novamente, estando abertas todas as passagens no caminho que vai dos alvéolos pulmonares até a boca e o nariz, a diferença entre a pressão externa ao corpo e a pressão interna nos pulmões desencadeia o restabelecimento do equilíbrio entre ambas, pela movimentação do ar no sentido de dentro para fora; com isso expira-se (figura 5).

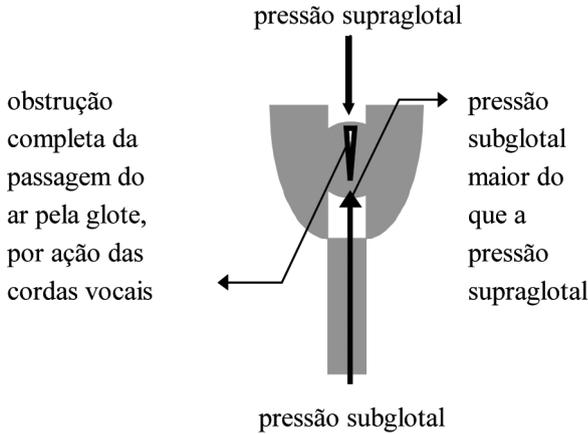
É conveniente lembrar que, senão por uma ação bastante forçada do diafragma, não há músculos que comprimam os pulmões, mas, tão somente, um controle do relaxamento progressivo tanto dos intercostais quanto do diafragma. Também não há uma expiração tão completa que elimine o ar no interior dos pulmões, permanecendo sempre uma quantidade residual, que, apenas parcialmente, pode ser expelida por um contração maior do diafragma.



**Figura 5: As setas em torno da figura representam o aumento da pressão externa à pleura, pelo relaxamento dos músculos da respiração.**

Conforme já foi dito, todo ato de fonação inicia-se pela inspiração. Com a pressão, restabelecida no interior dos pulmões, pela inspiração, a *fonação* tem seu início tão logo se inicie o relaxamento dos intercostais e do diafragma, e o conseqüente aumento da pressão nos pulmões. Esta pressão inicial chama-se pressão *subglotal*, justamente porque é abaixo da *glote* (ver figura 1), espaço aberto na laringe entre as cordas vocais, que ocorre a principal obstrução à saída do ar, saída esta que restabeleceria o equilíbrio entre a pressão *subglotal* e a pressão *supraglotal*, ou acima da glote (figura 6) (Lebrun, 1968, p. 9-16). Na traqueia,

entre os brônquios e a glote, não há nenhum mecanismo capaz de obstruir a passagem do ar.



**Figura 6:** A figura representa a laringe de forma esquemática.

O mecanismo de obstrução glotal à passagem do ar localiza-se na laringe. Trata-se de um conjunto de músculos e de cartilagens que se movimentam voluntariamente. A glote, completamente aberta, tem o formato de um triângulo com um vértice voltado para a frente, ligado à cartilagem *tireoide*, também conhecida como *pomo-de-adão* [ou, mais modernamente, *protuberância tireoidea*], facilmente perceptível nos homens. O lado oposto desse triângulo tem em seus extremos outras cartilagens, chamadas *aritenoides*, uma de cada lado, dispostas sobre outra cartilagem chamada *cricoide*. Em cada um dos lados da glote, ligando as aritenoides à ponta do triângulo presa à cartilagem tireoide e esta à cricoide, há os músculos chamados *cricotireoides*, um de cada lado da glote. A parte superior desses músculos forma o *ligamento vocal*, ou as chamadas *cordas vocais*

(figura 7). Os músculos cricotireoideos podem alongar-se e, conseqüentemente, aumentar a tensão das cordas vocais. Ligando as cartilagens aritenoides às paredes da laringe há os músculos *crico-aritenoideos lateral* e os músculos *aritenoides oblíquos e transversos*, que são responsáveis pela abdução da glote, isto é, a aproximação das cartilagens aritenoides entre si, obstruindo a passagem do ar. Também ligando as cartilagens aritenoides à cricoide, há os *músculos crico-aritenoideos posteriores*, que são responsáveis pela adução da glote, isto é, o afastamento das cartilagens aritenoides entre si, desobstruindo a passagem do ar.



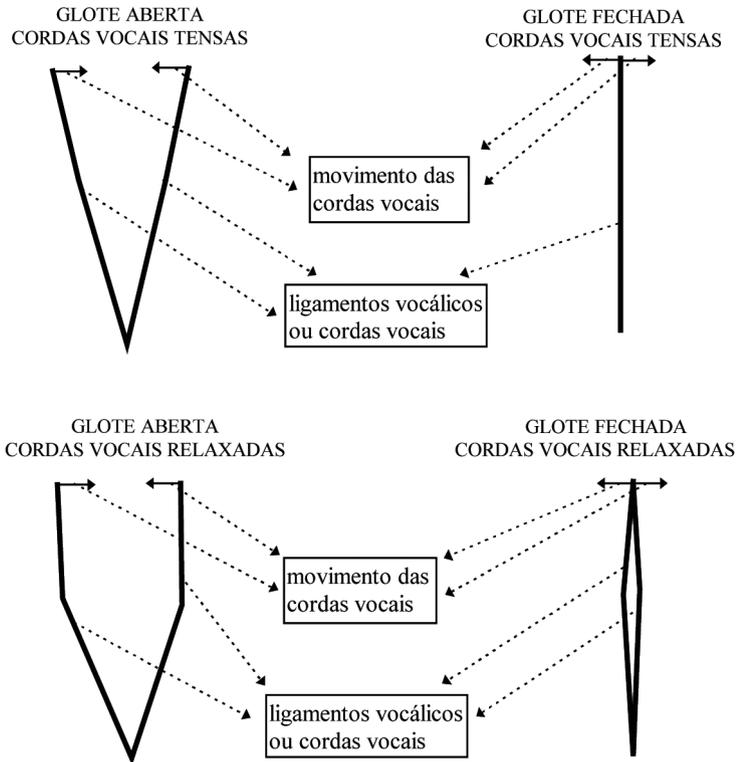
**Figura 7:**  
Fotografia das  
cordas ou  
pregas vocálicas.<sup>4</sup>

## *A produção dos sons*

### **Cavidade glotal**

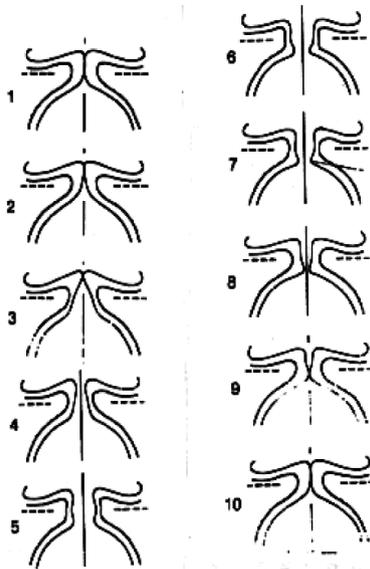
Para os fins específicos da fonação, de uma forma um pouco mais simples, é possível definir a movimentação dos músculos da glote pela posição das cordas vocais. Elas podem estar paralelas e encostadas uma à outra, obstruindo a passagem do ar. Podem também estar tensas ou relaxadas (figura 8). Para iniciar a fonação, imediatamente após a inspiração, elas estão encostadas e tensas de maneira a não permitir que o ar passe pela laringe, estabelecendo uma pressão subglotal maior do que a supraglotal.

<sup>4</sup> [www.humnet.ucla.edu/linguistics/VowelsandConsonants/chapter2/photos%20vocal%20cords/photos.html](http://www.humnet.ucla.edu/linguistics/VowelsandConsonants/chapter2/photos%20vocal%20cords/photos.html)



**Figura 8: Representação esquemática da movimentação das cordas vocais.**

A produção de voz na laringe decorre do ligeiro afastamento das cordas vocais e do igualmente ligeiro relaxamento das mesmas cordas vocais. Assim como os demais, esses são movimentos voluntários, ainda que não completamente perceptíveis, dada a mecanicidade com que se os produz. Com esses movimentos, permite-se que o ar contido nos pulmões escape, ao forçar a passagem, empurrando para cima as cordas vocais, não completamente tensas. Ao passar, diminui-se a pressão local, e as cordas vocais, dada a tensão que ainda permanece



**Figura 9: Movimentação das cordas vocálicas por consequência do efeito Bernouille.<sup>5</sup>**

aplicada sobre elas, retornam à sua posição inicial. Porquanto a pressão subglotal permanece maior do que a supraglotal, novamente o ar contido nos pulmões força a passagem entre as cordas vocais e escapa (figura 9). Novamente, diminui-se a pressão local e as cordas vocais retornam a sua posição inicial. Essa sequência ocorre até que

igualem-se as pressões supra e subglotal ou até que o indivíduo interrompa o processo, ou abrindo completamente a passagem pela glote, pelo afastamento das cordas vocais, ou, ainda, fechando-a completamente (Halle; Stevens, 1971).

As cordas vocais e a abertura glotal atuam em conjunto. Abertura e fechamento, entretanto, não têm posições preestabelecidas, podendo haver graus intermediários diversos entre os extremos. Da mesma maneira, a tensão nas cordas vocais pode variar em graus diversos entre o máximo e o mínimo possíveis. A tensão específica aplicada às cordas vocais determina a frequência do som produzido. (A figura 7 apresenta as cordas vocais produzindo um som de 120 Hz.)

<sup>5</sup> figura disponível na página WWW de *The Voice Center at Eastern Virginia Medical School*.

A pressão subglotal exercida na laringe logo nos primeiros momentos da expiração é, necessariamente, a mais alta, provocando, por sua vez, a impressão de uma tensão maior nas cordas vocais, de maneira a garantir o controle do fluxo de ar dos pulmões. Assim, as frequências sonoras no início da fonação tendem a ser maiores do que as finais, caso não haja um esforço complementar de expiração que permita inverter esse processo. A mesma diferença ocorre entre as forças expiratórias inicial e final da fonação. Semelhantemente, a intensidade dos primeiros momentos da fala, também, tende a ser maior do que nos momentos finais, caso não haja esforços suplementares para inverter esse processo. A cada pausa inspiratória, isso se repete.

Os movimentos produzidos na cavidade laríngea pelas cordas vocais são responsáveis pelos efeitos de *sonoridade* e de *glotalização*, respectivamente. A sonoridade decorre da vibração das cordas vocais e estabelece a diferença, fundamental na língua portuguesa, entre sons *surdos*, em que não há vibração das cordas vocais, e sons *sonoros*, em que há vibração. Estes últimos variam, ainda, quanto à frequência da vibração produzida; podem ser graves ou agudos, se as cordas vocais estiverem mais ou menos tensas, ou oscilar entre frequências intermediárias. Desse fato decorrem as entoações na fala de língua portuguesa, bem como de todas as línguas. A glotalização decorre da abertura ou do fechamento do espaço glotal. Do fechamento completo ou parcial, decorrem os sons chamados *glotalizados*. A obstrução total e sua abertura repentina definem os *golpes de glote*, ou sons *glotais*. A obstrução parcial define os sons *glotalizados*, propriamente ditos, de que os falantes de língua portuguesa não fazem uso. A abertura completa da glote define os sons chamados *aspirados*. Abertura total e relaxamento completo são articulações próprias da respiração normal.

Apesar de não haver uma definição clara dos mecanismos que promovem a ausência de som nas cordas vocais, é preciso

compreender que para haver vibração e, portanto, sonoridade é condição básica que o ar atravesse a glote. Uma vez que a passagem do ar está garantida, as condições necessárias para haver vibração são praticamente mínimas, isto é, basta que as cordas vocais não estejam completamente abertas e relaxadas ou completamente fechadas e tensas (figura 8).

Na língua portuguesa sons glotalizados — com fechamento total da glote — e sons aspirados — com abertura total da glote — não se realizam. Portanto, uma vez que não se deseja esse tipo de produção, há a necessidade de se impedir a passagem do ar valendo-se de uma outra estratégia.

Os manuais de descrição fonética, dentro os quais ressaltaria Gaia (1966, p. 128-9), e Chomsky e Halle (1968, p. 324) definem uma estratégia de “dessonorização” a que chamam *tensão*. Trata-se da contração da musculatura supraglotal com o propósito de não haver qualquer expansão das partes moles — parte superior da laringe, faringe, véu palatino, bochechas e lábios — de tal maneira que a pressão do ar comprimido nos pulmões não seja suficiente para que a corrente de ar movimente-se através da glote. Se não há movimento do ar, não há sonorização.

Na língua portuguesa, a tensão da musculatura da cavidade supraglotal atua de forma a produzir as consoantes surdas. As consoantes sonoras ocorrem sem essa mesma tensão muscular. Ainda que, para a realização de [b], [d] e [g] haja obstrução completa à saída do ar para o meio externo, a musculatura supraglotal encontra-se relaxada, permitindo sua expansão e o consequente deslocamento da coluna de ar, o que provoca a vibração das cordas vocais.

É interessante notar que o gramático latino Terenciano, já notava essa diferença entre consoantes tensas e não tensas, ou brandas: *também o c e o g, como se escreveu acima, próximas quanto ao som, diferenciam-se pelo esforço e energia da bôca...*

*o g torna mais branda a fôrça da consoante precedente* (isto é, do c), *pela mesma posição da língua e maior aproximação do palato*<sup>6</sup> (apud Faria, 1957, p. 86). Outro gramático latino, Mário Vitorino, descreve a diferença entre p e b: “(ambas) *proferem-se diferentemente entre si pelo trabalho da bôca, pois a primeira, b, é pronunciada numa explosão de voz do meio dos lábios, a segunda é pronunciada com a bôca como que apertada para dentro e numa explosão da voz.*”<sup>7</sup> (apud Faria, 1957, p. 103). Terenciano ainda nos oferece a distinção entre o d e o t: *o d tem origem pelo contato da língua junto aos dentes superiores... O t é produzido com esforço pelo contato da língua contra os dentes*<sup>8</sup> (apud Faria, 1957, p. 111). Embora o próprio Faria, do qual colhi estes excertos, imagine, a meu ver inadequadamente, que os gramáticos latinos não atinaram precisamente com o que determinava a diferença entre eles, isto é, a própria natureza do fonema, sendo o *d* sonoro e o *t* surdo e que se perderam em considerações especiosas e inexistentes, os gramáticos atinham-se não à sonoridade ou ausência da sonoridade, mas, especificamente, à tensão ou ausência de tensão da musculatura supraglotal.

## Cavidade nasal

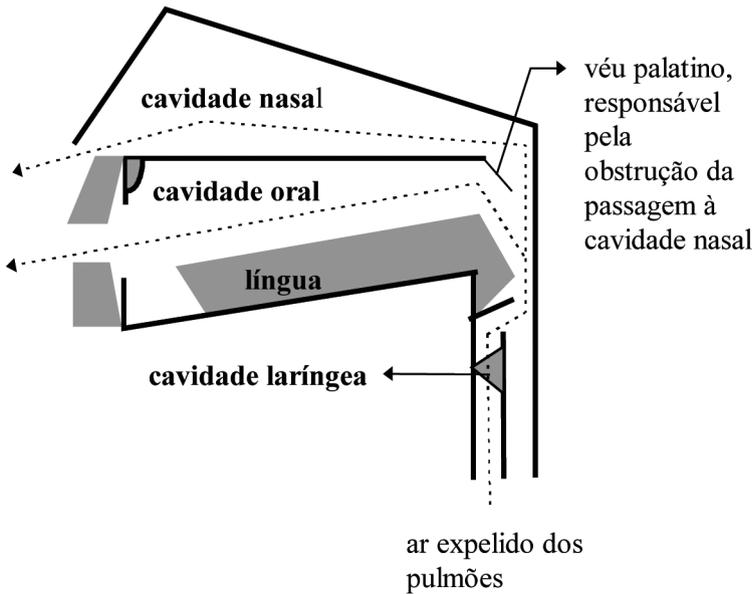
Após a passagem pela laringe, o equilíbrio entre as pressões interna e externa ao corpo somente estará restabelecido se as demais passagens do caminho estiverem desobstruídas. Acima da laringe, após a *epiglote*, o caminho bifurca-se em duas passagens: para cima, na direção das *cavidades nasais*, e para a

6 C etiam et g, ut supra scriptae, sono proximae, oris molimine nisuque dissentiunt... g uim prioris pari linguae habitu palato suggerens lenius redit

7 dispari inter se oris officio exprimuntur, nam prima (sc. b) exploso labiis e mediis sono, sequens (p) compresso ore uelut introrsum attracto uocis ictu explicatur

8 D appulsu lingua circa superiores dentes innascitur... T appulsu linguae dentibus impulsis extunditur

frente, na direção da *cavidade oral*. O *véu palatino* é responsável pela passagem para a cavidade nasal. Estando ele tenso, movimenta-se para trás, por ação voluntária, encostando-se à *nasofaringe*, e, conseqüentemente, obstruindo a passagem do ar por aquela via. Relaxado, retorna a posição inicial, desobstruindo a passagem. Caso a passagem pela cavidade oral encontrar-se completamente fechada, e as nasais abertas, o ar vai escapar por estas até que se restabeleça a diferença entre as pressões interna e externa ao corpo. Estando ambas abertas, o ar escapa em parte por uma e em parte por outra. Após o término da fonação, é comum que se feche a cavidade oral, deixando que o ar ainda sob pressão nos pulmões escape apenas pelo nariz (Cagliari, 1981, p. 107).



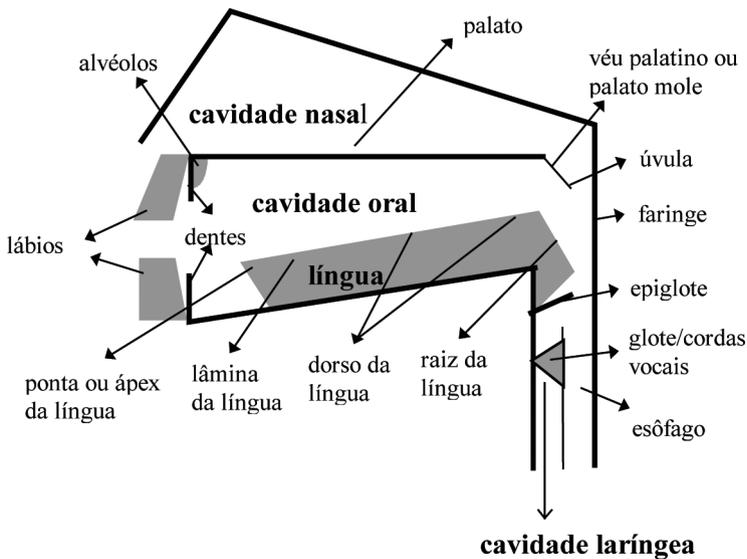
**Figura 10: Representação esquemática da passagem do ar pela cavidade supra glotal**

## Cavidade oral

Durante a passagem do ar pela cavidade oral, é possível executar diversos movimentos para produzir obstrução na sua passagem. Basicamente, dois órgãos são utilizados, na boca, para isso: a *língua* e os *lábios*. As formas de obstrução que se realizam com a língua decorrem da aproximação de suas partes a lugares fixos. Por ser extremamente móvel, a língua pode articular-se de diversas maneiras. É possível retraindo a língua, levando-a para trás, na direção da *faringe*, encostando-a completamente, até interromper o fluxo do ar, ou até que a passagem fique tão estreita que o ar provoque ruído ao fluir entre a *raiz* da língua e a *faringe*. É possível, também, elevar o *dorso* da língua na direção do *úvula*, do *véu palatino*, e, mesmo, de outros lugares do *palato*. Da mesma maneira, é possível obstruir a passagem do ar pela cavidade oral pela movimentação da *coroa* da língua. Chama-se coroa da língua justamente sua parte anterior, podendo-se dividi-la, em *ápex*, ou a ponta da língua, e *lâmina*, que é a parte um pouco mais larga imediatamente atrás da ponta da língua. O procedimento é o mesmo: aproximar *ápex* ou *lâmina* de outras partes imóveis da cavidade oral. É possível encostar, ou aproximar, *ápex* ou *lâmina* ao *palato*, aos *alvéolos*, aos *dentes*.

Movimentos realizados pela língua costumam-se definir pelas partes envolvidas, assim um movimento do *ápex* da língua que tem como alvo os *dentes* é chamado *apicodental*. Na composição do nome verifica-se a parte da língua que se movimenta e o alvo desse movimento. No exemplo, “*apico-*” reporta-se ao *ápex*, ou ponta da língua, e “*dental-*” aos *dentes*, para o qual o *ápex* se dirige, ou no qual encosta-se. Alguns movimentos são fisiologicamente impossíveis de realizar-se; por exemplo não pode haver articulação “*ápico-velar*” ou “*dorso-alveolar*”, pois não há como levar a ponta da língua até o *véu palatino* nem como levar o *dorso* da língua até os *alvéolos*.

Algumas articulações, por sua vez, têm nomes específicos. As articulações *retroflexas*, também chamadas *cacuminais*, caracterizam-se pela movimentação da ponta da língua em direção ao palato, de maneira a fazer que a parte inferior da língua atue como articulador. Entretanto, poderiam ser descritas como articulações *apicopalatais*.



**Figura 11: Representação esquemática dos articuladores ativos e passivos da cavidade supraglotal**

Mesmo após a passagem do ar entre a língua e os pontos fixos com os quais poderiam realizar-se obstruções, ainda pelo movimento dos lábios é possível interromper o fluxo de ar vindo dos pulmões. A obstrução pode ser realizada pela aproximação dos lábios inferior e superior entre si, quer seja encostando-os completamente, quer seja apenas aproximando-os. Da mesma maneira, pode-se, também, obstruir a passagem do ar movimentando-se os lábios na direção dos dentes superiores, quer encos-

tando-os um contra o outro suavemente, de maneira a fazer o ar passar entre eles, quer apertando-os com um pouco mais de força até interromper completamente a passagem do ar. Ambos os movimentos são chamados *labiais*, embora possa-se também chamar ao primeiro *bilabial* e ao segundo *labiodental*.

### ***Articuladores Móveis (Ativos) e Imóveis (Passivos ou Alvo)***

Essa grande variedade de movimentos imprimida pela língua e pelos lábios permite-se organizar mediante o estabelecimento de dois tipos de *articuladores*, que são os órgãos ou partes dos órgãos envolvidos nos movimentos.

Conforme já se pode notar, há os articuladores móveis e os articuladores imóveis; chamam-se, respectivamente, ativos e passivos.

#### **Articuladores Móveis (Ativos)**

Na boca, a língua se define pelas partes que a compõem, consideradas, cada uma delas, como um articulador. Assim, temos *ápex*, *lâmina*, — ambos formando a *coroa* — e *dorso*. Qualquer articulação realizada com a língua terá, pois, de ser *apical*, *laminal*, *coronal* ou *dorsal*. Ainda uma articulação realizada na boca poderá ser feita pelos *lábios*, como já se disse. Nesse caso, é comum tomar-se o lábio inferior como articulador ativo, em virtude de ele poder aproximar-se do lábio superior ou dos dentes, estes, claramente, passivos. Qualquer uma dessas articulações será necessariamente *labial*.

#### **Articuladores Imóveis (Passivos ou Alvos)**

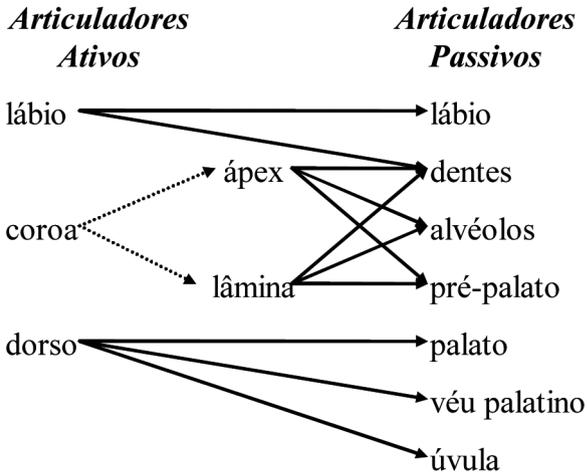
Os articuladores passivos na boca, alvos dos movimentos dos articuladores ativos, nem sempre são estabelecidos uniformemente entre todos os autores. Iniciando-se pela parte mais ex-

terna da boca, toma-se o *lábio superior*, em seguida os *dentes*, os *alvéolos*, o *palato*. Este pode ser dividido em várias porções, como *pré-palato*, *palato médio* e *pós-palato*. Há autores que consideram divisões ainda menores, tomando a região alveolar como *alveolar*, propriamente dita, e *alveolopalatal*, um pouco mais atrás, por exemplo. Após o palato, há também a região *velar* — do *véu palatino* — e a *uvular*. Mesmo a região velar pode ser subdividida mais pormenorizadamente, tomando-a como constituída da região *palatovelar*, por exemplo. No extremo do véu palatino, onde se encontra a úvula, define-se a região uvular.

Embora outras línguas façam uso de outras possibilidades articulatórias, a língua portuguesa restringe suas articulações a esse conjunto.

Pela composição morfológica — articulador ativo + articulador passivo — pode-se descrever a maior parte dessas articulações. Mais de uma articulação pode realizar-se a um só tempo. Por haver uma certa independência entre os articuladores, tanto entre os localizados em cavidades diferentes, quanto entre os localizados na mesma cavidade, mais de uma articulação pode ocorrer simultaneamente. À semelhança do que se disse quanto aos movimentos na cavidade laríngea, em que as articulações podem realizar-se, por exemplo, com ou sem sonoridade e glotalização, isto é, podem ser sonoras e glotalizadas, surdas e glotalizadas, sonoras e não glotalizadas ou, ainda, surdas e não glotalizadas, na cavidade oral podem realizar-se, também simultaneamente, por exemplo, como apicoalveolares e dorsovelares, bilabiais e dorsovelares.

Os falantes da língua portuguesa, entretanto, não se utilizam de todas essas possibilidades articulatórias. De maneira bastante esquemática, pela movimentação dos articuladores ativos em relação aos passivos, podem-se estabelecer as seguintes possibilidades combinatórias:



Ou, em outro tipo de representação:

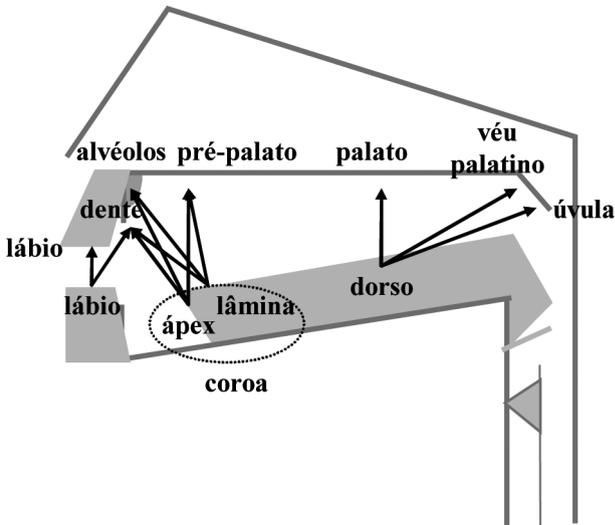


Figura 12: Representação esquemática da movimentação dos articuladores ativos em relação aos passivos. As setas mostram esses movimentos.

### ***Graus de abertura/aproximação (Saussure)***

As articulações, na cadeia da fala, conforme já se viu, podem-se definir pela relação que os articuladores ativos e passivos estabelecem entre si. Entretanto, essa definição não esclarece as inúmeras variações de movimentos dos órgãos envolvidos. Definir uma articulação como *apicoalveolar*, por exemplo, aponta tão somente para o fato de que a ponta da língua movimenta-se na direção dos alvéolos. Dentre as muitas possibilidades, ela pode fixar-se neles, obstruindo completamente a passagem do ar, pode encostar-se levemente, permitindo a ocorrência de um estreito canal através do qual o ar escapa ruidosamente, ou apenas dar uma batida leve, numa rápida interrupção do fluxo de ar. De maneira a organizar a definição desses movimentos, é possível tomá-los pelo distanciamento que se estabelece entre os articuladores, ou *graus de abertura*.

Saussure (1977, p. 55-61) propôs 7 graus de distanciamento ou de abertura, estabelecendo uma ordem para esses movimentos.

O *grau zero* de abertura é o completo assentamento do articulador ativo no passivo, estabelecendo as articulações *oclusivas* ou *não contínuas*.

O *primeiro grau* de abertura é o contato entre os articuladores, não completamente tensos, mas ligeiramente afastados, de maneira a forçar a passagem do ar por um canal estreito que se forma entre eles, provocando um atrito ruidoso. Essa articulação chama-se *fricativa*.

Articulações oclusivas e fricativas são consideradas, no seu conjunto, como articulações *obstruintes*. A possibilidade de dessonorização estabelece o limite máximo da tensão muscular supraglotal na língua portuguesa. Somente consoantes obstruintes podem ser produzidas sem vibração das cordas vocais.

O *segundo grau* de abertura caracteriza-se pela posição do véu palatino, que estabelece a articulação *nasal* para articulações oclusivas.

A ressonância nasal das oclusivas implica, portanto, a sonorização na língua portuguesa. Trata-se do limite das articulações a que chamamos *soantes*. As articulações soantes implicam sonoridade.

O *terceiro grau* forma-se por um conjunto de possibilidades articulatórias, as quais chamam-se *líquidas*. Esse conjunto subdivide-se em três tipos articulatórios: *lateral*, “*flap*” (“*tap*” ou *vibrante simples*) e “*trill*” (*vibrante* ou *vibrante múltipla*). A articulação lateral caracteriza-se pela obstrução apenas frontal da passagem do ar, diferentemente da oclusiva, na qual a passagem o ar é completamente obstruída. A lateral permite que o ar escape pelas bordas laterais do articulador, mas impede que a passagem ocorra diretamente. A articulação vibrante simples, ou *flap*, caracteriza-se pela interrupção rápida, com apenas uma leve batida do articulador ativo no articulador passivo. A última articulação líquida, *trill* ou vibrante múltipla, resulta de um movimento semelhante ao que faz as cordas vocais vibrarem: comprime-se o articulador ativo no passivo, deixando ligeiramente relaxada a parte que o toca, de maneira a permitir que a pressão do ar empurre-a vezes sucessivas, fazendo-a vibrar.

O *quarto grau* de abertura não se caracteriza pela presença de obstruções à passagem do ar, mas por uma conformação da cavidade oral que provoque variações de ressonância no som produzido na laringe. Esse grau, bem como os dois seguintes, estabelecem as articulações *vocálicas*. Embora considerem-se apenas três graus diferentes de abertura, poder-se-ia dividir essas articulações em graus ainda menores. O quarto grau forma-se pela maior aproximação possível do articulador ativo ao passivo sem tocá-lo.

O *sexto grau*, ou a *abertura máxima*, forma-se pelo maior distanciamento possível dos articuladores. Entre esses extremos, ou o quinto grau de abertura, há muitas posições possíveis.

Os graus de abertura vocálicos recebem também diferente denominação, sendo a abertura mínima e a máxima chamadas *alta* e *baixa*, respectivamente.

O *quinto grau* de abertura, tomado como *médio*, divide-se, pela classificação tradicional, em duas posições intermediárias, *média alta* e *média baixa*. As caracterizações atuais dos graus de abertura que se interpolam entre o máximo e o mínimo também não têm dado conta de estabelecer uma nomenclatura capaz de abarcar todas as variedades possíveis.

<i>Graus de Abertura</i>			
	0	oclusivas	obstruintes
consoantes	1	fricativas	
	2	nasais	soantes
	3	líquidas	aproximantes
		vibrantes	
		<i>glides</i>	
vogais	4-6	vogais	

Na fala fluente, as articulações vocálicas conjugam-se entre si e entre as demais, normalmente, com a realização de articulações intermediárias que decorrem dos movimentos de articuladores ativos de uma posição para outra. Essas articulações chamam-se *glides* ou *semivogais*. A caracterização dos *glides* faz-se pela posição inicial do movimento. Assim, se entre uma articulação dorsovelar e uma dorsopalatal, ou uma apicopalatal, interpõe-se um *glide*, ele será chamado *dorsal*, caso se deseje referir ao articulador ativo, ou *velar*, caso se deseje referir ao articulador passivo.

Conforme vimos, podem ocorrer articulações simultâneas na cavidade oral. Quando essas articulações têm diferentes graus de abertura, trata-se de articulações *africadas*, por exemplo, oclusiva coronal-alveolar e fricativa coronal-alveolar, ou oclusiva bilabial e fricativa bilabial, ou oclusiva apicoalveolar e lateral apicoalveolar. Nesse caso, as articulações não se percebem

simultâneas mas uma imediatamente após a outra. Na língua portuguesa, a realização africada mais comum é realizada, em alguns dialetos, quando ocorrem oclusivas coronais precedendo vogal anterior alta, como em *tia* e *dia*.

Articulações complexas na língua portuguesa, isto é, articulações que se realizam a um só tempo, são igualmente raras. Ocorre, entretanto, na realização vocálica posterior quando há concomitância dos movimentos labiais e dorsovelares, como [u o ɔ]. No caso particular dessas realizações, são chamadas tradicionalmente de *arredondadas*. Também ocorre, em alguns dialetos, a concomitância de articulações apicoalveolares laterais e dorsovelares, como em [faʎta] ou [maʎta].

Embora a cadeia sonora da fala realize-se por meio de uma sequência de articulações, é possível segmentá-la em conjuntos articulatorios que ocorrem simultaneamente e repetidamente. Uma sequência qualquer, como quando pronunciamos isoladamente a palavra “*mesa*”, por exemplo, caracteriza-se por conjuntos articulatorios subsequentes.

Após a inspiração inicial, com a pressão subglotal aumentada, os lábios encostam-se um no outro, o véu palatino relaxa-se e as cordas vocais são colocadas em vibração. Imediatamente após esse momento de oclusão bilabial, os lábios afastam-se, o véu palatino tensiona-se, obstruindo a passagem para a cavidade nasal, a coroa da língua projeta-se ligeiramente para frente, um pouco acima da arcada inferior e sustenta-se a vibração nas cordas vocais. Logo em seguida, a coroa da língua aproxima-se dos alvéolos até tocá-los de forma não completamente tensa, para não interromper o fluxo contínuo do ar, sustenta-se a vibração das cordas vocais e mantém-se a tensão no véu palatino. Em seguida, a coroa da língua abaixa de uma só vez, sustenta-se a vibração nas cordas vocais e a tensão no véu palatino. Finalmente, suprime-se a vibração das cordas vocais e interrompe-se a passagem do ar, ou suspendendo-se o relaxamento progressivo

dos intercostais e do diafragma, acompanhado de uma oclusão glotal, ou elevando o dorso da língua até encostar na região velar, interrompendo a passagem do fluxo de ar pela cavidade oral e relaxa-se o véu palatino de maneira a permitir que o ar residual escape pela cavidade nasal, ou, ainda, realizam-se essas articulações todas de uma só vez.

Para descrever-se de forma um pouco mais concisa e esquemática, pode-se considerar o conjunto das articulações simultâneas, tomando-as pela abertura e pelas cavidades em que ocorrem:

	<i>m</i>	<i>e</i>	<i>s</i>	<i>a</i>
<b>cavidade laríngea</b>	sonora	sonora	surda	sonora
<b>cavidade nasal</b>	nasal	não nasal	não nasal	não nasal
<b>cavidade oral a.a.</b>	lábio inf.	coroa	coroa	dorsal
<b>a.p.</b>	lábio sup.	palato	alvéolos	véu palatino
<b>m.a.</b>	oclusiva	vocálica	fricativa	vocálica

Na descrição dos conjuntos articulatórios acima, segmentados entre si segundo o critério da simultaneidade, considerou-se apenas uma forma de pronúncia. Outras pronúncias, entretanto, podem ocorrer, por exemplo, com “*e*” e/ou “*s*” como nasais, “*a*” como vogal de altura média dorsopalatal, ou outras. A descrição de cada conjunto articulatório deve ser objetiva, levando em conta as articulações realizadas, não as preconizadas pelas propostas normativas tradicionais. Um falante do espanhol como língua materna que venha a aprender tardiamente a língua portuguesa provavelmente realizará o conjunto articulatório “*s*”, descrito acima, como surdo, isto é, sem vibrações das cordas vocais. Embora grupos homogêneos de falantes de uma mesma língua tendam a produzir conjuntos de articulações de maneira bastante semelhante, isso não é uma regra: indivíduos têm suas

próprias características articulatorias, adquiridas desde a infância, que devem estar refletidas nas descrições de suas produções dos sons da fala.

### **Possibilidades classificatórias/taxionômicas dos sons da língua portuguesa**

#### Quanto ao modo de articulação ou graus de abertura:

Consoantes: p t c k b d ʃ g f v s θ z ð ʒ ʒ m n ɲ l ʎ ʎ r ʎ r ʎ x ɣ

Obstruintes: p t c k b d ʃ g f v s θ z ð ʒ x ɣ

Oclusivas: p t c k b d ʃ g

Fricativas: f v s θ z ð ʒ x ɣ

Soantes: m n ɲ l ʎ r ʎ r ʎ

Nasais: m n ɲ

Aproximantes: l ʎ r ʎ r ʎ

Laterais: l ʎ

Vibrantes: r ʎ r ʎ

Vogais: a ɛ e i ɔ o u

Vogais altas: i u

Vogais médias: ɛ e ɔ o

Vogal baixa: a

#### Quanto aos articuladores:

##### *Ativos*

Labiais: p b m f v

Coronais: t d s θ ð n l ʎ r ʎ r ʒ ʎ ɲ i e ɛ

Apicais: t d s z n l ʎ r ʎ r r

Laminais: θ ð ʒ ʒ ɲ ʎ i e ɛ

Dorsais: c ʃ k g x ɣ ʎ r u o ʎ a ɛ

*Passivos:*

Labiais: p b m u o ɔ

Dentais: t d s z θ ð n l ʃ ʒ r ʎ r ʒ ʒ n i e ε

Alveolares: t d x z n l ʃ ʒ r ʎ r

(pré)-Palatais: ʃ c ʃ ʒ ʎ n i e ε ʎ

Velares: k g ʎ x ɣ u o ɔ a ɜ

Uvulares: (x) R

*Quanto à sonoridade:*

Surdos: p t c k f s θ ʃ x

Sonoros: b d ʃ g v z ð ʒ m n ɲ ɣ l ʃ ʎ r ʎ r R a ɜ e e i ɔ o u

***Exercícios***

1) Do conjunto de palavras abaixo, assinale as que possuem consoante com realização fonética velar.

- a) ( ) guarda      ( ) abelha      ( ) magenta      ( ) carro  
 b) ( ) lua      ( ) engraçado      ( ) inquieto      ( ) milho  
 c) ( ) água      ( ) agir      ( ) amigo      ( ) bolo  
 d) ( ) aquele      ( ) exposição      ( ) acinte      ( ) escolhido  
 e) ( ) macela      ( ) gente      ( ) fôrmica      ( ) líquido

2) Do conjunto de palavras abaixo, assinale as que possuem consoante com realização fonética labial.

- a) ( ) face      ( ) entorno      ( ) esbórnica      ( ) chácara  
 b) ( ) cone      ( ) conversa      ( ) recado      ( ) embate  
 c) ( ) revolta      ( ) ânimo      ( ) acinte      ( ) história  
 d) ( ) inglês      ( ) semblante      ( ) apatia      ( ) entulho  
 e) ( ) garrido      ( ) lençol      ( ) inflado      ( ) apatia

3) Do conjunto de palavras abaixo, assinale as que possuem consoante com realização fonética coronal.

- a) ( ) fome ( ) velho ( ) mesa ( ) barro  
 b) ( ) escoima ( ) macaco ( ) cachimbo ( ) baguá  
 c) ( ) corpo ( ) ânimo ( ) amigo ( ) bolo  
 d) ( ) biga ( ) boca ( ) prata ( ) começo  
 e) ( ) gama ( ) juba ( ) viga ( ) medo

4) Do conjunto de palavras abaixo, assinale as que possuem vogal com realização fonética anterior.

- a) ( ) rio ( ) cachumba ( ) rouco ( ) prato  
 b) ( ) casa ( ) mesa ( ) cavalo ( ) posto  
 c) ( ) porta ( ) coruja ( ) machado ( ) prego  
 d) ( ) cachorro ( ) caroço ( ) gema ( ) assunto  
 e) ( ) surra ( ) carimbo ( ) portal ( ) canção

5) Do conjunto de palavras abaixo, assinale as que possuem vogal com realização fonética posterior.

- a) ( ) peça ( ) beije ( ) recusei ( ) comerei  
 b) ( ) esfinge ( ) édito ( ) brejeirice ( ) bilíngue  
 c) ( ) limítrofe ( ) merengue ( ) beliche ( ) pelecoide  
 d) ( ) perfume ( ) enquete ( ) desquite ( ) ninguém  
 e) ( ) denguiçe ( ) segredo ( ) inexequível ( ) entregue

6) Faça a transcrição ortográfica das palavras que estão transcritas foneticamente.

- a) bis<sup>h</sup>kreta \_\_\_\_\_ xef<sup>õ</sup>w<sup>i</sup>judu \_\_\_\_\_  
 b) koxê<sup>t</sup>fi \_\_\_\_\_ xã<sup>l</sup>pã \_\_\_\_\_  
 c) <sup>l</sup>fikara \_\_\_\_\_ d̃zimi<sup>l</sup>sã<sup>w</sup> \_\_\_\_\_  
 d) sus<sup>l</sup>t̃sa \_\_\_\_\_ adu<sup>l</sup>baʒi \_\_\_\_\_  
 e) <sup>l</sup>xapdu \_\_\_\_\_ i<sup>l</sup>preza \_\_\_\_\_

7) Faça a transcrição ortográfica dos trechos que estão transcritos foneticamente.

saz'vaʃe a'i || 'sẽmpɐu'prɛtusiz,mariz'neru ||  
 ,mariz'neʒda:'mũntas'fʃuta'ne  
 || 'ʃegutẽpdece'ta,maʃe'lɔŋ || 'vẽpõ'bĩle'zɪtd'tudk<sup>w</sup>ẽte'aʒta'i ||

---



---



---



---



---



---

nẽ'pa'resikiu:ku<sup>w</sup>ʃivudʒika'kawis'tavi'vẽndumadaspi'ɔris'  
 krizidʒi'todus'tẽmpus || 'esta,plãta'sẽw,kõntʃi'nuadʒi'pe ||  
 iuza'griku<sup>w</sup>'toris || dʒikabeser'jida || ape'zsardus'presuz'baifuz,du  
 pro'dutu || ,idava'sowradi'bruʃa || adu'ẽsacia'xazaus,kakaw'eirus ||  
 ,ais,plika'sẽparusu'sesu || ,eumo'delo'dadministra'sẽwdafa'zẽnda ||  
 a'veʎakoŋe'sida'parse'ria ||

---



---



---



---



---



---



---



---



# Formação da fonologia da língua portuguesa

A compreensão da formação da fonologia da língua portuguesa deve partir do conhecimento do estado atual da língua, o mais aproximado possível. Abaixo, segue um quadro aproximado das realizações fonéticas que se tem na fala em Português, que, é importante lembrar, não esgota todas as possibilidades.

	bilabial	labio-dental	coronal dental	coronal alveolar	coronal pré-palatal	retroflexa	dorso-palatal	dorso-velar	uvular
oclusiva	p b			t d			c j	k g	
africada					tʃ dʒ				
fricativa	β	f v	θ ð	s z	ʃ ʒ			x ɣ	
nasal	m			n			ɲ		
lateral				l			ʎ	ʟ	
flap				r					
trill				r					R
aproximante	w					ɻ	j		
V. alta	(u)				i ĩ			u ũ	
V.m.alta	(o)				e ĕ			o õ	
V.m.baixa	(ɔ)				ɛ		ɜ ẽ	ɔ	
V. baixa								a	

Esse quadro, entretanto, não tem caráter fonológico, na medida em que apresenta apenas as realizações que ocorrem efetivamente. Tais realizações são notadas pelos falantes e, geralmente, no intercurso interdialetoal, são alvo de comentários. Assim, o fato de os falantes do dialeto caipira, por ex., tornarem homófonas as palavras “*alma*” e “*arma*” realizando-as indistintamente como [ˈa.ɐ̃ma], e os falantes do dialeto paulistano pronunciarem-nas de maneira distinta [ˈawma] e [ˈarma]; ou, ao contrário, os falantes do dialeto paulistano tornarem homófonas as palavras “*calda*” e “*cauda*”, realizando-as indistintamente como [ˈka.ɫda] e [ˈkawda], e os falantes do dialeto caipira pronunciarem-nas de maneira distinta [ˈka.ɫda] e [ˈkawda], é objeto de comentário e, geralmente, de estigmatização em cada grupo de falantes.

As primeiras abordagens que se fizeram da língua portuguesa, neste século, desde o ponto de vista de sua fonologia, assumiram as proposições do estruturalismo, tomando as argumentações distribucionalistas como ponto de partida para o estabelecimento do inventário fonológico da língua portuguesa.

A proposta estruturalista era peremptória, pressupondo que o contraste entre pares mínimos era suficiente para a definição de uma unidade linguística a que chamavam “fonema”. Assim, ao se contrapor as sequências de sons: [mala] e [bala], em que diferença entre elas decorre especialmente da diferença entre [m] e [b], tem-se o contraste entre a nasalidade e a não nasalidade. Por se tratar de palavras diferentes, forma-se uma oposição significativa entre [m] e [b], definindo cada qual como um fonema diferente do outro, pelo traço da nasalidade. Fato semelhante ocorre entre [nata] e [data], que define [n] e [d] como fonemas diferentes.

Apesar de esse argumento ser uma evidência forte para a definição da nasalidade como um traço distintivo, o que é claramente um ganho teórico para os modelos de análise fonológica, ele não dá conta de justificar porque a nasalidade, como

traço distintivo vincula-se, na língua portuguesa, aos segmentos oclusivos sonoros, exclusivamente; isto é, os falantes só o reconhecem a nasalidade consonantal quando ocorre simultânea à oclusão e à sonoridade. Mesmo que possam ocorrer segmentos fricativos nasais ou oclusivos surdos nasais na fala em língua portuguesa, os falantes não os tomam como fatos distintivos e, na maioria das vezes, nem os conseguem notar como nasais.

Por outro lado, a distinção entre segmentos bilabial e labiodental sonoros, [b] e [v], respectivamente, se desfaz em muitos dialetos, estabelecendo, segundo o modelo estruturalista, uma neutralização de traços distintivos. Entretanto, nos mesmos dialetos, a mesma neutralização não ocorre entre segmentos bilabial e labiodental surdos, [p] e [f], respectivamente, o que parece vincular a neutralização à sonoridade de segmentos labiais.

Esses contra-argumentos relativos ao modelo de análise estruturalista apontam para o fato de que parece haver uma relação mais íntima entre alguns traços do que entre outros que formam os segmentos da fala. Assim, a nasalidade, por exemplo, precisa associar-se a um traço que também considere a sonoridade e a oclusão.<sup>9</sup> Na medida em que segmentos consonantais nasais só serão reconhecidos como tais se forem oclusivos e sonoros, isso implica uma redundância de traços que deve ser considerada na análise.

Outro ganho teórico importante do modelo estruturalista é a chamada “distribuição complementar”. Trata-se de um argumento intimamente associado ao contraste por pares mínimos. Há diversos segmentos que não se permitem contrastar em pares mínimos por não ocorrerem no mesmo ambiente linguístico: em alguns dialetos do Português, por exemplo, ocorrem a africada [tʃ] e a oclusiva [t]. Não há como contrastá-las entre si porque,

---

<sup>9</sup> Para informações mais detalhadas, recomendamos a leitura de Chomsky e Halle (1968), Clements e Hume (1996), Hankamer e Aissen (1974) e Stevens e Keyser (1989).

como se verá adiante, jamais ocorrem em ambientes linguísticos idênticos, isto é, formando pares mínimos: [tʃ] só ocorre antes de [i], e [t] ocorre antes das outras vogais, mas não ocorre antes de [i]. Trata-se, pois, de um argumento forte que aponta para o fato de que ambos os segmentos são apenas realizações fonéticas diferentes de um mesmo fonema, isto é, os falantes não reconhecem a diferença entre ambas as realizações como diferentes entre si.

O problema da distribuição complementar é semelhante ao do contraste por pares mínimos: apenas aponta para um fato fonológico da língua sem oferecer maiores explicações que justifiquem sua ocorrência. Poderíamos nos perguntar, por exemplo, porque ocorre [tʃ] antes de [i], e não antes de [e] ou de [ɛ], ou de qualquer outra vogal?

Por ter sido um movimento que propunha mudanças radicais nas concepções teóricas da análise linguística, o estruturalismo teve de assumir uma postura firme ante a exclusividade da abordagem diacrônica e preconizar a abordagem sincrônica, ao excesso. Tratava-se de uma postura necessária na época, já que não se poderia, nem se pode, fazer uma revolução de centro, tendo-se que optar por um dos pólos em jogo.

Passados esses momentos iniciais, pode-se pensar em posições menos ortodoxas e assumir também os ganhos dos estudos histórico-comparativos. Dessa maneira, as leis fonéticas, por exemplo, foram reinterpretadas e aceitas como fatos pertencentes à língua. A distribuição complementar entre [tʃ] e [t], por exemplo, passou a ser reinterpretada como uma regra de palatalização, semelhante aos metaplasmos da análise diacrônica: pode-se dizer que na variação de [t] para [tʃ] o segmento [t] passa a compartilhar da articulação palatal do segmento [i]. Esse foi um ganho considerável, pois permitiu que se definissem traços de segmentos a partir de sua distribuição. Se o segmento [s], em posição final de sílaba, sonoriza-se em [z], necessariamente,

antes de segmentos sonoros, isto é, compartilha a sonoridade do segmento que se lhe segue, e não se sonoriza antes do segmento [x], isso nos permite afirmar que [x] é um segmento surdo na língua portuguesa, por exemplo.

O contraste entre pares mínimos é, ainda hoje, um dos procedimentos largamente utilizados, pois, como já vimos, permite-nos fazer afirmações seguras sobre quais diferenças articulatórias os falantes reconhecem e quais não reconhecem na língua portuguesa. Entretanto, há que se distinguir entre duas possibilidades do reconhecimento de diferenças articulatórias feito pelos falantes: as diferenças que se reportam, exclusiva e conjuntamente, a uma variação de significado nas sequências fônicas contrastadas e as que não se reportam a essa mesma variação, isto é, reportam-se a diferenças regionais ou estilísticas. Trubetzkoy (1939, p. 29) definiu as primeiras como fonologicamente distintas e as segundas como não distintas.

## *As consoantes*

### **Sonoridade**

Iniciando pelas consoantes, se fizermos a comparação quanto às articulações próprias da cavidade laríngea poderemos verificar uma distinção de sonoridade (surdo/sonoro) bastante bem definida para praticamente todos os segmentos oclusivos e fricativos, como se pode ver abaixo:

p/b	→xówpa/xówba	(roupa/rouba)
	→ l'ípu/l'íbu	(limpo/limbo)
	→ pişádu/bişádu	(pixado/bichado)
t/d	→ mǝ <sup>n</sup> tu/mǝ <sup>n</sup> du	(manto/mando)
	→ xekátu/xekádu	(recato/recado)
	→ tē <sup>h</sup> tádu/dē <sup>h</sup> tádu	(tentado/dentado)
t̃/d̃	→ t̃şía/d̃şía	(tia/dia)
	→ bōt̃i <sup>h</sup> /bōd̃zi	(bote/bode)

	→ xatʃĩnu/xadʒĩnu	( <i>ratinho/radinho</i> )
c/ʃ	→ sécẽ/ séjẽ	( <i>sequem/seguem</i> )
	→ facẽru/fajẽru	( <i>faqueiro/fagueiro</i> )
	→ cẽja/ jẽja	( <i>queixa/gueixa</i> )
k/g	→ kóla/góla	( <i>cola/gola</i> )
	→ sekár/segár	( <i>secar/cegar</i> )
	→ mẽka/mẽga	( <i>manca/manga</i> )
f/v	→ řĩfėrnu/řĩvéřnu	( <i>inferno/inverno</i> )
	→ veřádu/feřádu	( <i>vexado/fechado</i> )
	→ ěřĩfiár/ ěřĩviár	( <i>enfiar/enviar</i> )
s/z	→ kasár/kazár	( <i>caçar/casar</i> )
	→ xósa/xóza	( <i>roça/rosa</i> )
	→ aseřtár/azeřtár	( <i>aceitar/azeitar</i> )
ʃ/ʒ	→ řátu/řátu	( <i>chato/jato</i> )
	→ ářa/ářa	( <i>acha/haja</i> )
	→ xařáda/xařáda	( <i>rachada/rajada</i> )

## \*x/y

Apesar de ser possível verificar a variação de segmentos que diferem apenas quanto à sonoridade para quase todos os segmentos obstruintes, deve-se considerar que, em dois casos a diferença de sonoridade não se manifesta como uma possibilidade segura para o reconhecimento de palavras diferentes. O primeiro caso é referente aos segmentos [s] e [z]. O reconhecimento da diferença de sonoridade entre ambos ocorre especialmente quando iniciam sílabas:

1a) as pesóas ‘*as pessoas*’ eskoléga ‘*ex-colega*’ pásta ‘*pasta*’  
 as kóřas ‘*as coisas*’ esfũsionářiũ ‘*ex-funcionário*’ káspa ‘*caspa*’

1b) az bólas ‘*as bolas*’ ezmarídu ‘*ex-marido*’ véřgu ‘*vesgo*’  
 az málas ‘*as malas*’ ezřexilėřũ ‘*ex-guerrilheiro*’ ezřaxár ‘*esbarrar*’

1c) az amígas ‘*as amigas*’ ezamígo ‘*ex-amigo*’ \*  
 az umłėřis ‘*as mulheres*’ ezaviador ‘*ex-aviador*’

2)	sápu	‘sapo’
	suségu	‘sossego’
	sírku	‘circo’
	sóku	‘soco’

Nos exemplos em (1<sup>a</sup>), o segmento [s] ocorre precedendo segmento surdo: [p], [t] e [f]. Nos exemplos em (1b) e (1c), o segmento [z] ocorre precedendo segmentos sonoros: [b], [m], [g], [ʃ], [o] e [a]. Na primeira e na segunda coluna, é notável tratar-se exatamente do mesmo morfema. Ainda que, na terceira coluna não haja um morfema identificável, é possível notar que ocorre a mesma sonorização. Nos exemplos em (2), o segmento [s] também ocorre precedendo segmentos sonoros: [a], [i], [o] e [e]; entretanto não há sonorização. A regra que descreve o fato não pode considerar apenas a sequência dos segmentos pois em (1c) e em (2) há sequências idênticas: [sa] e [so]. Se tomarmos a unidade silábica, que agrupa sequências de segmentos, como veremos no próximo capítulo, podemos estabelecer que a sonorização de [s] ocorre apenas quando tal segmento está em posição final de sílaba. Dessa maneira, somos obrigados a interpretar que a variação de sonoridade para os segmentos [s] e [z] atua de maneira diversa nessa posição específica de final de sílaba. Entretanto, a sonorização do segmento [s] é reconhecida pelos falantes quando deixa de ocorrer. Uma sequência como [asmósas], para ‘*as moças*’, é facilmente identificada pelos falantes de Português como língua materna como tendo sido proferida por um falante que não possui o português como língua materna, um espanhol, por exemplo. A sonorização do [s] impera também na pronúncia de falantes do português como língua materna ao proferir sequências em outras línguas que não fazem tal sonorização, por exemplo, [izlípĩ] para o inglês ‘*sleeping*’ ou [mízmu] para o espanhol ‘*mismo*’.

O segundo caso refere-se aos segmentos [x] e [χ], cuja diferença de sonoridade não se pode verificar a partir de sequências segmentais idênticas:

1) as xúas ‘*as ruas*’ desxeგრár ‘*desregrar*’ isxaéw ‘*Israel*’  
as xówpas ‘*as roupas*’ desxa<sup>h</sup>izár ‘*desratizar*’

2) méwxu ‘*melro*’  
géwxa ‘*guelra*’

3) té<sup>h</sup>yu ‘*tenro*’ ē<sup>h</sup>γolár ‘*enrolar*’  
zē<sup>h</sup>yu ‘*genro*’ ē<sup>h</sup>γugár ‘*enrugar*’

Poderemos notar que não há sonorização de [s] quando precede o segmento [x], o que é um forte indício de que tal segmento não é sonoro, mas surdo. Por outro lado, o segmento [χ], ocorre somente após segmento nasal, ambiente em que não ocorre [x]. Na medida em que esses dois segmentos ocorrem efetivamente na fala de língua portuguesa, a hipótese de se tratar de uma distribuição complementar deverá ser considerada. Entretanto, não se pode dizer que os falantes sejam capazes de reconhecer essa diferença como é comum entre os segmentos [s] e [z], isto é, sequências como [azyúas], [dezyegrár] ou [izyaéw] pode ser que soem estranhamente aos falantes de Português como língua materna, mas não se trata de uma variação que já tenha se tornado um diacrítico cultural capaz de estabelecer diferenças ou estigmatização entre diversos grupos e/ou falantes.

Em relação aos demais segmentos, referentes às nasais, às líquidas e às vogais, que formam exatamente o conjunto de segmentos soantes, como já vimos no capítulo anterior, não estabelecem a mesma diferença. Isso aponta para o fato de que é possível estabelecer que, na língua portuguesa, os falantes reconhecem a diferença entre essas duas grandes categorias: soantes

e não soantes (ou obstruintes). Ora, deve-se retomar a ideia de que os segmentos soantes são aqueles que realizam sonorização espontânea, enquanto que os demais não fazem o mesmo.

Esse fato implica que o traço de sonoridade, pelo menos, quanto a articulação referente à dessonorização das oclusivas e das fricativas, com exceção de [x], vincula-se a um traço maior definido como obstruinte. Dessa maneira, pode-se dizer que o traço referente à sonoridade dos segmentos soantes não necessita ser especificado, na medida em que, para aqueles a sonoridade pode ocorrer ou não. Isso implica que os segmentos [x] e [ɣ] não parecem estar adequados à sua classificação como obstruintes, ainda que sejam segmentos com apenas um grau de abertura, o que contraria a definição fonética que demos para a categoria dos segmentos soantes.

A possibilidade de não haver uma correspondência estrita entre a descrição fonética e a descrição fonológica decorre do fato a que aludimos na Introdução de que a fonologia preconiza um sistema de organização cognitiva que envolve unidades abstratas e discretas, e, portanto, não se reporta necessariamente às classificações fonéticas articulatórias ou acústicas. As mudanças fonéticas que ocorrem na fala não são acompanhadas por mudanças nessa organização cognitiva do sistema fonológico. Pode-se dizer que não há concomitância entre a mudança fonética e a sua reinterpretação fonológica. Mais adiante, quando tratarmos da organização silábica, veremos que há casos em que essa diferença pode ser ainda mais acentuada. Nesse caso específico dos segmentos [x] e [ɣ] não houve essa reinterpretação fonológica, pelo menos que se possa perceber.

A comparação dos pares de palavras que realizamos acima indica que os falantes da língua portuguesa reconhecem a diferença extremamente sutil da sonoridade que há entre os segmentos obstruintes. Entretanto tais pares de palavras, além de não serem fáceis de se localizar, dificilmente podem ser usados

em contexto linguístico idêntico. A lista acima é um argumento forte para o fato de que a vibração bem como a ausência dessa vibração nas cordas vocais durante uma obstrução à passagem do ar no trato vocal são articulações reconhecidas pelos falantes da língua portuguesa de uma forma geral. Entretanto, alguns processos fonológicos desfazem essa diferença. A obstruinte contínua surda, [s], por exemplo, torna-se sonora quando ocorre em posição final de sílaba e vai precedendo um outro segmento sonoro qualquer, como já vimos anteriormente. A obstruinte oclusiva velar [k], em alguns raros casos, pode ocorrer sonorizada: [kúspi] ou [gúspi], para *cuspe*, ou, em virtude de outro processo fonológico, [múzika], *música*, tornar-se [múzga].

O reconhecimento da variação de sonoridade das obstruintes é uma das heranças mais significativas que a língua portuguesa recebeu do Latim Vulgar. É notável, porém, que a sonoridade ou a sua ausência nem sempre esteve exatamente associada aos mesmos segmentos da sequência segmental que constituía os cognatos latinos. Dessa maneira, ainda que qualquer falante da língua portuguesa reconheça a diferença semântica que há entre as formas [prátu] ‘prato’ e [prádu] ‘prado’, o cognato latino para esta era *prātu* e para aquela era *\*prattu*, ou entre as formas [préza] ‘preza’ e [présa] ‘pressa’, as formas cognatas latinas eram respectivamente *pretiat* e *\*préssa* em que havia apenas segmentos consonantais surdos. Trata-se, pois, do reconhecimento da diferença e de sua manutenção como possibilidade diferenciadora de segmentos e, conseqüentemente, de palavras, no conjunto dos fatos da língua. Esse fato é ainda mais notável ao se verificar que a mesma possibilidade de diferenciar segmentos ocorre em formas que não existiam no Latim, como [ʃ] e [ʒ]. As palavras [ʃátu] ‘chato’ e [ʒátu] ‘jato’, por exemplo, diferenciam-se exatamente pela variação de sonoridade, têm cognatos latinos *plattu* e *jactu*, respectivamente, que não apresentam as mesmas características dos cognatos da língua portuguesa.

Os segmentos que mantiveram esse traço específico ocorriam apenas em duas situações: posição inicial de palavra e após sílaba travada. Em posição inicial, teremos, por exemplo:

*posição inicial de palavra*

pāce > paz	tauru > touro	cāballu > cavalo
pellu > pelo	tābŭla > tabua	cāpillu > cabelo
pisce > peixe	tĕgŭla > telha	cādĕre > caer > cair
pōpŭlu > povo	turpe > torpe	calce > couce > coice
pugnu > punho	tĕpĭdu > tĭbio	cōlŭbra > *colobra > cobra
plācĭtu > prazo	trādĭtōre > traidor	clāvu > cravo
plācĕre > prazer	trāgŭla > tralha	crĕdĕre > creer > crer
prĕtĭu > preço	tres > três	crimĕn > crime
plĭca > prega	truncu > tronco	crŭdĕle > cruel
prensa > presa	truncāre > trincar	crŭce > cruz
bucca > boca	dĕfectu > defeito	gallu > galo
bestia > bicha	dĭgĭtu > dedo	gutta > gota
bōve > boi	dōlōre > door > dor	gustu > gosto
*balnĕu > baneu > banho	dormĭre > dormir	gummi > goma
bāsiu > beiju	dŭrĭtia > dureza	gurdu > gordu
brāchĭu > braciū > braço	drācōne > dragão	grātia > graça
brācas > braga		grāve > grave
brĕvi > breve		grossu > grosso
brŭtu > bruto		grĕge > grei
brŭma > bruma		gryllu > grilo
fācie > face	sāpōre > sabor	

fōcu > fogo	sēcundu > segundo
formīca > formiga	site > sede
furnu > forno	simplice > simples
fōlia > folha	somniu > sonho
frātre > frade	
flaccu > fraco	
frīgīdu > frio	
fructa > fruta	
flōre > flor	
vacca > vaca	zōna > zona
vānītāte > vaidade	
vēna > veia	
vītiu > viço	
villa > vila	

### *após sílabas travadas*

crispu > crespo	tristītia > tristeza	circa > cerca
carpĕre > carpir	apertu > aberto	truncu > tronco
campu > campo	intĕgru > inteiro	bruncu > bronco
culpa > culpa	fructa	mancu > manco
pōsītu > posto	gutta > gota	bucca > boca
barba > barba	ardōre > ardor	largu > largo
plumbu > chumbo	ardĕre > arder	vulgu > vulgo
abbrĕviatione > abreviação	tarde > tarde	purgāe > purgar
abbate > abade	ordīne > ordem	longu > longo
addictiōne > adição	perdĕre > perder	aggrĕgāre > agregar

Segmentos obstruintes oclusivos sonoros, entretanto, resultaram de um outro processo fonológico conhecido como *abrandamento*, que, no caso da língua portuguesa, acarretou a sonorização de segmentos surdos. Trata-se da mudança de tensão, a que já nos referimos no capítulo anterior, que possibilita a dessonorização de segmentos. Em posição especialmente intervocálica, segmentos surdos aparentemente perdem a tensão articulatória que os falantes imprimiam ao trato vocal para a dessonorização, acarretando a sonorização desses segmentos. A comparação das formas portuguesa com as dos cognatos latinos com demonstra bem essa relação:

lŭpu > lobo	nŏtŏla > nódoa	brācas > braga
rĭpa > riba	nātare > nadar	sēcrĕtu > segredo
cāpillu > cabelo	mātaxa > madeixa	plĭca > prega
sŭpĕrāre > sobrar	prāta > prado	lācu > lago
capra > cabra	mĭnŭtu > miúdo	lucru > logro

Ainda que o mesmo fenômeno seja raro em relação ao segmento [f], não deixa de ser notável que o mesmo tenha ocorrido com as obstruintes contínuas:

prŏfectu > proveito	ācĕtu > azedo
aurĭfĭce > ourives	vĭcĭnu > vizinho
trĭfŏliu > *trifolu > trevo	accŭsāre > acusar
Christophanu > Cristóvão	rŏsa > rosa
Stephanu > Estêvão	mĕdicĭna > mezinha

Embora os cognatos latinos não apresentem a mesma distribuição dos segmentos obstruintes, houve a manutenção da distinção entre sonoridade e não sonoridade na língua portuguesa.

Esse fato se evidencia ao cotejarmos as formas cuja diferença ocorre particularmente na distinção de sonoridade das obstruintes pré-palatais, que não ocorriam na língua latina.

## Nasalidade

Continuando as comparações, agora quanto às articulações que se reportam à nasalidade, (oral/nasal), obteremos as seguintes possibilidades:

b/m	→ bóla/móla	(bola/mola)
	→ kabélu/kamélu	(cabelo/camelo)
	→ túrba/túrma	(turba/turma)
	→ buxíju/muxíju	(burrinho/murrinho)
d/n	→ dádu/nádu	(dado/nado)
	→ madé <sup>l</sup> ra/mané <sup>l</sup> ra	(madeira/maneira)
	→ sárda/sárna	(sarda/sarna)
	→ dotár/notár	(dotar/notar)
ʃ/ɲ	→ pĩ <sup>h</sup> éjru/pĩ <sup>h</sup> éjru	(pingueiro/pinheiro)
	→ m̃ <sup>h</sup> éjra/m̃ <sup>h</sup> éjra	(mangueira/manheira)
	→ pir̃ <sup>h</sup> éjru/pir̃ <sup>h</sup> éjru	(pirangueiro/piranheiro)

Nesse caso particular, notaremos que o reconhecimento da nasalidade ocorre apenas entre segmentos sonoros e oclusivos, a um só tempo, como já comentamos anteriormente. Esse fato induz-nos à hipótese de que a sonoridade de segmentos oclusivos, portanto, obstruintes, compara-se à dos segmentos soantes, o que também contraria a própria definição dada anteriormente para o traço obstruinte. Por outro lado, pode-se estabelecer que a diferença entre segmentos oclusivos sonoros não nasais e segmentos oclusivos sonoros nasais implica a diferença do traço obstruinte para aqueles e soante para esses, pois, o traço soante redundante em sonorização, ainda que não obrigatoriamente. Pode-se dizer, portanto, que o que se está comparando são segmentos oclusivos obstruintes e segmentos

oclusivos soantes, isto é, ([p]/[b]) / [m], ([t]/[d]) / [n] e ([c]/[ç]) / [ɲ]. Esse fato estabelece que os segmentos [b], [d] e [j] têm de ser tratados como obstruintes.

O reconhecimento da variação de nasalidade em segmentos consonantais era um fato igualmente comum no Latim. Os cognatos latinos para as sequências [búla] ‘*bula*’ e [múla] ‘*mula*’, são respectivamente *bullā* e *mullā*, que mantiveram a variação de nasalidade, ou as sequências [névi] para ‘*neve*’ e [dévi] para ‘*deve*’, que têm os cognatos latinos *nive* e *debet*, respectivamente, com a mesma manutenção da variação de nasalidade. A consoante nasal labial em suas ocorrências na língua portuguesa é praticamente a mesma dos cognatos latinos, mantendo-se, praticamente, em todas as posições.

nōmen > nome	hōmīne > homem
āmāre > amar	clāmāre > chamar
amicū > amigo	cōmēdēre > comer
germāno > irmão	dormīre > dormir
lāma > lama	commēmōrāre > comemorar
commūne > comum	summa > soma
flamma > chama	gemma > gema
arma > arma	*chārisma > carisma
spasmu > pasmo	norma > norma
infirmu > enfermo	forma > forma
formīca > formiga	termīnu > termo

A consoante nasal alveolar [n], entretanto, seguiu os mesmos passos das obstruintes, mantendo-se apenas em posição inicial e em após sílaba travada:

nigru > negro	carne > carne
naricae > nariz	furno > forno
nunquam > nunca	căverna > caverna
nătāre > nadar	anno > ano
nōtula > nõdoa	panno > pano
nōvu > novo	somnu > sono

Assim como não havia no Latim as obstruintes palatais, também não havia a nasal palatal [ɲ], representada na escrita portuguesa atual por “nh”. Como se verá mais adiante, esse segmento nasal apresenta uma distribuição bastante restrita na língua portuguesa.

Embora estejamos comentando acerca de segmentos consonantais oclusivos, fricativos, líquidos, etc., é fundamental que se estabeleça como ocorrem tais articulações. Para tanto, devemos observar como se dá a diferenciação dessas articulações na cavidade oral.

## Articuladores

Tomando os articuladores que definem especialmente articulação bilabial, teremos dentre as oclusivas:

### bilabial/não bilabial

p/t	→ ēipréga/ēitréga	( <i>emprega/entrega</i> )
	→ apḗdér/atḗdér	( <i>apender/atender</i> )
	→ lúpa/lúta	( <i>lupa/luta</i> )
p/tʃ	→ pía/tʃía	( <i>pia/tia</i> )
	→ épiku/étʃiku	( <i>épico/ético</i> )
	→ pĩ́túra/tʃĩ́túra	( <i>pintura/tintura</i> )
p/c	→ apéla/acéla	( <i>apela/aquela</i> )
	→ pílu/cílu	( <i>pilo/quilo</i> )
	→ pitár/citár	( <i>pitar/uitar</i> )
	→ tʃipínju/tʃicínju	( <i>tipinho/tiquinho</i> )

p/k	→ pórta/kórta	(porta/corta)
	→ kóka/kóka	(coca/copa)
	→ ě <sup>i</sup> ka <sup>i</sup> lár/ě <sup>i</sup> pa <sup>i</sup> lár	(encalhar/empalhar)
	→ ě <sup>i</sup> ka <sup>i</sup> pár/ě <sup>i</sup> pa <sup>i</sup> pár	(encapar/empapar)
	→ xekólu/xepólu	(recolho/repolho)
m/n	→ mésa/nésa	(meça/nessa)
	→ minár/ninár	(minar/ninar)
	→ símu/sínu	(cimo/sino)
n/ɲ	→ méma/méɲa	(mama/manha)
	→ akɛmár/akɛɲár	(acamar/acanhar)
	→ xíma/xíɲa	(rima/rinha)
	→ xekomési/xekoɲési	(recomece/reconhece)
b/d	→ sédu/sébu	(cedo/sebo)
	→ bó <sup>w</sup> a/dó <sup>w</sup> a	(boa/doa)
	→ búɟa/dúɟa	(bucha/ducha)
	→ botár/dotár	(botar/dotar)
b/d͡ʒ	→ abítar/ad͡ʒítar	(habitar/aditar)
	→ bíɟɛmu/díɟɛmu	(bigamu/digamu)
	→ bíska/d͡ʒíska	(bisca/disca)
b/ɣ	→ béxa/ɣéxa	(berra/guerra)
	→ sébi/séɣi	(sebe/cegue)
	→ bedélu/ɣedélu	(bedelho/guedelho)
b/g	→ búla/gúla	(bula/gula)
	→ ě <sup>i</sup> bu <sup>i</sup> lía/ě <sup>i</sup> gu <sup>i</sup> lía	(embolia/engolia)
	→ baióla/gaióla	(baiola/gaiola)

A lista acima permite-nos estabelecer que a oclusão bilabial é reconhecida como diferente de todas as oclusões realizadas com outros articuladores. Entretanto não nos permite concluir que a oclusão bilabial é diferente das demais realizações que ocorrem envolvendo esses mesmos articuladores. Para podermos afirmar façamos, pois, outra lista envolvendo a distinção entre esse grau zero de abertura e todos os demais:

b/β	→ kábu~káβu/káβu~káv	(cabo/cavo)
*b/β	→ bárku ~ βárku	(barco)
*b~β~v	→ basóra ~ βasóra ~ vasóra	(vassoura)

Os dados acima apontam para o fato de os falantes estabelecerem a relação:

$$(b \sim \beta \sim v) / (\beta \sim v)$$

Em alguns dialetos do Português, o reconhecimento da articulação oclusiva para as bilabiais sonoras associa-se à mudança do articulador passivo que, de labial, torna-se dental. Fato diferente entre as bilabiais surdas:

p/f	→ pátu/fátu	( <i>pato/fato</i> )
	→ kō <sup>w</sup> pētʃi/kō <sup>w</sup> fētʃi	( <i>compete/confete</i> )
	→ xípa/xífa	( <i>ripa/rifa</i> )
	→ plásidés/flásidés	( <i>placidez/flacidez</i> )

Isso estabelece que, entre segmentos bilabiais sonoros, os falantes não reconhecem a oclusão com a mesma regularidade que o fazem com seus homorgânicos sonoros. Entretanto, mesmo entre as surdas, não ocorre diferenciação de grau de abertura entre segmentos bilabiais, caso não haja variação do articulador passivo. Pode-se pensar que, em ambos os casos, o que os falantes consideram seja apenas o articulador ativo, isto é, tratam-nos apenas como segmentos labiais, oclusivos ou fricativos. Embora a oclusão para as labiais sonoras não seja um traço reconhecido para contrapor formas com diferente significado, é utilizado como um diacrítico cultural que marca fronteiras dialetais entre os falantes da língua.

Essa assimetria entre segmentos labiais surdos e segmentos labiais sonoros, na medida em que apenas estes podem ocorrer com diferente grau de abertura, tem a sua origem no processo de formação dos próprios segmentos labiais sonoros. Os cognatos latinos correspondentes àqueles do Português em que a labial sonora ocorre, já apontam para a instabilidade desses segmentos. Conforme

descrevemos quando tratamos da variação de sonoridade, o segmento [b] manteve-se em posição inicial de palavra ou seguindo sílaba travada. Nas demais posições foi possível verificar que ou suprimia-se ou tornava-se contínua; porém, como se pode notar na coluna à direita da tabela abaixo, esse não era um fato tão regular:

hăbēre > haver	alba > alva
lībērāre > livrar	arbōre > árvore
dēbīta > dívida	carbōne > carvão
lăbōrāre > lavar	sorbēre > sorver
něbŭla > névoa	bārōne > varão
căballu > cavalo	
libru > livro	

Por outro lado, a formação da oclusiva bilabial sonora [b] na língua portuguesa associa-se à formação da própria labial contínua sonora [v], que não existia no Latim, como veremos mais adiante. Alguns levantamentos dialetais mostram que a instabilidade entre essas labiais sonoras é um fato bastante comum. Sequeira (1957, p. 28) apresenta a seguinte lista de palavras para o falar do Baixo-Minho:

<i>bara</i> ( <i>vara</i> )	<i>burto</i> ( <i>vulto</i> )	<i>rebiraborta</i> ( <i>reviravolta</i> )
<i>berde</i> ( <i>verde</i> )	<i>cabalo</i> ( <i>cavalo</i> )	<i>imbolber</i> ( <i>envolver</i> )
<i>biber</i> ( <i>viver</i> )	<i>cabar</i> ( <i>cavar</i> )	<i>rebirar</i> ( <i>revirar</i> )
<i>binho</i> ( <i>vinho</i> )	<i>haber</i> ( <i>haver</i> )	<i>libro</i> ( <i>livro</i> )
<i>borta</i> ( <i>volta</i> )	<i>lubar</i> ( <i>leva</i> )	<i>pobo</i> ( <i>povo</i> )

Fato muito semelhante foi apontado por Amaral (1981, p. 51) em relação ao dialeto caipira e por Penha (1997, p. 202-3) em relação ao Português rural do sul de Minas Gerais:

*bassôra (vassoura)    berruga (verruga)    carbotêro (carvoteiro)*  
*bespa (vespa)        bamo (vamo)        barrer (varrer)*

Dessa maneira, podemos pensar que o reconhecimento da oclusão para as labiais sonoras não se estabilizou em todas as partes em que se falava e fala o Português. A língua escrita, dada sua forte tendência homogeneizadora, reconhece apenas as formas de um dialeto, ou de um conjunto de dialetos, cujo prestígio asseverou-se sobre os demais.

Segmentos coronal-alveolares oclusivos também são reconhecidos pelos falantes:

### coronal-alveolar/não coronal-alveolar

t/p	→ (cf. exemplos anteriores)	
*t/ṭ̃	→ ∅	
t/c	→ tejmár/cejmár	( <i>teimar / queimar</i> )
	→ sertéjru/sercéjru	( <i>certeiro / cesqueiro</i> )
	→ xotéjru/xocéjru	( <i>roteiro / roqueiro</i> )
t/k	→ tóra/kóra	( <i>tora / cora</i> )
	→ trotár/trokár	( <i>trotar / trocar</i> )
	→ taskár/kaskár	( <i>tasçar / casçar</i> )
d/b	→ (cf. exemplos anteriores)	
*d/ḍ̃	→ ∅	
d/ʃ	→ déjʃa/ʃéjʃa	( <i>deixa / gueixa</i> )
	→ kardéjru/karʃéjru	( <i>cardeiro/cargueiro</i> )
	→ gadéjra/gaʃéjra	( <i>gadeira/gagueira</i> )
b/d	→ brída/bríga	( <i>brida/briga</i> )
	→ mḗ <sup>0</sup> dár/mḗ <sup>0</sup> gár	( <i>mandar/mangar</i> )
	→ dḥma/gḥma	( <i>dama/gama</i> )
	→ sawdár/sawgár	( <i>saudar/salgar</i> )
d/n	→ dḥnu/nḥnu	( <i>dano/nano</i> )
	→ mórdu/mórnu	( <i>mordo/morno</i> )
	→ órḍē <sup>l</sup> /órñē <sup>l</sup>	( <i>ordem/ornem</i> )

Da mesma maneira que ocorreu na análise anterior, temos de verificar se a variação de graus de abertura mantém o reconhecimento da articulação coronal-alveolar pelos falantes.

t/s	→ máta/mása	( <i>mata/massa</i> )
	→ kúrtu/kúrsu	( <i>curto/curso</i> )
	→ té <sup>ɨ</sup> su/sé <sup>ɨ</sup> su	( <i>tenso/censo</i> )
	→ atē <sup>ɨ</sup> dér/asē <sup>ɨ</sup> dér	( <i>atender/acender</i> )
d/z	→ lídu/lízu	( <i>lido/liso</i> )
	→ adulár/azulár	( <i>adular/azular</i> )
	→ doáda/zoáda	( <i>doada/zoada</i> )
d/l	→ dádu/ládu	( <i>dado/lado</i> )
	→ adága/alága	( <i>adaga/alaga</i> )
	→ dówra/lówra	( <i>doura/loura</i> )
	→ sédula/sélula	( <i>cédula/célula</i> )
	→ sedár/selár	( <i>sedar/selar</i> )
d/r	→ káda/kára	( <i>cada/cara</i> )
	→ kuráda/kurára	( <i>curada/curara</i> )
	→ séda/séra	( <i>seda/cera</i> )
x/d	→ xátu/dátu	( <i>rato/dato</i> )
	→ amáda/amáxa	( <i>amada/amarra</i> )
	→ adotár/axotár	( <i>adotar/arrotar</i> )

Nesse caso, estaremos diante de uma situação um pouco diferente daquela que encontramos ao analisar as oclusivas bilabiais: há o reconhecimento de diferenças entre diversas variações de graus de abertura. No conjunto dos segmentos obstruintes, podemos notar que há a distinção entre oclusivas e fricativas coronal-alveolares, fato que não ocorreu entre as bilabiais. O fato que chama à atenção é a indiferença entre os segmentos coronal-alveolares oclusivos e os segmentos coronal-alveolares africados: [t] e [tʃ], respectivamente. Observando a distribuição desses segmentos quanto à sua ocorrência precedendo vogais, teremos:

ta		da
te		dɛ
te		de
ti	~	tʃi      dʒi ~ di
to		dɔ
to		do
tu		du

Essa distribuição aponta para a distribuição complementar dos segmentos [t d], em relação à [tʃ dʒ], respectivamente, que só ocorrem antes de [i] em alguns dialetos do Português. Nesse caso, deve-se entender que se trata de uma variação condicionada à presença da vogal [i] cuja articulação palatal é antecipada, isto é, ocorre desde o momento da oclusão dos segmentos [t] e [d]. Embora estejamos utilizando a representação gráfica de uma africada, seria mais apropriada a representação de um segmento palatalizado [tʲ] e [dʲ]. Ainda que, foneticamente, estejamos representando realizações bastante semelhantes, essa última opção gráfica mostra-se mais coerente com os fatos apresentados.

Em relação aos demais, podemos dizer que a articulação coronal-alveolar assume um estatuto fonológico bastante evidente na língua portuguesa, na medida em que se diferencia tanto dos demais segmentos oclusivos, quanto dos demais segmentos com outros graus de abertura.

Não se pode deixar de fazer uma analogia com as bilabiais quanto à diferença que se reconhece em relação às nasais: ([p] / [b]) / [m] e ([t] / [d]) / [n]. A evidência de que a diferença decorre do traço obstruinte, para as não nasais, em relação ao traço soante, para as nasais, tal como apontávamos anteriormente, advém da possibilidade de se distinguir coronal-alveolares oclusivas de coronal-alveolares fricativas, isto é, uma diferença

no interior do conjunto das oclusivas reconhecida pelos falantes, fato que não tínhamos como comprovar quando analisamos as bilabiais que só se diferenciavam irregularmente pela variação do articulador passivo em conjunto com o grau de abertura.

Se compararmos agora os segmentos oclusivos com articulação africada com os demais, verificaremos que a distinção forma um subconjunto daquele que obtivemos ao compararmos segmentos oclusivos coronal-alveolares:

### coronal-alveolar africada/não coronal-alveolar africada

t <sup>h</sup> /p	→ (cf. exemplos anteriores)	
*t <sup>h</sup> /t	→ ∅	
t <sup>h</sup> /c	→ t <sup>h</sup> ɨ <sup>n</sup> ta / cɨ <sup>n</sup> ta	(tinta/quinta)
	→ ʃó <sup>h</sup> i / ʃóci	(xote/choque)
	→ pést <sup>h</sup> i/pésci	(peste/pesque)
*t <sup>h</sup> /k	→ ∅	
d <sup>h</sup> /b	→ (cf. exemplos anteriores)	
*d <sup>h</sup> /d	→ ∅	
d <sup>h</sup> /ʃ	→ ad <sup>h</sup> iár/ajiár	(adiar/Aguiar)
	→ d <sup>h</sup> ía/ʃía	(dia/guia)
	→ sed <sup>h</sup> ídu/seʃídu	(cedido/seguido)
	→ prosed <sup>h</sup> imé <sup>h</sup> tu/prosejímé <sup>h</sup> tu	(procedimento/ prosseguimento)
*d <sup>h</sup> /g	→ ∅	

Uma observação a ser feita é que as africadas são apenas variações das oclusivas coronal-alveolares, com as quais estão em distribuição complementar. Não há necessidade de verificar se há ou não seu reconhecimento com outros segmentos de diverso grau de abertura, na medida em que o resultado que se obterá dessa operação será exatamente o mesmo do que se obteve para as coronal-alveolares. Outra observação que se pode fazer em relação às africadas é a impossibilidade de se contrapor os segmentos [d<sup>h</sup>] e [t<sup>h</sup>] aos segmentos [g] e [k]. A explicação para esse

fato será dada logo a seguir quando analisarmos os segmentos oclusivos com articulação dorsopalatal.

### dorsopalatal/não dorsopalatal

c/p	→ (cf. exemplos anteriores)
c/t	→ (cf. exemplos anteriores)
c/tʲ	→ (cf. exemplos anteriores)
*c/k	→ ∅
ʃ/b	→ (cf. exemplos anteriores)
ʃ/d	→ (cf. exemplos anteriores)
ʃ/dʲ	→ (cf. exemplos anteriores)
*ʃ/g	→ ∅
ʃ/ɲ	→ (cf. exemplos anteriores)

Do conjunto de comparações acima, pode-se facilmente perceber que, além daquelas a que nos referimos, também não há como verificar o reconhecimento de diferença entre [c]/[k] e [ʃ]/[g]. A justificativa para isso é a mesma que se obteve na relação entre os segmentos africados e os oclusivos coronal-alveolares. Comparando a distribuição das dorsopalatais e das dorsovelares quanto à sua ocorrência antes das vogais, teremos:

— ka	— ga
ce —	ʃɛ —
ce —	ʃe —
ci —	ʃi —
— kɔ	— gɔ
— ko	— go
— ku	— gu

O quadro acima permite-nos estabelecer tanto a hipótese de que os segmentos [k] e [g] palatalizam-se antes de vogais anteriores, dorsopalatais, tornando-se [k<sup>j</sup>] e [g<sup>j</sup>], respectivamente, quanto o inverso, isto é, [c] e [ɟ] velarizam-se antes de vogais posteriores, dorsovelares, tornando-se [c<sup>v</sup>] e [ɟ<sup>v</sup>]. O argumento a favor da primeira hipótese advém do fato de que, em posição inicial de sílaba, precedendo [r] ou [l], apenas ocorrem [k] e [g], que mantêm a articulação velar. Nesse caso, a imanência da articulação velar em contexto não-velar caracteriza-as como [k] e [g], que se palatalizam antes de segmentos vocálicos palatais. À semelhança do que fizemos com [t] e [d], que se tornam [t<sup>j</sup>] e [d<sup>j</sup>], faremos com [k] e [g], que se tornam [k<sup>j</sup>] e [g<sup>j</sup>].

Diferentemente do que ocorre entre os segmentos [t] e [d], em relação à [t<sup>j</sup>] e [d<sup>j</sup>], quando precedem [i], que é um fato reconhecido entre os falantes da língua, na medida em que as sequências [ti] e [di] são estigmatizadas entre diversos grupos de falantes, a variação entre [k<sup>j</sup>] e [g<sup>j</sup>], que estão em distribuição complementar com [k] e [g], respectivamente, não é reconhecida pelos falantes para a diferenciação dialetal, nem há qualquer evidência de que as realizações dorsopalatal e dorsovelares não ocorram com a mesma distribuição em dialetos do Português. Dessa maneira, não podemos afirmar que a variação entre os articuladores passivos, palato e véu palatino, seja significativa para os falantes.

Assim, pode-se supor que os segmentos dorsovelares apresentem o mesmo comportamento de seus homorgânicos dorsopalatais. Entretanto, quando comparamos as listas de pares mínimos, notamos que a correspondência não é exata e nem que o conjunto de pares referentes a [k<sup>j</sup>] e [g<sup>j</sup>] é um subconjunto dos pares referentes a [k] e [g], pois não há a nasal velar homorgânica a [k] e [g], tal como ocorreria para [k<sup>j</sup>] e [g<sup>j</sup>]:

**dorsovelar/não-dorsovelar**

k/p	→ (cf. exemplos anteriores)
k/t	→ (cf. exemplos anteriores)
*k/tʲ	→ ∅
*k/kʲ	→ ∅
g/b	→ (cf. exemplos anteriores)
g/d	→ (cf. exemplos anteriores)
*d/dʲ	→ ∅
*g/gʲ	→ ∅

Nas comparações feitas entre dorsovelares oclusivas e as demais oclusivas, não ocorre o par [g]\*/[ŋ], que muito bem estabelecería a relação ( [k]/[g] ) /\*[ŋ], tal como ocorreu com as bilabiais e as coronal-alveolares, como já foi salientado por Lüdtke (1952). A relação que se estabelece, torna-se um pouco mais complexa:

$$(k \sim k^j / g \sim g^j) / \eta$$

A analogia com os demais segmentos oclusivos fica bastante evidenciada:

$$(t \sim t^j / d \sim d^j) / n$$

$$(p/b \sim \beta \sim v) / m$$

Câmara (1949, p. 43, e 1977b, p. 78) estabeleceu uma relação entre esses segmentos que corrobora essa interpretação:

	p	b	f	v	m
t		d	s	z	n
	q	g	x	j	nh

A inexistência da oclusão dorsovelar nasal, [ŋ], em Português, reforça a hipótese de que o articulador passivo não é reconhecido para as articulações dorsais de forma bastante semelhante ao que ocorre com as articulações labiais. Assim, [k] e [g] seriam obstruintes oclusivas dorsais e [ŋ] soante oclusiva dorsal nasal.

A distinção entre os articuladores dos segmentos nasais, por sua vez, necessita de maior detalhamento. Diferem-se entre si sem grande dificuldade:

m/n	→ kéma/kéna	( <i>cama/cana</i> )
	→ mána/nána	( <i>mana/nana</i> )
	→ móra/nóra	( <i>mora/nora</i> )
	→ ləmózu/lənózu	( <i>lamoso/lanoso</i> )
	→ marína/narína	( <i>marina/narina</i> )
m/ɲ	→ léma/léɲa	( <i>lema/lenha</i> )
	→ xému/xéɲu	( <i>ramo/ranho</i> )
	→ akəmádu/akɲádu	( <i>acamado/acanhado</i> )
n/ɲ	→ gəméj/gɲéj	( <i>gamei/ganhei</i> )
	→ pínu/píɲu	( <i>pino/pinho</i> )
	→ mína/míɲa	( <i>mina/minha</i> )
	→ ordenár/ordeɲár	( <i>ordenar/ordenhar</i> )

A variação de graus de abertura, que mantenha o traço soante e nasal, labial ou dorsal, não se dá em nenhum caso da língua portuguesa. A única possibilidade ocorre entre os segmentos [ɲ] e [ĩ], tal como nos exemplos abaixo, tomados de Monteiro (1999), para os quais, em alguns casos, temos de desconsiderar a diferença entre consoantes e vogais:

*ɲ/ĩ	→ píɲu ~ píũu (píu)	( <i>pinho</i> )
	→ mɛɲa ~ mɛĩa	( <i>manha</i> )
	→ tɛmɛɲu ~ tɛmɛĩu	( <i>tamanho</i> )
	→ kō <sup>w</sup> tɛɲa ~ kō <sup>w</sup> tɛĩa	( <i>contenha</i> )
	→ póɲu ~ póũu	( <i>ponho</i> )

Essa variação de grau de abertura, justamente a perda da oclusão bucal que caracteriza o grau dois de abertura, ocorre com a manutenção dos traços articuladores, isto é, um segmento soante nasal contínuo dorsopalatal poderá ser interpretado tanto como um *glide* nasal [ ʝ ] quanto como uma vogal nasal [ ỹ ]. A diferença entre essas duas interpretações será analisada quando tratarmos da sílaba no Português. Trata-se de um fato reconhecido socialmente como marca dialetal e é fator de estigmatização entre os falantes da língua.

A origem dessa consoante nasal palatal no Português permite-nos compreender a instabilidade dessas variações. De maneira bastante genérica, pode-se dizer que o segmento [ɲ] resultou da nasalização do segmento vocálico palatal [ ỹ ], como se pode notar nos exemplos abaixo:

a)	b)	c)
cõquina > cocina > cozinha	ãrãñã > aranha	pugnu > punho
fãrina > farinha	insãnia > sanha	ligna > lenha
gallina > galinha	campãnia > campanha	cognãtu > cunhado
mãrino > marinho	intẽrãñã > entranha	tam magnu > tamanho
molinu > moinho	ingẽniu > engenho	signa > senha
sobrĩnu > sobrinho	Jũniu > junho	
dĩvĩnu > adivinho	commũñĩõne > comunhão	
vĩno > vinho	sẽñĩõre > senhor	
vĩcĩno > vizinho	balnẽu > baneu > banho	
spĩna > espinha	cũñẽu > cunho	
	tĩñã > tinha	
	lãñĩãre > lanhar	

Na coluna (a), é notável que a nasalização decorreu do segmento nasal alveolar oclusivo, que atuou regressivamente, antes de ser suprimido. Dessa maneira, da sequência [sobrĩnu], geraram-se [sobrĩnu], [sobrĩu] e, finalmente, [sobrĩnu]. Na coluna

(b), a nasalização foi progressiva: da sequência [aránia], geraram-se [aránia], [arãia] e, finalmente, [arãna]. A forma final [ɲ], em que há um ponto de oclusão, não parece ter se manifestado em todas das regiões de língua portuguesa, o que nos permite compreender a oscilação entre [tamãɲu] e [tamãiu].

Fenômeno semelhante manifesta-se em juncturas de palavras em que há um segmento vocálico palatal nasalizado precedendo outro segmento vocálico qualquer. Sequências como “*quem é*” ou “*nem aquele*”, realizam-se foneticamente como [kʲɛɲɛ] e [nɛɲakʲɛɲi], em que ocorre uma oclusão intervocálica. Ainda que se possa propor uma epêntese, trata-se, mais propriamente, da inserção de um traço de oclusão, de forma muito semelhante ao que se manifestou na formação do segmento [ɲ] na língua portuguesa. Veremos isso mais detalhadamente quando tratarmos do traço nasal em segmentos vocálicos.

Ainda quanto à origem desse segmento nasal palatal, houve casos em que manifestou-se a partir da sequência [gn]. Coutinho (1954, p. 126) aponta para o fato de que, em casos semelhantes, como *reḡnu* > *reino*, ocorre vocalização de [g], e em casos como *insignare* > *ensinar* ou *signo* > *sinal*, ocorre a supressão de [g]. O mesmo autor propõe que as formas *punho*, *lenho*, *cunhado*, dentre as demais que estão na coluna (c) acima, sejam de um estrato mais profundo da língua portuguesa do que *reino* e *sinal*, por exemplo. Nesse caso, é bem possível que aquelas tenham sido o resultado da vocalização e da supressão que ocorreu em *reino* e em *sinal*, gerando uma vogal palatal alta nasalizada. que nos referimos para as palavras das colunas (a) e (b); algo como \*puñu ou \*coñatu, em que a supressão de [n] é fato comum na história da língua portuguesa.

Qualquer que seja a explicação, é notável que a oclusiva palatal nasal é homorgânica da vogal palatal alta nasalizada na língua portuguesa. Fato semelhante não ocorre com os demais segmentos oclusivos nasais [m] e [n], cuja perda da oclusão não

evolui para segmentos vocálicos. Quiçá o caminho inverso, por exemplo em *luma* para *lua*. A forma latina cognata é *luna*, e o português arcaico *lũa*, que aparece documentado no dialeto cai-pira do Vale do Paraíba em São Paulo, como *lũar*. A manutenção dos traços de labialidade e de nasalidade da vogal, acrescida de um traço de oclusão possivelmente estabeleceu um segmento [m] nessa posição intervocálica. Nas Atas da Câmara da Cidade de São Paulo, particularmente na de 06/04/1575, aparece a grafada a forma *boma*, para a atual *boa*, cujo cognato latino era *bona*, o que nos permite imaginar que essa era uma pronúncia. A forma portuguesa *uma* possivelmente passou por um processo semelhante. Encontra-se, com grande facilidade, a grafia *hũa*, cujo cognato latino era *una*. A desnasalação parece ter sido um processo característico de algumas regiões em que se fala a língua portuguesa. Novamente, estamos diante de um diacrítico cultural estigmatizado em favor de um, ou de um conjunto de dialetos que foram assumidos como a norma culta portuguesa.

Dessa maneira está claro que, apesar de estarmos tratando das consoantes nasais como segmentos oclusivos, pois há de fato uma obstrução completa à passagem do ar na boca, a sonoridade pode ser mantida continuamente pela passagem do ar através da cavidade nasal, daí a sua proximidade articulatória com os demais segmentos soantes, sobretudo os vocálicos. Esse é um fato que já fora salientado pelos gramáticos latinos, que tomavam as consoantes obstruintes nasais como segmentos semi-vocálicos, chamando-os “*em*” e “*en*”, e não “*me*” e “*ne*”, como é corrente em algumas regiões do Brasil, à semelhança do que fizeram com as demais obstruintes (cf. cap. I. *A representação dos sons e a escrita tradicional em língua portuguesa*).

Uma das características interessantes que se pode notar das relações que se estabelecem entre os segmentos oclusivos da língua portuguesa é o fato de eles poder ser agrupados em três conjuntos hierarquicamente organizados: oclusivos, oclusivos

sonoros e oclusivos sonoros nasais. De certa maneira, esse fato estabelece uma categoria intermediária entre as obstruintes surdas e as soantes nasais, na medida em que as obstruintes sonoras compartilham o traço de sonoridade das soantes e da restrição de sonorização espontânea das obstruintes.

Como se verá, quando tratarmos da estrutura silábica, há um conjunto de restrições que se aplicam aos segmentos da língua, segundo a classe a que pertencem, que nos permite verificar as consequências dessas subdivisões.

## Abertura

Prosseguindo com nossa análise, estaremos diante de segmentos contínuos. Partindo das bilabiais, teremos:

### bilabial/não bilabial (fricativa surda oral)

*β/v	→ βexúga ~ vexúga	( <i>verruga</i> )
β/z	→ káβu / kázu	( <i>cabo/caso</i> )
β/ʒ	→ βáxa / ʒáxa	( <i>varra/jarra</i> )
β/x	→ ẽ'βóla / ẽ'xóla	( <i>embola/enrola</i> )

Na medida em que não ocorre segmento surdo homorgânico de [β], a bilabialidade é reconhecida pelos falantes apenas entre segmentos sonoros com articuladores passivos diferentes de dental e de labial, conforme vimos quando o contrastamos com seu homorgânico oclusivo. Esse fato pode ser ainda melhor reconhecido ao se tomar as sequências contrastivas de segmentos labiodentais:

### labiodental/não labiodental

f/θ	→ fáka/θáka	( <i>prata/praça</i> )
	→ fínu/'θínu	( <i>fino/sino</i> )
	→ fatúra/θatúra	( <i>fatura/satura</i> )

f/s	→ fúma/θúma	( <i>fuma/suma</i> )
	→ fínu/θínu	( <i>fino/sino</i> )
	→ fatúra/θatúra	( <i>fatura/satura</i> )
f/ʃ	→ fīs/ʃīs	( <i>fiz/xis</i> )
	→ búfa/búʃa	( <i>bufa/bucha</i> )
	→ fiádu/ʃiádu	( <i>fiado/chiado</i> )
f/x	→ fóʎa/xóʎa	( <i>folha/rolha</i> )
	→ fátu/xátu	( <i>fato/rato</i> )
	→ afastár/axastár	( <i>afastar/arrastar</i> )
	→ búfa/búxa	( <i>bufa/burra</i> )
*v/β	→ vexúga ~ βexúga	( <i>verruga</i> )
v/ð	→ próva/próva	( <i>prova/prosa</i> )
	→ levádu/leðádu	( <i>levado/lesado</i> )
	→ velár/ðelár	( <i>velar/zelar</i> )
v/z	→ zóu/vóu	( <i>voo/zoo</i> )
	→ voár/zoár	( <i>voar/zoar</i> )
	→ próva/próza	( <i>prova/prosa</i> )
	→ levádu/lezádu	( <i>levado/lesado</i> )
	→ velár/zelár	( <i>velar/zelar</i> )
v/ʒ	→ kavádu/kaʒádu	( <i>cavado/cajado</i> )
	→ váka/ʒáka	( <i>vaca/jaca</i> )
	→ ʒelár/velár	( <i>gelar/velar</i> )
	→ xevér/xezér	( <i>rever/reger</i> )

Os dados acima corroboram a hipótese de que as labiodentais são reconhecidas apenas em relação a outros articuladores, isto é, não há distinção entre labiodentais e bilabiais. A variação entre os articuladores passivos dentes e lábio superior não é significativa para os falantes. Isso preconiza que, nesse caso, o contraste ocorre apenas em relação ao articulador ativo. Nos demais casos, entretanto, o mesmo fato não parece ocorrer. Compare-se com as sequências abaixo, referentes aos articuladores coronal e alveolar:

#### coronal-alveolar / não coronal-alveolar

*s/θ	→ sápu ~ θápu	( <i>sapo</i> )
s/f	→ (cf. exemplos anteriores)	

s/ʃ	→ mésa/méʃa	( <i>meça/mecha</i> )
	→ asár/aʃár	( <i>assar/achar</i> )
	→ kṣá <sup>ᵛ</sup> sa/kṣá <sup>ᵛ</sup> ʃa	( <i>cansa/cancha</i> )
	→ sága/ʃága	( <i>saga/chaga</i> )
s/x	→ sḗ <sup>ᵛ</sup> da/xḗ <sup>ᵛ</sup> da	( <i>senda/renda</i> )
	→ amáxa/amása	( <i>amarra/amassa</i> )
	→ segár/xegár	( <i>cegar/regar</i> )
	→ asṣṣádu/axṣṣádu	( <i>assanhado/arranhado</i> )
*z/ð	→ azédu ~ aðédu	( <i>azedo</i> )
z/v	→ (cf. exemplos anteriores)	
z/ʒ	→ fúzu/fúʒu	( <i>fuso/fujo</i> )
	→ zélu/ʒélu	( <i>zelo/gelo</i> )
	→ pezádu/peʒádu	( <i>pesado/pejado</i> )
	→ zṣá <sup>ᵛ</sup> gáda/ʒṣá <sup>ᵛ</sup> gáda	( <i>zangada/jangada</i> )

A não ser que se considere uma distinção entre os articuladores ápex e lâmina, sem tomá-los conjuntamente como coroa, não haverá como distinguir os segmentos [s] e [z] de [ʃ] e [ʒ], na medida em que os dois pares possuem o mesmo articulador ativo coroa. Distinguem-se, pois, somente por seu articulador passivo. Por outro lado, o não reconhecimento da variação de articulador passivo entre os segmentos [s], [z] e [θ] e [ð] estabelece o seguinte:

$$s \sim \theta / ʃ / x$$

$$z \sim \theta / ʒ / v \sim \beta$$

Observando mais detidamente teremos:

	β	f v	θ ð	s z	ʃ ʒ	x
a.a.	lábio	lábio	coroa lâmina	coroa ápex	coroa lâmina	dorso
a.p.	lábio	dente	dente	alvéolos	pré-palato	véu

É notável, na tabela acima, que há quatro alvos bem definidos para os articuladores ativos: (lábio ou dentes), (dentes ou alvéolos), pré-palato e véu palatino. Comparemos essa distinção com a que fizemos para os segmentos não contínuos oclusivos:

	m p b	n d t	ŋ g <sup>j</sup> k <sup>j</sup>	g k
a.a.	lábio	coroa	dorso	dorso
a.p.	lábio	alvéolos	palato	véu

De forma um pouco diferente, pode-se apenas estabelecer três alvos para os articuladores ativos: lábio, alvéolos e (palato ou véu). Para os articuladores ativos há somente três possibilidades — lábio, coroa e dorso —, que são as previstas na descrição articulatória.

Nossa análise poderá, portanto, considerar que os falantes reconhecem as variações entre articuladores ativos, lábio, coroa e dorso, bem como entre articuladores passivos se, e somente se, o ativo for coroa. É notável, por sua vez, que o articulador passivo *dentes* não é reconhecido fonologicamente, na medida em que não estabelece diferenças nem entre segmentos oclusivos, nem entre segmentos contínuos. Pode-se pensar, portanto, que a diferença reconhecida pelos falantes para os articuladores passivos atingidos pela coroa reporta-se especialmente quanto a alvéolos e pré-palato.

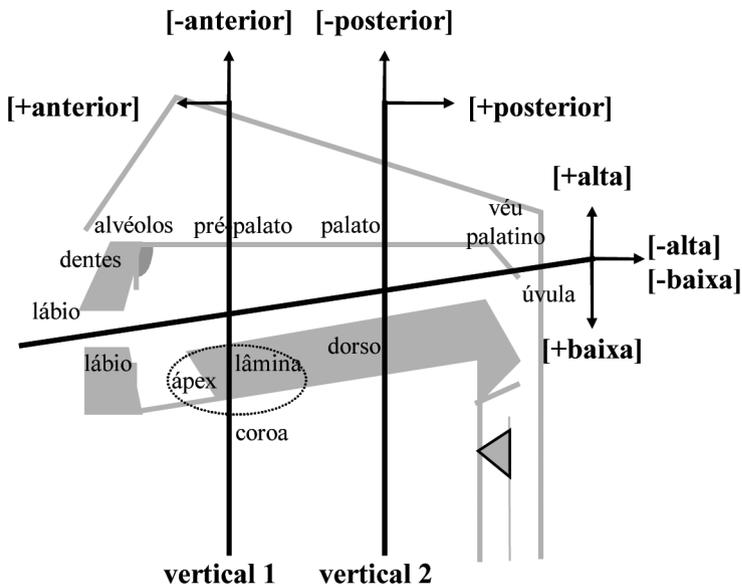
Essa hipótese pode ser corroborada com a análise dos segmentos com articulação pré-palatal:

### coronal pré-palatal/coronal não pré-palatal

ʃ/θ	→ áʃa / áθa	( <i>acha/assa</i> )
ʃ/f	→ (cf. exemplos anteriores)	
ʃ/s	→ (cf. exemplos anteriores)	
ʃ/x	→ búʃu/búxu	( <i>bucho/burro</i> )
	→ agaʃár/agaxár	( <i>agachar/agarrar</i> )
	→ kóxu/kóʃu	( <i>corro/cocho</i> )
	→ ʃalé/xalé	( <i>chalé/ralé</i> )

ʒ/ð	→ (cf. exemplos anteriores com o par ʒ/z)
ʒ/v	→ (cf. exemplos anteriores)
ʒ/z	→ (cf. exemplos anteriores)

As diferenças reconhecidas pelos falantes são exatamente as mesmas que vimos anteriormente. Esse fato implica que a organização das diferenças entre os segmentos até agora analisados não pode ser considerada tão somente por suas correspondências articulatórias. O modelo de análise proposto por Chomsky e Halle (1968)<sup>10</sup> preconiza uma interpretação do trato vocal de forma um pouco mais esquemática:



**Figura 13: Representação esquemática da localização das linhas que dividem o trato vocal na cavidade supraglotal. As setas mostram essas localizações.**

<sup>10</sup> Recomenda-se a leitura de Chomsky e Halle (1968), Martins (1988), Mateus (1990) e Bisol (1999).

O esquema acima apresenta posições no trato vocal que não têm necessariamente uma correspondência com articuladores passivos. Qualquer articulação que ocorra adiante da vertical 1 será [+anterior], o que abrange as articulações labiais, dentais e alveolares. Qualquer articulação que não ocorra adiante da vertical 1 será [-anterior], o que abrange as pré-palatais e as [+posterior]. Qualquer articulação que ocorra atrás da vertical 2 será [+posterior], o que abrange as velares e as uvulares. Qualquer articulação que não ocorra atrás da vertical 2 será [-posterior], o que abrange as palatais e as [-anterior]

Se tomarmos essas definições de lugares fonológicos do trato vocal como critérios para a diferenciação fonológica, teremos:

	p b m β	f v	θ ð	t d n s z	ʃ ʒ	k <sup>l</sup> g <sup>l</sup> ɲ	k g x ɣ
0a.a.	lábio	lábio	coroa	coroa	coroa	dorso	dorso
anterior	+	+	+	+	-	-	-
posterior	-	-	-	-	-	-	+

A tabela acima aponta somente para duas posições quanto ao movimento dos articuladores: [+anterior] e [-anterior]. A variação da posição posterior não é reconhecida pelos falantes, o que nos permite eliminar a vertical 2 de nossas considerações e estabelecer uma nova tabela:

	p b m β f v	θ ð t d n s z	ʃ ʒ	k <sup>l</sup> g <sup>l</sup> ɲ k g x ɣ
a.a.	lábio	coroa	coroa	dorso
anterior	+	+	-	-

A distinção entre os segmentos obtidos em cada quadro será feita pelos demais traços: soante, sonoro e contínuo (e nasal). Labiais e dorsais redundam quanto à posição anterior, estas serão sempre [-anterior] e aquelas serão sempre [+anterior], o

que estabelece que a variação de posição está vinculada especialmente ao articulador ativo coroa.

A utilização de um único traço do modelo proposto por Chomsky e Halle (1968) não é a solução mais adequada para a coerência da descrição que vimos empreendendo. Entretanto, é notável que a distinção entre [θ] e [ʃ] ou entre [ð] e [ʒ] pode ser razoavelmente esclarecida pela interpretação das regiões articulatórias propostas por Chomsky e Halle (1968).

A articulação lâmino-dental, ou interdental, por sua vez, é fortemente estigmatizada, apesar de sua ocorrência comum entre falantes da língua portuguesa. Esse fato indica que é uma articulação reconhecida entre esses falantes, mas que não atua como um fato especialmente linguístico. Apesar da proximidade de [θ] e [ð] com suas homorgânicas pré-palatais [ʃ] e [ʒ], elas ocorrem como formas alternativas para as apicoalveolares [s] e [z], isto é, diferenciando o articulador ativo. Na medida em que fato semelhante ocorre com a variação entre as lâmino-pré-palatais e as apicopalatais, como se verá mais adiante, teremos uma caracterização das articulações coronais que deve considerar os articuladores passivos. Fato que não ocorre em relação às labiais e às dorsais.

Uma das diferenças mais interessantes que se verifica na comparação entre palavras latinas e palavras portuguesas está no conjunto de consoantes fricativas. Do conjunto das chamadas sibilantes, que têm esse nome porque apresentam um ruído de alta frequência que pode assemelhar-se a um silvo, o Latim possuía apenas um segmento coronal-alveolar surdo [s]. Esse segmento manifesta as mesmas características das demais consoantes, mantendo-se nas posições inicial e após sílaba travada, e sonorizando-se em posição intervocálica:

sapōne > sabão	salsa > salsa	rōsa > rosa
săpōre > sabor	gypsu > gesso	accūsāre > acusar
sacco > saco	ipse > esse	confūsīōne > confusão
sēcŕētū > segredo	persōna > pessoa	ūsū > uso
sīgillū > selo	versoria > vasoira	ūsūra > usura
silva > selva	āversu > avesso	absentīa > ausência
sermōne > sermão	campare > cansar	causa > cousa
serra > serra	dixi > disse	pausāre > pousar
simplīce > simples	ossu > osso	*ausare > ousar
sūpĕrāre > sobrar	tusse > tosse	mensa > mesa
sōnu > som	passu > passo	sponsa > esposa
somnu > sono	assāre > assar	tenso > teso
săgitta > seta	massa > massa	pensāre > pesar

Coutinho (1954, p. 127) salienta que a consoante “*n*”, como em *mensa*, *sponsa*, *tenso* e *pensare*, antes das sibilantes, já teria ocorrido no Latim Vulgar, o que permite-nos interpretar que a sibilante, nesses casos, estava em posição intervocálica. Essa sibilante ainda se manifesta nas formas portuguesas que têm cognatos latinos em “*t*” ou “*c*” precedendo vogais palatais:

cĕra > cera	calce > couce > coice	lūcerna > luzerna
cĭtu > cedo	conceptu > conceito	jūdicĭu > juízo
caecu > cego	justītia > justiça	justītia > justeza
certu > certo	prĕtĭu > preço	pretiare > prezar
cista > cesta	plătĕa > praça	palitia > baliza
cĭbāre > cevar	fortia > força	vĭcĭnu > vizinho
cĭvĭtāte > cidade	tertiu > terço	cōquĕre > cocere > cozer
quinque > cinco > cinco	cūpĭdĭtia > cobiça	facere > fazer

cinctu > cinto	grātīa > graça	vācīvu > vazio
schisma > cisma	cāpītu > cabeça	mollīta > moleza
caepulla > cebola	fācēe > face	plācēre > prazer
cīcōnīa > cegonha	mīnācīa > ameaça	
cella > cela	dulce > doce	

O segmento sonoro [z], entretanto, ocorria em algumas palavras que o Latim emprestara do Grego. Os segmentos pré-palatais, [ʒ] e [ʃ], por sua vez, eram desconhecidos dos romanos. A pré-palatal surda, [ʃ], manifesta-se na língua portuguesa nas posições inicial e após sílaba travada, em que nos cognatos latinos havia um encontro consonantal formado por obstruente oclusiva e [l], ou obstruente labial fricativa [f] e [l]:

clāmāre > chamar	masc(ũ)lu > macho
clāvīc(ũ)la > chavelha	implēre > encher
flamma > chama	inflāre > inchar
plūmāciu > chumaço	afflāre > achar
plēno > cheio	amplu > ancho
plāno > chão	espīc(ũ)lu > espicho
plūvia > chuiva > chuva	
plīcāre > chegar	

Conforme se verá mais adiante, esses encontros consonantais também sofreram outras transformações.

O segmento palatal também adveio de sequências em que um segmento vocálico palatal alto estava presente, quer fosse resultado de uma vocalização de consoante em final de sílaba, como na forma latina *fluxu*, em que ‘x’ possuía o valor [ks] como já vimos no primeiro capítulo, quer fosse a própria vogal [i]:

fluxu > froixo > frouxo	pisce > peixe
mătaxa > madeixa	miscēre > mexer
laxāre > leixar	fasce > feixe
coaxāre > queixar	passione > paixão
saxu > seixo	russĕu > roixo > roxo
rixa > rixa	*bassiar > baixar
coxa > coxa	
exāmen > enxame	
luxu > luxo	

Em todos esses últimos exemplos, é bastante característica a influência da vogal [i] na formação das palatais. Não deixa de ser um fato curioso que essa influência ainda se manifesta na língua portuguesa tanto na palatalização de [t] e de [d], ou na de [k] e de [g], quando precedem [i].

A pré-palatal sonora [ʒ], por sua vez, ocorre na língua portuguesa nas palavras cujo cognato latino tem uma semivogal grafada “j” ou um segmento velar, grafado “g” precedendo “e” ou “i”:

jacto > jeito	cūju > cujo	gemma > gema	rūgĭre > rugir
jăcĕre > jazer	jĕjūnu > jejum	gĕmĕre > gemer	ingĕniu > engenho
jōcāre > jogar	conjūrāre > conjurar	gĕnĕrāle > geral	argilla > argila
jūdicāre > julgar	pĕjōrāre > pejorar	gestu > gesto	rĕgĭōne > região
		gĭrāre > girar	surgĕre > surgir
		gĕnĕru > genro	vĭgĭlāre > vigiar

Também os cognatos latinos que possuíam a sequência grafadas “si” ou “ci” têm correspondentes em Português com pré-palatais:

băsiu > beijo

cěřvīsia > cerveja

ecclēsia > igreja

sūcīdu > sujo

Essa tendência à palatalização manifesta-se desde cedo na formação da fonologia da língua portuguesa. Ainda que possamos pensar que houve uma convergência das formas [j] e [g<sup>j</sup>i], respectivamente “j” e “ge/i”, em que esta sofre a influência da vogal palatal e aquela decorre do contato entre os articuladores, formando um segmento oclusivo, o fato é que os falantes estabeleceram um articulador passivo que não se manifestava entre os segmentos consoantes latinos. Os encontros consonantais latinos que têm correspondências com segmentos pré-palatais na língua portuguesa bem como a influência da mesma vogal palatal alta [i] precedendo ou sucedendo segmentos alveolares ou velares corroboram ainda mais essa hipótese.

## Aproximantes

Há, ainda, outros segmentos no Português que não foram ainda considerados isoladamente. Trata-se dos dorsovelares contínuos [x] e [ɣ] e os que possuem o grau 3 de abertura.

Os dorsovelares contínuos já foram expostos nas comparações anteriores. Mostraram-se como segmentos que se diferenciam dos demais, mas não se diferenciam entre si nem quanto à sonoridade nem quanto à nasalidade. A hipótese que propusemos era de que se tratava de segmentos soantes devido a essa não especificação do traço de sonoridade, que é uma característica das soantes. Analisando as diferenças reconhecidas, que vão descritas abaixo, teremos como verificar mais detalhadamente as relações que os falantes estabelecem entre os segmentos soantes não nasais.

l/λ	→ kála/kála ~ kaja	(cala/calha)
	→ velaría/velaría	(velaria/velharia)
	→ faláva/faláva	(falava/falhava)
	→ oléjru/oléjru	(oleiro/olheiro)
l/r	→ kála/kára	(cala/cara)
	→ koládu/korádu	(colado/corado)
	→ kolasẽw/korasẽw	(colação/coração)
	→ plẽ <sup>n</sup> tu/prẽ <sup>n</sup> tu	(planto/pranto)
	→ glẽ <sup>n</sup> d'i/grẽ <sup>n</sup> d'i	(glande/grande)
	→ plumáda/prumáda	(plumada/prumada)
l/r	→ bóla/bóra	(bola/borra)
	→ lẽ <sup>i</sup> da/rẽ <sup>i</sup> da	(lenda/renda)
	→ kolesẽw/koresẽw	(coleção/correção)
*l/ʎ	→ ∅	
*l/ʎ	→ áltu ~ áɽtu	(alto)
l/j	→ sála/sáia	(sala/saia)
	→ vélu/véju	(velo/velho)
	→ bóla/bója	(bola/boia)
	→ kalár/kajár	(calar/caiar)
t/λ	→ ∅	
t/r	→ ∅	
t/r	→ ∅	
t/ʎ	→ fãɽta/fãɽta	(falta)
t/w	→ káɽda/káwda	(calda)
	→ áɽtu/áwtu	(alto/auto)
r/λ	→ kára/kála	(cara/calha)
	→ morár/moɽár	(morar/molhar)
	→ esperár/espeɽár	(esperar/espelhar)
r/r	→ káru/káru ~ káxu	(caro/carro)
	→ kurár/kurár	(curar/currar)
	→ mirár/mirár	(mirar/mirrar)
	→ arẽɽna/arẽɽna	(aranha/arranha)
*r/ʎ	→ ∅	
r/w	→ krázi/kwázi	(crase/quase)
r/j	→ káru/káju	(caro/caio)
	→ sarómus/sajómus	(saramos/saiamos)
r/R	→ káru/káru	(caro/carro)
r/λ	→ fóra/fóla	(forra/folha)
	→ aréju/aléju	(arreio/alheiro)

	→ korér/kóler	( <i>correr/colher</i> )
	→ koredéjra/koledéjra	( <i>corredeira/colhedeira</i> )
*r/ɭ	→ ∅	
r/w	→ sárna/sáwna	( <i>sarna/sauna</i> )
	→ sér/séw	( <i>ser/seu</i> )
	→ pář/páw	( <i>par/pau</i> )
r/j	→ káru/káju	( <i>carro/caio</i> )
	→ par/páj	( <i>par/pai</i> )
*r/R	→ káru ~ káRu	( <i>carro</i> )
ɭ/w	→ sáɭna/sáwna	( <i>sarna/sauna</i> )
	→ áɭtu/áwto	( <i>alto/auto</i> )
ɭ/j	→ páɭ/páj	( <i>par/pai</i> )
*ɭ/R	→ póɭta ~ pórta	( <i>porta</i> )
*w/ɥ	→ ∅	
w/j	→ páw/páj	( <i>pau/pai</i> )
w/R	→ áwma/árma	( <i>alma/arma</i> )
j/ɥ	→ kája/kála	( <i>caia/calha</i> )
j/ɭ	→ léj/léɭ	( <i>lei/ler</i> )
	→ páj/páɭ	( <i>pai/par</i> )
j/w	→ páj/páw	( <i>pai/pau</i> )
j/R	→ páj/páR	( <i>pai/par</i> )

Tomando esse grande conjunto, é fácil verificar que a mesma organização fonológica que descrevemos acima pode ser mantida para esses segmentos.

	l	ɥ	r	r	ɭ	j	ɥ	w	x y	R
a.a.	coroa (lâmina)	coroa (lâmina)	coroa (ápex)	coroa (ápex)	coroa (ápex)	coroa (lâmina)	coroa (ápex) dorso	dorso lábio	dorso	dorso
a.p.	alvéolos	pré- palato	alvéolos	alvéolos	pré- palato	pré- palato	alvéolos	—	—	—

Mantendo a coerência com as análises anteriores, consideramos os articuladores passivos apenas em relação aos segmentos coronais.

Há vários problemas que se nos apresentam na tabela acima. Um deles é a dificuldade de se distinguir entre si, primei-

ro, [r] e [r], segundo [ʎ] e [j]; e, finalmente, [ɣ] e [ʀ]. Quanto aos primeiros, essa distinção se faz necessária pois se reconhece a diferença entre eles na medida em que ocorre, [káru]/[káru]. Quanto ao segundo grupo, os falantes reconhecem a distinção entre [káʎa]/[kája] para “calha” e “caia”, mas pode ocorrer [káʎa]~[kája] para “calha”. Quanto ao terceiro grupo, ainda que não ocorra uma distinção significativa, os falantes reconhecem a diferença entre [ó<sup>w</sup>ɣa] e [ó<sup>w</sup>ʀa], na medida em que a segunda forma é estigmatizada, à semelhança do que ocorre com a variação [káʎa]~[kája], em que [kája] é igualmente estigmatizada.

É um fato comum na fala paulista a realização áptico pré-palatal (retroflexa) das chamadas vibrantes. Entretanto, é possível distinguir pelo menos três áreas dialetais na fala paulista: da região oeste, da região do vale do Paraíba, da capital. A essas pode-se cotejar a fala carioca, bastante bem descrita. Os dados referem-se, quanto à região oeste, à cidade de Águas de Santa Bárbara (ASB), quanto ao vale do Paraíba, à cidade de Taubaté (TAU), quanto à capital, à minha própria fala (ego) e quanto à carioca, ao trabalho de López (1979) (GB):

	<i>intervocálica ou inicial</i>	<i>onset complexo</i>	<i>coda</i>
ego	r l x	r l —	— w ~ ʎ r ~ r
GB	r l x	r l —	— w ~ ʎ x
ASB	r l x ~ r	r r —	— ʎ ʎ
TAU	ʎ l x ~ r	ʎ ʎ —	— ʎ ʎ
	<i>cara bola carro</i>	<i>praça bloco</i> —	— <i>falta porta</i>

	l	r	ɹ	r	x	ʃ	w
	soante	soante	soante	soante	soante	soante	soante
	sonoro	sonoro	sonoro	sonoro	surdo	sonoro	sonoro
	contínuo	contínuo	contínuo	contínuo	contínuo	contínuo	contínuo
a.a.	coroa (lâmina)	coroa (ápex)	coroa (ápex)	coroa (ápex)	dorso	coroa (ápex) dorso	lábio dorso
a.p.	alveolar	alveolar	pré- palatal	alveolar	—	— alveolar	—

É interessante notar que, apesar da instabilidade desses segmentos, o segmento [l] em posição intervocálica não se modifica na comparação interdialetoal, alterna-se com os segmentos [r] e [ɹ] quando participa de encontro consonantal em *onset* complexo e não ocorre em posição de *coda* silábica. O segmento [r], por sua vez, varia tão somente com o segmento [ɹ] no dialeto TAU. O segmento [x], finalmente, ocorre alternativamente com o segmento [r] em posição intervocálica, não ocorre em *onset* complexo e tem grande variação em posição de *coda* silábica.

A origem desses segmentos permite-nos compreender um pouco essa instabilidade. O segmento [r], apicoalveolar, em início de sílaba, parece ser uma forma imanente na língua portuguesa desde suas primeiras manifestações. Os cognatos latinos apontam para essa imanência característica:

ārānĕa > aranha	brācas > bragas	membru > membro
ārēna > areia	frīgīdu > frio	sēcrĕtu > segredo
cōrōna > coroa	grāno > grão	capra > cabra
chārītāte > caridade	prātu > prado	intrāre > entrar
hōra > hora	truncu > tronco	latōne > ladrão
cēra > cera	crispu > crespo	refrīcāre > refregar

Entretanto, os cognatos latinos que apresentam encontros consonantais em que o segundo elemento é a lâmino-alveolar [l] têm equivalência no Português com formas cujo segundo elemento é [r]:

clāvu > cravo	ecclēsia > igreja
flaccu > fraco	afflicione > afriçom (arc.)
plīca > prega	implicāre > empregar
glūte > grude	rēg(ũ)la > regra
blandu > brandu	obligāre > obrigar

Faria (1957, p. 105) refere alguns gramáticos latinos que descreviam a pronúncia de “r” como vibrante e Câmara (1979b, p. 48) afirma que *era uma vibrante anterior (produzida pelas vibrações da ponta da língua no verso da arcada dentária superior)*. Seguindo a característica das demais consoantes latinas, esse segmento poderia ocorrer geminado. Câmara (1979b, p. 50) afirma que esse segmento

perdida a articulação geminada embora, manteve-se distinto de /r/ simples intervocálico, que sofreu uma lenização e se tornou o chamado /r/ brando, enquanto /rr/, como /r/ inicial ou, pelo menos, não intervocálico, mantinha uma articulação “forte”, de vibração múltipla (/r̄/).

Ainda que em ambas as explicações não fique clara a diferença articulatória entre os que os romanos grafaram com “r” e com “rr”, é perceptível que a língua portuguesa mantém uma distinção semelhante entre os dois segmentos que ocorrem nas mesmas posições de seus cognatos latinos. Conforme já vimos quando tratamos dos obstruintes pré-palatais, os encontros vocálicos latinos em que o segundo elemento era [l] possuem cognatos

na língua portuguesa que os substituem ora por uma pré-palatal ora por um encontro vocálico em que o segundo segmento é [r], o que, de certa forma, indica uma restrição à ocorrência daqueles encontros em Português. Silva Neto (1940, p. 12 e ss.) aponta para uma série de formas divergentes na língua portuguesa que tiveram uma mesma origem: *fluxo* resulta em *chocho* e em *frouxo*, *plaga* resulta em *chaga* e em *praga*, *plicare* resulta em *chegar* e em *pregar*, *regula* resulta em *regra* e em *relha*, por exemplo. As formas que se apresentam em *onset* complexo para o dialeto ASB têm, portanto, a característica de serem manutensões de uma tendência que se manifestava desde os primeiros momentos da formação da língua portuguesa. A retroflexão do dialeto TAU tem uma complexidade um pouco maior que será vista quando detalharmos as variações interdialetais que ocorrem em posição de *coda* silábica.

O segmento [l], por sua vez, resultou de processos semelhantes aos que ocorreram com os segmentos obstruintes sonoros e nasais: manteve-se em posição inicial de palavra e após sílaba travada:

<i>inicial</i>	<i>após sílaba travada</i>
lătu > lado	bellu > belo
lăcu > lago	căpillu > cabelo
lectu > leito	cappella > capela
lignu > lenho	gallu > galo
libru > livro	martellu > martelo
lŭtu > lodo	collu > colo
lucru > logro	grillu > grilo
lŭna > lua	molle > mole
lucta > luita > luta	ille > ele

Não há como não estabelecer uma analogia com a regularidade da ocorrência de [l] exatamente nessas posições na comparação interdialetoal que realizamos acima. Fato semelhante não ocorre nas demais posições. As ocorrências de [l] em *onset* complexo, como *glória*, *neblina*, *claro*, *plantar*, *pluma*, *flor*, *aflição*, são formas que ingressaram tardiamente na língua portuguesa e já manifestavam as variantes *grória*, *fror*, *craro*, *afriçam*, *pruma*, *nebrina*, *prantar*. O segmento [l] em *onset* complexo caracteriza uma variante prestigiada. Amaral (1981) dá-nos as formas *craro*, *cumpreto*, *cramô*, *frô*, no dialeto Caipira, para os cognatos da variante de prestígio *claro*, *completo*, *clamor* e *flor*; e Penha (1997) permite-nos acrescentar *concrusão*, *inzempro*, *prantar* e *sembrante* para *conclusão*, *exemplo*, *plantar* e *semblante* no Português rural do sul de Minas Gerais. Novamente, a distinção atua somente como um diacrítico cultural que estabelece diferenças de caráter social e não linguístico.

Os segmentos [r] e [x], em posição inicial de palavra e em posição intervocálica, variam nos mesmos dialetos, enquanto apenas a forma [x] ocorre nos demais. Segundo as descrições que fizeram Faria (1957) e Câmara (1979b), os cognatos latinos apresentam uma realização vibrante geminada nas posições em que ocorrem [r] e [x] no Português. Se o segmento [r] é uma imanência na língua portuguesa, o segmento [x] necessita de maiores explicações.

Conforme vimos na lista que compara o reconhecimento das diferenças articulatórias entre os segmentos soantes não nasais, o segmento [R], vibrante dorso-uvular, é uma alternativa tanto para [x] quanto para [r]. Realizações uvulares na língua portuguesa não são reconhecidas como tais, isto é, não imprimem qualquer distinção social entre os falantes. O que corrobora a inoperância do articulador passivo para as articulações dorsais a que já nos referimos. Por se tratar de um segmento dorsal, [R] aproxima-se de [x] e de [ɣ] permitindo

uma variação imperceptível para a maioria dos falantes. Porém, por se tratar de um segmento vibrante, [R] também se aproxima de [r], mas essa variação é percebida pela maioria dos falantes, sobretudo pela mudança do articulador ativo. Pode-se encontrar facilmente entre os falantes a variação entre essas três realizações. Ainda que tenhamos feito uma distinção interdialeto, tanto [R] quanto [x] ou [r] podem ocorrer em um mesmo falante, em posição intervocálica ou inicial de palavra, tal como vai descrito na primeira coluna da tabela. A vibrante alveolar, entretanto, caracteriza a fala de pessoas mais idosas nos quatro dialetos apontados. A variação entre [R] e [x], já apontada por Viana (1973, p. 102), no final do século XIX, portanto, decorre tão somente da indistinção que alguns grupos de falantes imprimiram à vibração de segmentos dorsais, isto é, o articulador ativo permanece o mesmo em ambas as realizações. Se [R] é um segmento sonoro, será possível entender que, de fato, ocorreu uma dessonorização paralela à ausência da vibração uvular. Trata-se, pois, de uma variação fonética, com caracterização histórica e geográfica bem definida, que não estabeleceu um novo estatuto ao segmento. O não reconhecimento da variação de sonoridade entre [x] e [ʁ] é uma decorrência do fato de serem ambas conseqüências de uma possível realização dorso-uvular vibrante [R] que se alternava com a pronúncia dorsoalveolar vibrante [r].

As variações mais notáveis desse conjunto de segmentos ocorrerão em posição final de sílaba. No único dialeto em que ocorre [r] nessa posição, os falantes não estabelecem diferença entre distinções entre [r] e [r]. Nos demais dialetos nenhum desses segmentos ocorre. De maneira semelhante, embora ainda mais extensiva, [l] não ocorre nessa posição em nenhum dos dialetos. Entretanto, há uma variação entre [w] e [ʋ] no dialeto paulistano e em GB que nos permitirá compreender a variação da retroflexa nos demais dialetos.

Faria (1957, p. 92) descreve que, entre os romanos,

o “l” no período clássico possuía, ao menos, dois valores: quando em final de sílaba ou de palavra, era velar (...) e quando geminado, ou inicial de sílaba ou de palavra, e principalmente antes das vogais “e”, “i”, tinha o ponto de articulação na parte anterior da boca, tocando a ponta da língua os incisivos superiores, ou pelo menos os seus alvéolos.

A descrição de Faria vai bem ao encontro dos fatos que estamos verificando na comparação interdialetoal. Embora possua dois articuladores ativos, coroa (ápex) e dorso, a realização velar [ʎ], nos dialetos em que ocorre, é característica da posição final de sílaba e a realização coronal em posição intervocálica, inicial de sílaba. Estamos, pois, diante de um fenômeno semelhante ao que vimos em relação às vibrantes. A pronúncia [ʎ] é característica dos falantes mais idosos nesses dialetos e varia, frequentemente, com a realização [w], igualmente dorsal. Por outro lado, nos dialetos ASB e TAU, é bastante característica a articulação apicalalatal, conhecida por retroflexa. Comparando as realizações da vibrante em posição intervocálica ou inicial com as realizações de “l” bem como das vibrantes em final de sílaba é notável que haja um paralelo entre a ocorrência de [r], ainda que como forma alternativa, e de [ɻ] exatamente nas mesmas condições, isto é, manteve-se apenas o articulador ativo ápex para ASB e TAU e manteve-se apenas o articulador ativo dorso para os demais dialetos. Um segmento apicoalveolar é, mais precisamente, um [r] e não um [ɻ], o que demanda alguma explicação. É interessante verificar que Sequeira (1957, p. 29), para o Baixo-Minho, em Portugal, apresenta as formas *aurdeia*, *feurpudo*, *borta*, *cormo*, *sirva* e *murta* para *aldeia*, *felpudo*, *volta*, *colmo*, *selva* e *multa*, Vasconcelos (1955, p. 44), para a fala Barranquenha, apresenta as formas *farta*, *sortu*, *car-*

*dero, sordadu, carqué, borçu, argum, gorpe, arma*, dente outros, para *falta, solto, caldeiro, soldado, qualquer, bolso, algum, golpe* e *alma*. Para o dialeto Caipira, Amaral (1982) descreve *quarquér, papér, mér, arma*, para *qualquer, papel, mel* e *alma*, mas refere uma pronúncia ápico-pré-palatal, ou cacuminal, como ele a chama. Em todo caso, fica bastante evidente que houve grupos de falantes que optaram por uma articulação apical que ora se mantém alveolar, ora se mantém pré-palatal. Há uma certa tendência a se considerar que a articulação ápico-pré-palatal, característica do dialeto Caipira foi um influência indígena na fala do Português colonial. Entretanto, há que se fazer pesquisas históricas mais detalhadas para verificar essa relação. O fato mais curioso é ser a realização ápico-pré-palatal bastante estigmatizada no Brasil, o que corrobora a hipótese de que o articulador passivo é reconhecido entre os falantes tão somente para as articulações coronais.

No caso da alternância entre [ʈ] e [w] que se manifesta nos dialetos paulistano e GB, a opção dos falantes foi justamente pelo articulador ativo dorsal. Dessa maneira, a absoluta semelhança que se manifesta entre os falantes em formas como *calda* e *cauda*, [káwda]. Embora seja possível encontrar realizações sem o articulador labial atuante, isto é, como [káuɰda], os falantes não reconhecem essa diferença.

O último fato que analisaremos será a diferenciação entre [ʎ] e [j].

	ʎ	j
	soante	soante
	sonoro	sonoro
	contínuo	contínuo
a.a.	coroa (lâmina)	coroa (lâmina)
a.p.	pré-palato	pré-palato

Embora os traços descritos na tabela acima não dêem conta da diferença entre os segmentos [ʎ] e [j], os falantes reconhecem uma diferença entre eles, claramente manifesta em [kája]/[káʎa], para ‘caia’ e ‘calha’, respectivamente, mas que desaparece em [káʎa] ~ [kája], também para ‘calha’.

l/ʎ	→ kála/káʎa ~ káʎa	(cala/calha)
ʎ/j	→ káʎa ~ kája/kája	(calha/caia)

A realização [kája] para *calha*, entretanto, é altamente estigmatizada. Amaral (1982) registrou as formas, do dialeto Caipira, *burbúia*, *biête*, *espaiado*, *muié* e *fio* dentre outras, para *borbulha*, *bilhete*, *espalhado*, *mulher* e *filho*. Aguilera (1999) aponta para essa mesma variação no falar rural do norte do Paraná e Pontes (1999), registra, por exemplo, [ˈvɛyɯ], [ˈpaya], [aˈguya]<sup>11</sup> para *velho*, *palha* e *agulha*. Ambos ressaltam que as formas em que não há ponto de contato entre os articuladores são usadas preferencialmente por pessoas idosas, rurais ou “rurbanas”, em um conjunto de palavras bastante restrito a esse universo cultural. Na região de Taubaté, em São Paulo, foi possível verificar as formas [mio.ʎó], [fíju], [tʃabáju],[véja] e [tʃíju] dentre outros, para *melhorou*, *filho*, *trabalho*, *velha* e *trilho*.

Trata-se, pois, de um fato semelhante ao que verificamos ao descrever a variante ápico-pré-palatal das vibrantes. Tanto o segmento [ɰ] quanto o segmento [j] caracterizam-se não somente por seus articuladores, mas também pela ausência de um ponto de contato entre eles. Ainda que o primeiro seja apical e o segundo seja coronal, o articulador passivo de ambos é o pré-palato, o que parece apontar para uma tendência articulatória comum entre alguns grupos de falantes no sentido de afastar o articulador ativo da região alveolar.

11 Estamos usando a transcrição do autor. Neste trabalho usamos o símbolo ‘j’ para o que o autor grafou com ‘y’.

A ausência de contato entre os articuladores imprime uma característica vocálica a esses segmentos. Essa vocalização implica alguns fenômenos que podem ser verificados, por exemplo, na homofonia de palavras como *milho* e *mio*, que podem se realizar igualmente [míu], devido a um encontro de dois segmentos vocálicos idênticos, [ij], no caso de *milho*.

É interessante verificar, também, que a forma [ʎ] tem como formas latinas cognatas tanto o grupo [li] quanto os encontros consonantais em que “l” é o segundo elemento, sendo que, nesse último caso, as formas latinas já manifestavam uma tendência de mudança do articulador passivo, isto é, de alveolar para velar, que culmina numa posição intermediária, pré-palatal, no Português:

consĩļu > conselho	acuc(ũ)la > agulha
filīu > filho	*genuc(u)lu > joelho
alliu > alho	rõt(ũ)la > *rocla > rolha
pālĕa > palha	õvic(ũ)la > ovelha
ālĭĕnu > alheio	aurĭc(ũ)la > orelha
collĭġĕre > colher	vĕt(ũ)lu > veclu > velho
melīore > melhor	trĭb(ũ)lu > trilho
mũlĭĕre > mulher	õc(ũ)lu > olho
	coãġ(ũ)lãre > coalhar

Embora a diferença [l]/[ʎ] seja perceptível para a maioria dos falantes, o mesmo fato não ocorre quando o segmento lateral ocorre precedendo [li], de maneira muito semelhante ao que podemos notar na primeira coluna da tabela acima. Assim, temos as variações:

*li/ʎi	→ galĭĵnu ~ gaʎĭĵnu	(galinho/galhinho)
	→ velĭĵna ~ veʎĭĵna	(velinha/velhinha)

Essa variação, entretanto, não é tomada pelos falantes como um fato linguístico capaz de diferenciar dialetos, tratando-se apenas de um caso de distribuição complementar, semelhante aos que vimos em relação a [t], [d], [k] e [g] quando precedem [i]. Na variação entre [ɰ] e [l], entretanto, temos o reconhecimento de graus de abertura que compreendem as vogais, o que pressupõe a possibilidade de segmentos vocálicos. Por ora, manteremos a distinção entre [ɰ] e [j].

## *As vogais*

Embora estejamos tratando das vogais separadamente das consoantes, elas podem descrever-se de maneira bastante semelhante, isto é, pelos articuladores envolvidos em sua produção e pela relação que esses articuladores estabelecem entre si. Partindo do quadro fonético que vimos anteriormente e que, ora, reproduzimos abaixo, poderemos verificar como os falantes interpretam as diferenças entre elas.

	coronais- pré-palatais		dorsovelares		dorsovelares bilabiais	
	oral	nasal	oral	nasal	oral	nasal
alta	i	ĩ			u	ũ
média alta	e	ẽ			o	õ
média baixa	ɛ		ɜ	ẽ	ɔ	
baixa			a			

Por se tratar de segmentos que não possuem qualquer tipo de contato entre os articuladores ativo e passivo, podemos dizer que todas as vogais são segmentos *soantes*, logo, podemos entender que não há diferença entre vogais surdas e vogais sonoras, pois a sonorização espontânea é um traço característico dos segmentos soantes. Entretanto, a possibilidade de dessonorização de vogais, tal como verificamos na realização da soante [x], não pode ser descartada. Da mesma maneira, não há razão para verificarmos se ocorre oclusão nesses segmentos, já que essa seria uma articulação que destruiria a própria concepção de vogal.

O reconhecimento da variação entre articuladores nos segmentos vocálicos da língua portuguesa envolve aspectos bastante distintos daqueles que verificamos ao compararmos os segmentos consonantais, pois não há como isolar cada um dos traços que formam

as vogais de todos os demais. No caso das vogais nasais porque não há ambientes idênticos que permitam isso, isto é, há uma ressonância nasal pós-vocálica diferente para vogais coronais, dorsais ou labiais, assim os pares abaixo terão de ser considerados apenas como indícios de uma variação de nasalidade reconhecida na língua portuguesa, mas não são concludentes quanto a isso.

A variação entre os articuladores coroa e dorso, apesar de ser um fato bastante regular na língua portuguesa, as vogais que têm articulação ativa dorsal caracterizam-se por apresentar uma distinção entre aquelas em que uma articulação labial suplementar atua conjuntamente com o dorso, dificultando, de certa forma, o contraste especial das articulações coronal e dorsal para as vogais. Os segmentos [u], [o] e [ɔ] caracterizam-se por serem dorsais e labiais simultaneamente, não havendo qualquer tipo de reconhecimento entre os falantes da língua portuguesa de variações como [u] e [ʉ], ou [o] e [ɤ], ou ainda [ɔ] e [ʌ]. Semelhantemente, não há qualquer distinção entre segmentos coronais labiais ou não labiais, tais como entre [i] e [y], ou entre [e] e [ø], ou ainda entre [ɛ] e [œ]. Porém, neste trabalho, estamos assumindo que as vogais com articulação dorsal [a] e [ɜ] são realizações dorsais não labiais. Não se vá deduzir disso que possam ser simples diferenças de notação, pois, essa diferença de realização é bastante característica das dificuldades de um falante da língua portuguesa ao tentar realizar as vogais do Inglês, que apresentam pouca semelhança fonética com as vogais do Português.

## Articuladores

### coronais/dorsais (labiais)

#### Orais

i/u	→ fíru/fúru	( <i>firu/furo</i> )
	→ ẽ <b>l</b> bixár/ẽ <b>l</b> buxár	( <i>embirrar/emburrar</i> )
	→ piʃadór/puʃadór	( <i>pichador/puxador</i> )

e/o	→ pérku/pórku → pejtár/poitár → xet <sup>ɨ</sup> ína/xot <sup>ɨ</sup> ína	(perco/porco) (peitar/poitar) (retina/rotina)
ɛ/ɔ	→ béla/bóla → mé <sup>ɨ</sup> iku/mó <sup>ɨ</sup> iku → fétu/fótu	(bela/bola) (médico/módico) (feto/foto)
ɛ/a	→ fétu/fátu → égwa/ágwa → mané/maná	(feto/fato) (égua/água) (mané/maná)
ɜ/o	→ káma/kóma → dánu/dónu → gáma/góma	(cama/coma) (dano/dono) (gama/goma)
ɜ/e	→ láma/léma → xáma/xéma → xoménu/xoménu	(lama/lema) (rama/remá) (romeno/romano)
ɜ/ɛ	→ tráma/trémi → xáma/xéma → pána/péna	(trama/treme) (rama/remá) (pana/pena)
ɜ/ɔ	→ dáma/dóma → á <sup>ɨ</sup> mé <sup>ɨ</sup> /ó <sup>ɨ</sup> mé <sup>ɨ</sup> → abáni/abóni	(dama/doma) (amem/homem) (abane/abone)
a/ɔ	→ kára/kóra → é <sup>ɨ</sup> bála/é <sup>ɨ</sup> bóla → fásiw/fósiw	(cara/cora) (embala/embola) (fácil/fóssil)

### *Nasais*

ĩ/ũ	→ fí <sup>ɨ</sup> du/fú <sup>w</sup> du → segí <sup>ɨ</sup> du/segú <sup>w</sup> du → pĩ <sup>ɨ</sup> sár/pũ <sup>w</sup> sár	(findo/fundo) (seguindo/segundo) (pinçar/punçar)
ẽ/ũ	→ mé <sup>ɨ</sup> ta/mó <sup>w</sup> ta → xé <sup>ɨ</sup> ka/xó <sup>w</sup> ka → ké <sup>ɨ</sup> ga/kó <sup>w</sup> ga	(menta/monta) (renca/ronca) (quenga/conga)
ã/õ	→ mã <sup>ɨ</sup> ta/mó <sup>w</sup> ta → trã <sup>ɨ</sup> k <sup>ɨ</sup> éra/trõ <sup>w</sup> k <sup>ɨ</sup> éjra → kã <sup>ɨ</sup> ga/kó <sup>w</sup> ga → trã <sup>ɨ</sup> pa/tró <sup>w</sup> pa	(manta/monta) (tranqueira/tronqueira) (canga/conga) (trampa/trompa)
ã/ẽ	→ mã <sup>ɨ</sup> ta/mé <sup>ɨ</sup> ta → kapã <sup>ɨ</sup> ga/kapé <sup>ɨ</sup> ga → lã <sup>ɨ</sup> su/lé <sup>ɨ</sup> su	(manta/menta) (capanga/capenga) (lanço/lenço)

Se a lista acima é apenas uma tentativa imperfeita de se obter clareza quanto a capacidade de reconhecimento entre articuladores vocálicos ativos, ela, entretanto, já nos aponta para alguns fatos que merecem destaque, por exemplo, a possibilidade de que o articulador coronal é sempre reconhecido pelos falantes, independentemente da variação de todos os demais traços fonéticos desses segmentos.

Em relação ao articulador passivo, na medida em que há uma correspondência estrita, de um lado, entre coroa e pré-palato e, de outro, entre dorso e véu palatino, não há como definir se a diferença reconhecida pelos falantes decorre do articulador ativo ou do passivo. Os pares comparados seriam exatamente os mesmos.

Quanto à variação da nasalidade, teremos resultados um pouco distintos.

## Nasalidade

ĩ/i	→ lĩ <sup>ɲ</sup> du/lídu	(lindo/lido)
	→ xĩ <sup>ʃ</sup> jár/xiʃár	(rinchar/richar)
	→ xĩ <sup>ʃ</sup> /xí	(rim/ri)
ẽ/e	→ léi <sup>i</sup> du/lédu	(lendo/ledo)
	→ xemẽi <sup>d</sup> jár/xemedár	(remendar/remedar)
ẽ/ɜ	→ Ø	
õ/o	→ kõ <sup>w</sup> tu/kótu	(conto/coto)
	→ xõ <sup>w</sup> dár/xodár	(rondar/rodar)
	→ trõ <sup>w</sup> ku/tróku	(tronco/troco)
ũ/u	→ ʒũ <sup>w</sup> ta/ʒúta	(junta/juta)
	→ trũ <sup>w</sup> kár/trukár	(truncar/trucar)
	→ mũ <sup>w</sup> du/múdu	(mundo/mudo)

Novamente, não ocorrem oposições entre vogais nasais e vogais orais em ambientes perfeitamente idênticos, pois, como já vimos, as vogais nasais sempre manifestam uma ressonância nasal com mesmo ponto de articulação da vogal. Entretanto,

será possível notar que, em algumas regiões do Brasil, não há essa ressonância nasal pós-vocálica. Aragão (1977, p. 177), por exemplo, apresenta as realizações [vít̃i] para *vinte*, [atuawm̃éti] para *atualmente*, [istudáti] para *estudante*, [kõsiderádu] para *considerado* e [núka] para *nunca*, na análise que empreendeu do falar paraibano.

A nasalidade na língua portuguesa tem sido um dos aspectos mais polêmicos nas análises fonológicas que se fizeram. Viana (1973, p. 206), por exemplo, no final do século XIX, refere uma consoante nasal, homorgânica à consoante oclusiva que seguir as vogais nasais do Português; e Câmara (1979a, p. 42) entendeu que não existam vogais nasais em Português, assumindo a hipótese de que haja um segmento nasal não completamente especificado após algumas vogais, o que as torna nasalizadas. Os argumentos de Câmara (1979a, p. 59) reportam-se a algumas regras de combinação de segmentos da língua portuguesa, por exemplo a impossibilidade de elisão de vogal nasal em final de palavra precedendo outra vogal:

lãazuw	*lazuw	( <i>lã azul</i> )
zõvẽ <sup>l</sup> amígu	*zõvamígu	( <i>jovem amigo</i> )
bõ <sup>w</sup> ómẽ <sup>j</sup>	*bómẽ <sup>j</sup>	( <i>bom homem</i> )

Câmara usa como argumento também o fato de que a vibrante simples [r] que só ocorre em posição intervocálica, jamais ocorre após vogal nasal. Finalmente, segundo ele, não há vogais nasais em hiato no interior de vocábulo, isto é, ou a nasalidade desaparece ou se desloca para a sílaba seguinte: *valentona*, *valentão*, ou em *nenhum* a par de *nem um*.<sup>12</sup>

A origem da nasalidade vocálica em Português é bastante esclarecedora, pois sejam vogais nasais ou sejam nasalizadas, têm origem na consoante oclusiva nasal coronal [n]. Conforme

<sup>12</sup> Para análise de outras propostas, ver Battisti e Vieira (1999, p. 162 e ss).

já vimos anteriormente, as consoantes sonoras, de maneira geral, mantiveram-se apenas após sílaba travada ou em posição inicial de palavra. Quando ocorriam em posição intervocálica eram suprimidas:

grādu > grau	ārēna > arēa > area > areia
lēgāle > legal	lūna > lūa > lua
iba > ia	tēnēre > tēer > ter
colore > coor > cor	mōnēta > mōeda > moeda
sīgillu > selo	fēnestra > fēestra > feestra > fresta
filu > fio	sōnāre > soar > soar
sēdēre > seer > ser	cōrōna > corōa > coroa
pēde > pee > pe	bōna > bōa > boa
lāna > lāa > lā	fārīna > farinha
sōnu > sōo > som	molīnu > moinho
ūnu > ūu > um	gallīna > galinha
jējūnu > jejūu > jejum	vīcīnu > vizinhjo
bēne > bem	pīnu > pinho
fine > fim	sardīna > sardinha
pāne > pão	vīnu > vinho

Como pode ser facilmente notado nas listas acima, aquando de sua elisão, a consoante nasal promovia o nasalamento da vogal que a precedia. Tal nasalamento quando ocorria em interior de palavras terminava por suprimir-se, como nos casos em que o cognato latino era *moneta* ou *fenestra*, que resultaram em *moeda* e *fresta*. Em posição final, a nasalidade permanecia, ora formando um ditongo nasal ora formando um novo segmento consonantal [ɲ], que já foi objeto de apreciação anteriormente.

Quanto a esse ditongo nasal, ele pode ser caracterizado tanto por duas vogais com articuladores ativos diferentes, ou com articuladores ativos iguais. Neste último caso, a grafia da língua portuguesa parece ter consagrado uma crase de segmentos vocálicos, que ainda hoje não se efetivou em todos os dialetos do Português. Esse fato é bastante evidenciado na pronúncia paulistana, que realiza claramente um ditongo, como em [véj], [béj], [téj] para *vem*, *bem* e *tem*. Mesmo em outras regiões, ocorre esse fato: Aragão (1977, p. 177), a par da vogal nasal sem qualquer ressonância nasal pós-vocálica, registra [sëy], [nëy] e [devëy] para *sem*, *nem* e *devem*, para o falar paraibano.

Consoantes nasais no interior do vocábulo, precedendo consoante, era um fato corrente já no próprio Latim, entretanto, Faria (1957, p. 99) relata que Prisciano *diz que o “n” era pronunciado mais cheio, isto é, perfeitamente articulado, no princípio e fim da sílaba.*

campu > campo	monte > monte	mancu > manco
pompa > pompa	ventu > vento	quinque > cinco
rumpëre > romper	cantãre > cantar	lingua > língua
plumbu > chumbo	pensãre > pensar	longu > longo

Faria ainda relata que os gramáticos latinos estabeleciam uma diferença entre a nasal antes das oclusivas “g” e “c” e a linguodental, que chamamos de *coronal*. Segundo ele, tratava-se de um segmento velar nasal, a que os romanos chamavam *agma*. Esse fato aponta para uma característica peculiar dessa consoante, que ora se manifesta em vários dialetos do Português. Cagliari (1997, p. 43) registra as formas [këmpu] [këntu] e [bëŋku] para *campo*, *canto* e *banco*, em que a consoante nasal assume o articulador ativo do segmento que se lhe segue, isto é, se para [p], [t] e [k] os articuladores ativos são respectivamente,

labial, coronal e dorsal, a ressonância nasal pós-vocálica será, respectivamente [m], [n] e [ŋ], estabelecendo o que chamamos de *assimilação regressiva*. Por outro lado, outros dialetos estabelecem o que chamamos de *assimilação progressiva*, isto é, a consoante nasal assume o articulador ativo do segmento que a precede, como em [pó<sup>w</sup>tu], [pé<sup>t</sup>i] e [mã<sup>ɲ</sup>ta], para *ponto*, *pente* e *manta*, isto é, se [o], [e] e [a], tem os articuladores ativos lábio-dorso, coroa e dorso, respectivamente, a ressonância nasal pós-vocálica será [w], [j] e [ŋ], também, respectivamente.

Na medida em que a supressão da consoante nasal coronal ocorreu apenas quando estava em posição pós-vocálica, pode-se entender porque a nasalidade manifesta-se somente nessa posição afetando exclusivamente segmentos vocálicos. Entretanto, esse é um fato que necessita, ainda, de maiores explicações, sobretudo pelo seu desaparecimento em posição medial de vocábulo, quando estabeleceria uma sequência de vogais em que a primeira seria nasal. A forma [lũá.i], para *luar*, que documentamos em Taubaté, ou as formas [poũ] e [tamaũ], para *ponho* e *tamanho*, documentadas por Monteiro (1999), permitem-nos supor que a nasalidade intervocálica seja uma possibilidade para alguns dialetos da língua portuguesa, que não encontraram respaldo na grafia que se consolidou.

Embora a descrição da origem dessa ressonância nasal pós-vocálica não explique se estamos diante de um segmento nasal que não possui articuladores próprios, sendo, portanto, apenas uma nasalidade que se mantém a espera de um segmento adjacente qualquer para que possa manifestar-se ou se estamos diante de um segmento vocálico intrinsecamente nasal que apenas manifesta uma ressonância após realizar-se, o conhecimento da origem da nasalidade vocálica permite-nos entender porque os falantes reconhecem essa nasalidade, qualquer explicação sincrônica que tenha.

## Abertura

### coronais

i/e	→ pízu/pézu	( <i>pisso/peso</i> s.)
	→ aniládu/aneládu	( <i>anilado/anelado</i> )
	→ siláda/seláda	( <i>cilada/selada</i> )
	→ bebí/bebé	( <i>bebi/bebê</i> )
i/ɛ	→ pízu/pézu	( <i>pisso/peso</i> v.)
	→ karíka/karéka	( <i>carica/careca</i> )
	→ míw/méw	( <i>mil/mel</i> )
ĩ/ẽ	→ v́ídu/v́édu	( <i>vindo/vendo</i> )
	→ f́ída/f́éda	( <i>finda/fenda</i> )
	→ ṕísár/ṕéísár	( <i>pinçar/pensar</i> )
e/ɛ	→ pézu/pézu	( <i>peso</i> s. / <i>peso</i> v.)
	→ kolér/kolér	( <i>colher</i> v./ <i>colher</i> s.)
	→ maxéta/maxéta	( <i>marreta</i> s./ <i>marreta</i> v.)

### dorsais labiais

u/o	→ zúgu/zógu	( <i>jugo/jogo</i> s.)
	→ muxíju/moxíju	( <i>murrinho/morrinho</i> )
	→ kurádu/korádu	( <i>curado/corado</i> )
u/ɔ	→ zúgu/zógu	( <i>jugo/jogo</i> v.)
	→ púru/póru	( <i>puro/poro</i> )
	→ kúrṭi/kórṭi	( <i>curte/corte</i> )
ũ/õ	→ kú <sup>w</sup> pru/kó <sup>w</sup> pru	( <i>cumpro/compro</i> )
	→ tú <sup>w</sup> ba/tó <sup>w</sup> ba	( <i>tumba/tomba</i> )
	→ zú <sup>w</sup> bi/zó <sup>w</sup> bi	( <i>zumbe</i> v./ <i>zombe</i> v.)
o/ɔ	→ xóta/xóta	( <i>rota</i> adj./ <i>rota</i> s.)
	→ fóma/fórma	( <i>fôrma/forma</i> )
	→ sufóku/sufóku	( <i>sufoco</i> s./ <i>sufoco</i> v.)

É possível verificar que tanto as vogais coronais quanto as dorsais labiais diferenciam-se a partir de três graus de abertura. O reconhecimento dessa diferença, entretanto, não se mantém em todas as posições. Câmara (1979a) apresenta-nos uma

diferença básica com relação a esses graus de abertura quanto à posição átona final. Nessa posição, não ocorrem diferenças perceptíveis quanto ao grau de abertura desses dois conjuntos vocálicos:

lóbo ~ lóbu	( <i>lobo</i> )	dóse ~ dósi	( <i>doce</i> )
pélo ~ pélu	( <i>pele</i> )	xásg <sup>j</sup> e ~ xázg <sup>j</sup> i	( <i>rasgue</i> )
kálo ~ kálo	( <i>calo</i> )	fóme ~ fómi	( <i>fome</i> )

Não ocorrem os segmentos [ɛ] e [ɔ] e nessa posição: \*[lóbɔ], \*[pélɔ], \*[sábɛ] e \*[xásg<sup>j</sup>ɛ]. Esse fato aponta de um lado para o não reconhecimento das diferenças de grau de abertura entre as vogais altas e as médias altas e de outro para uma diferença de estatuto fonológico entre esse conjunto de vogais — [i] ~ [e] e [u] ~ [o] — e as vogais médias baixas [ɛ] e [ɔ], nessa posição átona final. Baseado nesse fato, Câmara (1979a) propõe que o sistema vocálico em posição átona final, da pronúncia carioca, resume-se a apenas três vogais: [i], [a] e [u]. Entretanto, é um fato característico para alguns dialetos do Português a realização das vogais átonas finais [e] e [o], por exemplo nas regiões do vale do Tietê, em São Paulo e no norte do Paraná. Por ser um fato estigmatizado, é possível verificar que os falantes percebem a diferença entre essas vogais mesmo em posição átona final. Isso é corroborado ainda mais pelo fato de que as realizações [ɛ] e [ɔ] não serem possíveis nessa posição. Assim, apesar de ser um fenômeno extremamente corriqueiro na língua portuguesa, trata-se de um fato que carece de maiores explicações.

Na medida em que as vogais átonas finais resultam, na sua grande maioria, das formas latinas do acusativo singular com supressão da nasal pós-vocálica — *-a (m) > -a, -e (m) > -e, -i (m) > -e* e *u (m) > -o* —, a exclusividade dessas vogais átonas em posição final no Português parece estar historicamente condicionada, não se tratando, pois, de fenômeno de natureza fono-

lógica, mas morfológica. Os primeiros documentos escritos em língua portuguesa já grafam as vogais átonas finais com “e” e “o”, fazendo-nos supor que essa era a realização corrente dessas vogais. Novamente, somos levados a crer que o alçamento vocálico resultou do estabelecimento de um dialeto mais prestigiado, que se consagrou como a pronúncia dita padrão do Português.

A mesma diferença não ocorre em posição átona pretônica. Nesse caso, a variação entre [u] e [o] e entre [i] e [e] pode ser reconhecida pelos falantes, como nos exemplos abaixo:

moxípu/muxípu	( <i>morrinho/murrinho</i> )
peládu/pilado	( <i>pelado/pilado</i> )
korádu/kurádu	( <i>corado/curado</i> )
esperár/espírár	( <i>esperar/expirar</i> )
moráda/muráda	( <i>morada/murada</i> )
pezáda/pizáda	( <i>pezada/pisada</i> )

Câmara (1979a, p. 44) considera que as vogais pretônica reduzem-se a [i], [e], [a], [o] e [u], em que as vogais médias baixas [ɛ] e [ɔ] ficam prejudicadas em favor das médias altas. Entretanto, a variação das pretônicas, entre [o] e [ɔ] e entre [e] e [ɛ], é reconhecida como diacrítico cultural que estabelece diferenças dialetais. Mota (1994, p. 235), por exemplo, registra as formas *c[ɔ]luna*, *p[ɔ]luição*, *t[ɔ]rrado*, *tr[ɔ]voada*, *f[ɛ]jão*, *z[ɛ]lação*, *r[ɛ]scaldo*, *v[ɛ]rônica*, *r[ɛ]ública* e *m[ɛ]lão*, para o Nordeste, em que a realização das pretônicas tem maior grau de abertura do que ocorre em dialetos do Sul, que as realizariam como [o] e [e].

No dialeto Caipira, verificamos que as pretônicas sofrem um processo de harmonização que se poderia caracterizar pela influência da abertura da vogal tônica sobre elas, isto é, se a vogal tônica for baixa, a pretônica tende a baixar-se:

bolóta ~ bolóta	( <i>bolota</i> )	petéka ~ petéka	( <i>peteca</i> )
koróka ~ koróka	( <i>coroca</i> )	xevéla ~ xevéla	( <i>revela</i> )
sonóra ~ sonóra	( <i>sonora</i> )	meléka ~ meléka	( <i>meleca</i> )
motóka ~ motóka	( <i>motoca</i> )	peréba ~ peréba	( <i>pereba</i> )
fofóka ~ fofóka	( <i>fofoca</i> )	mezéera ~ mezéera	( <i>megeera</i> )

Ainda não há evidência de que os falantes desse dialeto reconheçam essa harmonização vocálica. É um fato interessante que o abaixamento vocálico ocorra tão somente quando a vogal na sílaba tônica tem abertura média baixa. São tomadas com bastante estranhamento realizações como [boláda, xosádu, xovádo] para *bolada*, *roçado* e *sovado*, que possuem uma vogal média baixa nas suas formas básicas: [bóla], [xósa] e [sóva], para *bola*, *roça* e *sova*. Câmara (1977b) já havia notado esse fato e o tornado argumento para considerar um sistema vocálico pretônico em que não ocorre vogal média baixa.

Em relação às vogais médias altas, nessa mesma posição pretônica, poderíamos imaginar uma harmonização semelhante, isto é, se a vogal da sílaba tônica é alta, ocorre o alçamento da pretônica:

korúza ~ kurúza	( <i>coruja</i> )	minínu ~ minínu	( <i>menino</i> )
kotúrnu ~ kutúrnu	( <i>coturno</i> )	perígu ~ pirígu	( <i>perigo</i> )
prokúra ~ prukúra	( <i>procura</i> )	bebída ~ bibída	( <i>bebida</i> )
komída ~ kumída	( <i>comida</i> )	ferída ~ firída	( <i>ferida</i> )
botína ~ butí <sup>h</sup> na	( <i>botina</i> )	metída ~ mití <sup>h</sup> da	( <i>metida</i> )

Entretanto, esse fato não é tão regular, a ponto de podermos estabelecer um regra precisas, tratando-se, mais propriamente, de um tendência ao alçamento da pretônica por influência da tônica. Ainda que haja contra-exemplos — [bonéku] ~ [bunéku]

para *boneco*, [bokádu] ~ [bukádu], para *bocado*, [tomára] ~ [tumára], para *tomara*, [dezóva] ~ [ðizóva], para desova —, são raros os casos em que o alçamento ocorre com uma vogal com grau de abertura máxima na sílaba tônica. Restrições como, por exemplo, \*[krití<sup>i</sup>nu], \*[selití<sup>i</sup>vu], \*[tʃixína], \*[flurídu], \*[dolorídu] para *cretino*, *seletivo*, *terrina*, *florido* e *dolorido*, ainda que este último possa ocorrer como [dulurídu], podem estar apontando para mudanças fonológica ainda não bem compreendidas.

Callou e outros (1995, p. 65-6) descrevem essa variação para o dialeto carioca, que, segundo elas, apresenta uma predominância do alçamento da vogal coronal fortemente influenciada pela vogal da sílaba tônica, para o alçamento da vogal dorsal-labial, a influência decorre de outros fatores, tais como a qualidade da consoante que a precede. Bisol (1981) já apresentara resultados semelhantes para a análise que empreendeu do dialeto Gaúcho e Viegas (1987), que já empreendera a descrição desse processo para o falar de Belo Horizonte, também chegou a conclusões semelhantes.

Na grande maioria das vezes, somente em posição tônica é que todos os graus de abertura das vogais portuguesas são reconhecidos pelos falantes. Mas, será oportuno, compreendermos a origem desses graus de abertura em posição tônica, antes de verificarmos suas variações.

A língua latina possuía um conjunto de vogais com características um tanto diferentes do conjunto vocálico da língua portuguesa, tal como vimos acima. Uma dessas características, era notável a diferença de duração vocálica, isto é, a demora na prolação de uma vogal específica das palavras era interpretada como uma diferença na qualidade vocálica. Ainda que não haja fato semelhante na língua portuguesa, é possível verificar que os falantes da língua portuguesa reconhecem que a diferença entre [sára] e [saára], ou entre, [apreẽdér] e [aprẽdér] decorre

de haver uma ou duas vogais sendo pronunciadas. Articulatoriamente, não há como identificar fronteiras específicas entre cada uma dessas vogais. Ainda que seja possível notar uma ligeira intensificação na segunda vogal, nota-se apenas um movimento no trato vocal. No caso da língua portuguesa, cada uma das vogais idênticas associam-se a uma sílaba diferente: enquanto [sára] é um dissílabo, [saára] é um trissílabo.

Na medida em que esse é um fato esporádico e fortuito na língua portuguesa, não há como estabelecer uma regularidade em sua ocorrência, tal como fizemos para os demais traços identificadores das vogais. No Latim, entretanto, esse fato era regular e praticamente todas as vogais sujeitavam-se a ele, sendo necessário que se estabelecesse mais um traço distintivo relativo a duração: as vogais eram consideradas *longas* ou *breves*. Vogais longas caracterizavam-se por serem pronunciadas com uma duração de, aproximadamente, o dobro do tempo de uma vogal breve. Por se tratar de uma duração relativa, isto é, o tempo absoluto de uma vogal breve na fala pausada pode ser muito maior do que o tempo absoluto em de uma vogal longa na fala rápida, estabeleceu-se uma medida de tempo — *mora* cujo símbolo correspondente é a letra grega “μ” — que equivale à duração de uma vogal breve. Diz-se, portanto, que as vogais breves têm duração de uma mora e as vogais longas de duas moras.

Embora não fossem usados sinais diacríticos na escrita romana, as vogais longas podem ser transcritas pelo diacrítico “ˉ”, macrão, superposto à letra: *cānis* ‘cão’, ou pelo diacrítico, “˘”, braquia, superposto à letra: *cānis* ‘branco’.

A duração vocálica era um fato distintivo no Latim, como se pode notar nos pares de palavras abaixo:

<i>cōmis</i>	‘cabeleira’	<i>cōmis</i>	‘afável’
<i>cūpidus</i>	‘cupido’	<i>cūpidus</i>	‘desejo’
<i>dūcis</i>		<i>dūcis</i>	



Pode-se notar essa variação nos cognatos do Latim Vulgar e do Português:

<i>fīcu</i> > fīgu		<i>mātūru</i> > madúru
<i>āmīcu</i> > amígu		<i>sēcūru</i> > segúru
<i>vīta</i> > vída		<i>lūce</i> > lús
<i>vīce</i> > vés		<i>gutta</i> > góta
<i>consīliu</i> > kō <sup>w</sup> sélu		<i>lucru</i> > lúkru
<i>sīccu</i> > séku		<i>ŭmĕro</i> > ó <sup>w</sup> bru
<i>cāpillu</i> > kabélu		
<i>sēcrĕtu</i> > segrédu		<i>tōtu</i> > tódu
<i>ācĕtu</i> > azédu		<i>scōpa</i> > iskóva
<i>rĕte</i> > xéd'i		<i>sāpōre</i> > sabór
<i>tĕrra</i> > téxa	<i>prātu</i> > prátu	<i>rōsa</i> > xóza
<i>nĕbŭla</i> > névoa	<i>grātĭa</i> > grása	<i>nōtŭla</i> > nódoa
<i>dĕce</i> > dés	<i>pāce</i> > pás	<i>rōta</i> > xóta
	<i>āquila</i> > ág'ia	
	<i>fāba</i> > fáva	
	<i>lātu</i> > ládu	

É notável que, embora não haja o reconhecimento da duração vocálica para a distinção de palavras como um fato regular na língua portuguesa, a variação de altura nas vogais assemelha-se à do Latim. Dos cinco graus de abertura vocálica possíveis da língua latina, mantiveram-se quatro, salvaguardando os articuladores ativos envolvidos: coroa, dorso e lábio, que permaneceram com o mesmo poder distintivo nos cognatos da língua portuguesa, estabelecendo um quadro fonológico em que constam as vogais [i], [e], [ɛ], [a], [ɔ], [o] e [u].

As alternâncias desse conjunto de vogais também ocorrem em posição tônica. Uma das mais características decorre de um processo de harmonização semelhante ao que vimos em relação às vogais pretônica. Apesar de os falantes reconhecerem a diferença de abertura vocálica, de forma a distinguirem palavras diferentes, como nos casos abaixo, há casos em que essa diferença não se mantém, quando ocorrem em formas derivadas.

xóta / xóta	(‘rota’ adj. / ‘rota’ s.)
bóxa / bóxa	(‘borra’ s. / ‘borra’ v.)
fóxa / fóxa	(‘forra’ adj. / ‘forra’ v.)
asesóra / asesóra	(‘assessora’ s. / ‘assessora’ v.)
góstu / góstu	(‘gosto’ s. / ‘gosto’ v.)
kóru / kóru	(‘coro’ s. / ‘coro’ v.)
mólú / mólú	(‘molho’ s. / ‘molho’ v.)

As formas terminadas em *-osto* (lat. *-ōsitu*) no masculino têm *-osta* (lat. *-ōsita*) no feminino:

apósto <i>mas</i> apóstu	kõ <sup>w</sup> póstu <i>mas</i> kõwpósta
dispóstu <i>mas</i> dispósta	ispóstu <i>mas</i> ispósta
ĩpóstu <i>mas</i> ĩpósta	opóstu <i>mas</i> opósta

As formas terminadas em *-oso* (lat. *-ōsu*) no masculino têm *-osa* (lat. *-ōsa*) no feminino:

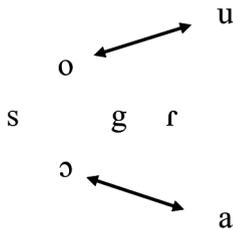
bõ <sup>w</sup> dózo <i>mas</i> bõ <sup>w</sup> dóza	ĩvezózo <i>mas</i> ĩvezóza
fejirózu <i>mas</i> fejiróza	maudózu <i>mas</i> maudóza
korazózu <i>mas</i> korazóza	delisiózu <i>mas</i> delisióza
kuriózu <i>mas</i> kurióza	dē <sup>g</sup> gózu <i>mas</i> dē <sup>g</sup> góza

medrózu <i>mas</i> medróza	perigózu <i>mas</i> perigóza
orgulózu <i>mas</i> orgulóza	xigorózu <i>mas</i> xigoróza
idózu <i>mas</i> idóza	teimózu <i>mas</i> teimóza
gostózu <i>mas</i> gostóza	vagarózu <i>mas</i> vagaróza

Esse fato também ocorre com outras terminações:

pórku <i>mas</i> pórka	sógru <i>mas</i> sógra
grósu <i>mas</i> grósa	mórtu <i>mas</i> mórta
óvu <i>mas</i> óva	kórsu <i>mas</i> kórta
kapótu <i>mas</i> kapóta	mijóku <i>mas</i> mijóta
šóku <i>mas</i> šóka	tórtu <i>mas</i> tórta
tróku <i>mas</i> tróka	

Nos exemplos dados acima é bastante notável que a vogal longa latina [ō] resultou numa vogal com maior grau de abertura [ɔ] em nas formas com gênero feminino, contrariando a tendência geral de equivalência [ō] → [o]. Esse fato aponta para uma possível regra de harmonização vocálica que atuou na língua portuguesa, no sentido de aproximar o grau de abertura da vogal tônica ao grau de abertura da vogal átona final:



Em alguns casos, como [šókus], [kapótus] e [sógvus] as formas \*[šókus], \*[kapótus], \*[sógvus] e \*[trókus] não são aceitáveis em vários dialetos do Português. Há casos em que a

situação se inverte, quando os falantes não conseguem acordar quanto à formação do plural ou do feminino de várias palavras. Não é raro que um mesmo oscile entre ambas as formas:

krósta ~ krósta	( <i>crosta</i> s.)	ῥιζόλος ~ ῥιζόλος	( <i>tijolos</i> s.)
pósa ~ pósa	( <i>poça</i> s.)	grósus ~ grósus	( <i>grossos</i> adj.)
bódas ~ bódas	( <i>bodas</i> s.)	tórtus ~ tórtus	( <i>tortos</i> adj.)
aukóva ~ aukóva	( <i>alcova</i> s.)	mal'isiózus ~ mal'isiózus	( <i>maliciosos</i> adj.)
kórsa ~ kórsa	( <i>corça</i> s.)	fórnus ~ fórnus	( <i>fornos</i> s.)
mórna ~ mórna	( <i>morna</i> adj.)	saudózus ~ saudózus	( <i>saudosos</i> adj.)
póstus ~ póstus	( <i>postos</i> s.)	perigózus ~ perigózus	( <i>perigosos</i> adj.)
vagarózus ~ vagarózus	( <i>vagarosos</i> adj.)	medrózus ~ medrózus	( <i>medrosos</i> adj.)
fogózus ~ fogózus	( <i>fogosos</i> adj.)	del'isiózus ~ del'isiózus	( <i>deliciosos</i> adj.)
dē'gózus ~ dē'gózus	( <i>dengosos</i> adj.)	zógus ~ zógus	( <i>jogos</i> s.)

Também ocorrem outros contraexemplos, como

vélu	( <i>velho</i> )	fóla	( <i>folha</i> )
aufabétu	( <i>alfabeto</i> )	sebóla	( <i>cebola</i> )
austéru	( <i>austero</i> )	ῥᵓpóla	( <i>ampola</i> )
bonéku	( <i>boneco</i> )	demagóga	( <i>demagogia</i> )
kanéku	( <i>caneco</i> )	xóta	( <i>rota</i> cf. [xóta] s.)
amarélu	( <i>amarelo</i> )	pilóta	( <i>pilota</i> cf. [pilóta] v.)
farélu	( <i>farelo</i> )	baxóka	( <i>barroca</i> cf. [baxóka] s.)
abéla	( <i>abelha</i> )	óka	( <i>oca</i> cf. [óka] s.)
karéta	( <i>careta</i> )	kólu	( <i>colo</i> )
seréza	( <i>cereja</i> )	kópu	( <i>copo</i> )
kométa	( <i>cometa</i> )	fóku	( <i>foco</i> )
góta	( <i>gota</i> )	mótu	( <i>moto</i> )

Além de um grande número de palavras derivadas, com terminação em *-ssora*, *-tora*, *-dora*, como: *agressora*, *assessora*, *emissora*, *professora*, *opositora*, *redatora*, *corretora*, *tutora*, *jogadora*, *oradora*, *vencedora*, *seladora*, dentre outras.

Dessa maneira, essa harmonização vocálica parece estar relacionada a processos morfológicos que conflitam com o reconhecimento de unidade segmentais próprias da língua portuguesa. A insegurança dos falantes quanto a harmonização das vogais permite-nos estabelecer a hipótese de que se trata de um processo ativo, mas que esteja associado à prática de formação de palavras em condições especiais, que divergem daquelas que ocorreriam a partir da fala corriqueira.

Temos, pois, o seguinte quadro fonológico das vogais do Português:

	palatal (anterior)	velar (posterior)	labial velar (posterior)
alta	i		u
média alta	e		o
média baixa	ɛ		ɔ
baixa		a	

## Ditongações

A descrição dos ditongos, tal como o fazem as Gramáticas Tradicionais para a língua portuguesa, implica o reconhecimento da diferença entre dois segmentos, com variação de grau de abertura três e quatro, isto é, entre [i] e [j] e entre [u] e [w]:

	i	j	u	w
	soante	soante	soante	soante
	sonoro	sonoro	sonoro	sonoro
	contínua	contínuo	contínuo	contínuo
a.a.	coroa (lâmina)	coroa (lâmina)	dorso lábio	dorso lábio
a.p.	pré-palato vogal	pré-palato consoante	— vogal	— consoante

A variação, nesse caso, estabelece, também, a diferença entre consoantes e vogais, que estamos tomando como dada desde o início de nossas análises. É um fato notável que segmentos como [j] e [w], chamados *glides* ou *semivogais*, caracterizam-se por ocorrerem somente em margens silábicas. Nesse caso, teríamos que lançar mão de uma nova estratégia para verificar se os falantes da língua portuguesa são capazes de reconhecer dois tipos de silabificação, isto é, se, num encontro vocálico em que uma das vogais átonas seja [i] ou [u], ambas pertencem ou não à mesma sílaba, por exemplo entre *rio*, substantivo, e *rio*, do verbo *rir*, em que pode ser que haja possibilidade de se verificar uma diferença de silabificação [xíw] no primeiro caso e [xí.u] no segundo. O mesmo se daria em relação aos pares *vou* e *voou*, *sois* e *soes* (do verbo *soar*) ou *quais* e *coais* (do verbo *coar*), dentre outros (Câmara, 1977b, p. 56). Em período anterior, Oiticica (1955, p. 69) argumenta que formas como *tio*, *rio* (verbo) e *frio* formam ditongos por flexionarem-se *tia*, *ria* e *fria*, o que, de certa maneira, permite-nos argumentar que *sois* (verbo) flexiona-se *somos*, *quais* flexiona-se *qual*. É interessante notar que o próprio Oiticica considera como vício de linguagem, a que chama de *hiatismo*, a possibilidade de se desdobrar um encontro vocálico como *pi.e.da.de* por *pie.dade*, *Ce.a.rá* por *Cea.rá*, o que aponta para o fato de que não parece haver muito

acordo entre os falantes quanto à diferença de silabificação desses encontros.

Entretanto, mesmo que haja o reconhecimento de uma diferença de silabificação, isso não implica necessariamente a diferença entre segmentos vocálicos e semivocálicos, isto é, entre os graus de abertura que desejamos compreender. Mattoso Câmara (1977b) propõe que não haja nenhuma diferença significativa entre ditongos e hiatos em sílaba átona.

A Gramática Tradicional, por sua vez, tem postulado a existência de um grande número de ditongos para o Português, classificando-os em decrescentes, quando a vogal antecede a semivogal, e crescentes, quando ocorre o inverso. Bechara (1999, p. 66-8) dá um bom número de exemplos:

<b>ditongos decrescentes</b>		<b>ditongos crescentes</b>	
[aj] em <i>pai</i>	[ɜ̃j] em <i>mãe</i>	[ja] em <i>área</i>	[jɜ̃] em <i>criança</i>
[aw] em <i>pau</i>	[ɜ̃w] em <i>pão</i>	[wa] em <i>quase</i>	[jẽ] em <i>ciente</i>
[ɛj], em <i>coronéis</i>	[põj] em <i>põe</i>	[je] em <i>dieta</i>	[wɜ̃] em <i>quando</i>
[ej] em <i>lei</i>	[ũj] em <i>muito</i>	[je] ~ [ji] em <i>cárie</i>	[wẽj] em <i>frequente</i>
[ɛw] em <i>chapéu</i>		[wɛ] em <i>goela</i>	[wĩ] em <i>arguindo</i>
[ɛw] em <i>leu</i>		[wɛ] em <i>coelho</i>	
[iw] em <i>viu</i>		[wi] em <i>tênuê</i>	
[ɔj] em <i>herói</i>		[jɔ] em <i>mandioca</i>	
[oj] em <i>boi</i>		[jo] em <i>vário</i>	
[ow] em <i>vou</i>		[wo] em <i>aquoso</i>	
[uj] em <i>fui</i>		[ju] em <i>miúdo</i>	

Segundo Bechara, é possível questionar a existência dos ditongos crescentes. Citando Said Ali (1963, p. 24),<sup>14</sup> afirma que uma das diferenças entre o Português falado no Brasil e o falado

14 Bechara refere a 4ª edição, p. 17, s.d. Neste trabalho estamos referindo a 6ª ed., revista pelo próprio Bechara.

em Portugal refere-se à variação de sonoridade que se imprime na semivogal, no caso particular dos ditongos decrescentes. Ainda que tal distinção não seja fácil de se verificar, parece que os argumentos de Câmara (1977b) e Bechara (1999) aponta para uma diferença de reconhecimento entre os segmentos vocálicos com grau quatro de abertura e seus homorgânicos com três graus de abertura.

A questão maior que deparamos refere-se justamente à possibilidade de encontros vocálicos serem tautossilábicos ou heterossilábicos, isto é, pertencerem ambos a mesma sílaba ou não. Na medida em que *glides* ou *semivogais* somente ocorrem em margens de sílaba, o único ambiente em que é possível verificar se a diferença entre eles e as vogais é reconhecida pelos falantes da língua portuguesa é, justamente, em margens de sílaba. Se *rio*, do verbo *rir*, é realizado como [xí.u], estaremos diante de um dissílabo, mas se é realizado como [xíu], estaremos diante de um monossílabo, logo, o que estamos comparando é uma diferença de silabificação e não uma diferença de qualidade dos segmentos em questão. Teríamos, pois, de verificar se os falantes são capazes de perceber uma diferença entre dois monossílabos, [xíu] e [xíw], [vóu] e [vów], [sóis] e [sójs], em que o primeiro de cada par tem uma vogal em margem de sílaba.

Coutinho (1954, p. 105-8) mostra que o Latim apresentava apenas quatro ditongos: *ae*, *oe*, *au* e *eu*. As formas cognatas do Português apresentam apenas uma vogal na posição em que se verificam esses ditongos:

aequãle > iguáu	foedu > féiu	tauru > tóuru ~ tóru	Eusebiu > ozébiu
aefãte > idáde	foetere > fedér	paucu > póuku ~ póku	Eugeniú > oʒéniu
caelu > séu	ãmoenu > aménu	auro > óuru ~ óru	
caecu > ségu	poena > péna	raucu > xóuku ~ xóku	
faeces > fézis	õboediente > obed <sup>i</sup> é <sup>i</sup> vi	aurĩcũla > oréla	
praesentia > prezé <sup>i</sup> sa	cõmoedia > koméd <sup>i</sup> ã	paupère > póbri	

Em alguns casos, tais como do ditongo latino *au*, é possível verificar que há formas cognatas no Português em que encontramos uma variação entre [ou] e [oi], por exemplo: [kóuza] ~ [kóiza] para *coisa*, [lóuru] ~ [lóiru] para *loiro*. A variação entre [au] e [o] é um fato comum em vários dialetos do Português. Nascentes (1953, p. 40) reporta-se a essa variação no dialeto carioca: *Augusto-Ogusto*, *autoridade-otoridade*, *aumento-omento*. É possível ouvir-se variações semelhantes no dialeto paulista, bem como no dialeto caipira: [otomóvi] para *automóvel*, [oróra] para *aurora*, [xestorár] para *restaurar*, [sodád'i] para *saudade*.

Assim, a grande maioria dos encontros vocálicos no Português são fatos recentes na história da língua, gerados por causas diversas: supressão de segmentos consonantais intervocálicos, vocalização de consoantes em final de sílaba, transposição de segmentos e inserção de segmentos:

mălu > mau	alt(ě)ru > outro	prīmāriu > primeiro	ăřē(n)a > areia
lěge > lei	absentia > ausência	librāriu > livreiro	tē(l)a > teia
grădu > grau	regnu > reino	ferrāriu > ferreiro	frē(n)u > freio
tăbŭla > tabua	factu > feito	dēnāriu > dinheiro	cătē(n)a > cadeia
rădiu > raio	conceptu > conceito	*răbia > raiva	candē(l)a > candeia
năvĭgiu > naviu	biscoctu > biscoito	sapia > saiba	plē(n)u > cheio
păne > pão	directu > direito	ăpiu > aipo	vē(n)a > veia
			ăliē(n)u > alheio

A transposição de segmentos, bem como sua inserção são fatos ainda correntes na língua portuguesa, como se nota nos exemplos de Sequeira (1957) para o falar do Baixo Minho:

<i>ougar</i> (aguar)	<i>contrairo</i> (contrário)	<i>feluige</i> (fuligem)	<i>auga</i> (água)
<i>bigairo</i> (vigário)	<i>ubiar</i> (uivar)	<i>nessairo</i> (necessário)	

Também se verifica a inserção de segmentos na flexão de verbos em *-ear*, ou na formação de substantivos:

<i>arrear</i>	<i>nós arreamos</i>	<i>ele arreia</i>	<i>o arreio</i>
<i>menear</i>	<i>nós meneamos</i>	<i>ele meneia</i>	<i>o meneio</i>
<i>sortear</i>	<i>nós sorteamos</i>	<i>ele sorteia</i>	<i>o sorteio</i>

Sequeira (1957) ainda oferece exemplos da inserção de segmentos como em:

<i>Lisboua</i>	para	<i>Lisboa</i>	<i>broua</i>	para	<i>broa</i>
<i>aboua</i>	para	<i>voa</i>	<i>croua</i>	para	<i>coroa</i>
<i>canoua</i>	para	<i>canoa</i>	<i>à toua</i>	para	<i>à toa</i>

São inserções que também ocorrem comumente no dialeto paulistano, apesar de não estarem manifestas na grafia que se padronizou para a língua portuguesa. O que devemos ressaltar nesse tipo de inserção segmental intervocálica refere-se ao fato de que esses encontros vocálicos são notadamente heterossilábicos e, por si só, não permitem uma realização fonética em que ambos possam ocorrer na mesma sílaba. É um fato semelhante ao que ocorre nas formas verbais em *-ear* flexionadas: quando o primeiro elemento do encontro vocálico torna-se tônico, insere-se o segmento [i].

Outras inserções que são comuns no Português decorrem tanto da ressonância nasal, como já vimos anteriormente, quanto da antecipação de articulação coronal de segmentos consonantais em posição margem direita de sílaba tônica final:

*nós* [nós] ~ [nóis]   *arroz* [axós] ~ [axóis]   *três* [trés] ~ [tréis]   *mais* [más] ~ [máis]

O mesmo Sequeira (1957, p. 17) dá exemplos para o Baixo-Minho em que há inserção semelhante mesmo se a consoante coronal contínua não esteja na mesma sílaba:

<i>haija</i>	para	<i>haja</i>	<i>coixa</i>	para	<i>coxa</i>
<i>igreja</i>	para	<i>igreja</i>	<i>roixo</i>	para	<i>roxo</i>
<i>hoije</i>	para	<i>hoje</i>	<i>feicho</i>	para	<i>fecho</i>
<i>fuija</i>	para	<i>fuja</i>	<i>meixer</i>	para	<i>mexer</i>

Apesar de haver diferença quanto ao articulador passivo dos segmentos consonantais que estabelecem o ambiente propício para a inserção de [i], bem como a posição silábica que ocupa, não deixa de ser um fato óbvio que a articulação coronal e o grau de abertura têm uma íntima relação com o segmento que vai inserido. O fato de essa inserção somente ocorrer em posição pós-vocálica aponta para a possibilidade de que estejamos diante de um segmento consonantal, portanto, uma semivogal, em virtude da definição que demos para esse tipo de segmento.

Foneticamente não se percebe diferença entre um encontro vocálico tautossilábico formado historicamente por duas vogais, como em *grau*, *reino* ou *raiva*, e outro formado pela inserção de um segmento, como em *are[i]a*, *bo[u]a*, *arro[i]z*, *co[i]xa* ou *ge[i]nte*, entretanto, seria aconselhável que se fizesse uma diferença na representação gráfica de cada um, sobretudo em virtude de esses últimos poderem ser produzidos sem a mesma inserção: [aréa] ~ [aréa], [bó<sup>w</sup>a] ~ [bóa], [axó's] ~ [axós], [kó'i'a] ~ [kó'sa], [zê'ti] ~ [zê'ti] a par de [gráu], [xéiju] e [xáiva]. A padronização da escrita da língua portuguesa não teve o mesmo critério na representação desses segmentos. Em algumas formas em que há possibilidade de realização com ou sem a inserção do segmento [i], o segmento vai representado:

- a) capsa > caixa      káʃa~ káʃa      c) pisce > peixe péʃi ~ péʃi  
 laxãre > deixar      deʃár ~ deʃár      fasce > feixe féʃi ~ féʃi  
 mátaxa > madeixa      madéʃa ~ madéʃa
- b) \*bassiare > baixar      baʃár ~ baʃár  
 passione > paixão      paʃéw ~ paʃéw  
 fascia > faixa      fáʃa ~ fáʃa

Trata-se, mais propriamente, da manutenção de aspectos históricos da língua reproduzidos em sua grafia. Os cognatos latinos apontam para o fato de que tenha havido tanto a vocalização de consoante em final de sílaba, como nos exemplos em (a) e a transposição de segmento como em (b) quanto a inserção de segmento, como em (c). Ainda que neste último caso tenha havido uma inserção, a escrita apenas representa o fato de que havia um segmento consonantal na posição em que ocorre “i”.

A possibilidade de supressão do segmento vocálico [i] em *caixa* ou *paixão*, por exemplo, está diretamente relacionada com a qualidade do segmento consonantal que se lhe segue, o que parece definir que as articulações coronais pré-palatais contínuas propiciam a ocorrência e a incorporação de um segmento vocálico igualmente coronal pré-palatal com mínimo grau de abertura.

Fato semelhante ocorre em relação aos chamados ditongos crescentes em que há a presença de um segmento vocálico dorsal ocorrendo imediatamente após um segmento consonantal igualmente dorsal, como no caso de [k<sup>w</sup>ázi], [k<sup>w</sup>átru] ou [fɾek<sup>w</sup>éʃti], para *quase*, *quatro* e *frequente*. Amaral (1981, p. 118-9) registrou as formas *coresma*, *corenta*, *contia*, para o dialeto caipira que também vão registradas por Penha (1997, p. 262) para o sul de Minas Gerais, para *quaresma*, *quarenta* e *quantia*. No Português falado na região de Taubaté, bem como no oeste paulista, é possível ouvir-se [kázi]

para *quase*, [ka:ké] para *qualquer*, [ga:ɾdá] para *guardar*. Sequeira (1957, p. 19) registrou no falar do Baixo-Minho as formas *cadro*, *cal*, *cando*, *canto*, *catro*, *coresma*, *colidade*, *minga*, *agantar*, dentre outras, para *quadro*, *qual*, *quando*, *quanto*, *quatro*, *quaresma*, *cualidade*, *míngua* e *aguentar*. Mesmo na forma culta é possível ouvir tanto [lík'ídu], [k'éstʃw], [katórzi] e [kóta], quanto [lík'ídu], [k'wéstʃw], [k'watórzi] e [k'wóta], para as formas escritas *líquido*, *questão*, *catorze* e *cota*, salientando-se que o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (1999) registra as variações gráficas *líquido*, *questão*, *quatorze* e *quota*. Embora esse não seja um fato comum a todas sequências [k<sup>w</sup>], pode-se intuir que não se trata de uma pronúncia estabilizada na língua portuguesa. Alguns falantes, entretanto, reconhecem e estigmatizam algumas dessas variações de pronúncia tais como [k'wéstʃw] ou [kol'idád'i], o que demonstra que [k'éstʃw] ou [k'w'al'idád'i] são variações regionais apenas consagradas pelo prestígio que se atribuiu a um grupo de falantes e que se procurou representar na padronização da escrita do Português.

A questão mais premente em relação aos ditongos do Português reporta-se aos ditongos nasais: [ɛw], [ɛj] e [õj], tal como ocorrem em *pão*, *mãe* e *põe*, respectivamente. Embora eles tenham se originado pelas mesmas vias dos demais ditongos do Português, há que se considerar se a ressonância nasal é ou não um segmento presente na língua. Tal como já vimos ao verificar a hipótese da Câmara para a nasalidade vocálica do Português, há indícios fortes de que a nasalidade é um segmento, ainda que não possua todas as articulações necessárias para sua realização. Como veremos mais adiante, a dificuldade estará na localização desse segmento quando ocorre em ditongos, isto é, tomando-se V para as vogais, S para as semivogais e N para a nasalidade, as possibilidades são VNS, VSN. Como se está tratando das posições do segmento, e não de suas qualidades intrínsecas, é um assunto para ser mais propriamente considerado no que diz respeito aos agrupamentos silábicos.

### ***Exercícios***

1) É possível notar que há alunos em idade pré-escolar que realizam articulações fricativas de forma bastante particular. A partir da lista abaixo, verifica se o falante reconhece o papel das cordas vocais na produção dessas consoantes.

tê <sup>j</sup> pi	<i>sempre</i>	diáta	<i>girafa</i>
adédu	<i>aceso</i>	doté	<i>você</i>
tái	<i>sai</i>	tú <sup>j</sup> du	<i>fundo</i>
bádu	<i>bravo</i>	matádu	<i>machado</i>
tóia	<i>fora</i>	maitélu	<i>martelo</i>
káda	<i>casa</i>	túdu	<i>sujo</i>

2) Mota e Andrade (1983)<sup>15</sup> verificaram que numa região de Sergipe ocorre um fenômeno bastante interessante na realização da oclusiva coronal nasal. A partir da lista abaixo, verifique se é possível estabelecer uma regularidade quanto ao papel do articulador passivo em relação a outras realizações.

[ɲ]unca	[n]unca
[ɲ]ada	[n]ada
[ɲ]ome	[n]ome
[ɲ]a	[n]a
[ɲ]ão	[n]ão
[ɲ]é	[n]é
[ɲ]em	[n]em
[ɲ]um	[n]um

3) A fala de Pomeranos, no Vale do Itajaí, SC, tem uma característica, dentre várias, que estabelece uma diferença de alvo

15 MOTA, J.; ANDRADE, N. Neutralização /n/ : /ɲ/ em Sergipe. *Linguagem. Revista para Estudos de Língua e Literatura*, 1, p. 31-8, 1983.

na articulação coronal das consoantes obstruintes contínuas em relação à fala de outras regiões. (Bonatti, 1974)<sup>16</sup>

[ʃ]alom	[s]alão
[ʃ]inema	[s]inema
[ʃ]arafo	[s]arrafo
[ʃ]ar[ʃ]i[ʃ]a	[s]al[s]i[ʃ]
[ʃ]era	[s]erra
[ʃ]ilveira	[s]ilveira

4) A partir dos dados descritos abaixo, referentes a dois dialetos distintos, estabeleça as regularidades que nos permitem distingui-los.

Dialeto paulistano	Dialeto caipira
fáwta/fárta	fáɿta
máwta/márta	máɿta
fíwmi/firmi	fíɿmi
pówka/pórka	póɿka
áwma/árma	áɿma
kúwta/kúrta	kúɿta

5) A partir dos dados abaixo, obtidos de dois dialetos diferentes, é possível notar que o articulador passivo tem um papel diferente em cada um dos dialetos, na realização das consoantes coronais contíguas à vogal alta [i]. Descreva essa diferença.

Dialeto caipira	Dialeto paulistano
gaíu/galíu	gal'íɿnu
veíã/velíã	ve'l'íɿna

16 BONATTI, M. *Aculturação linguística numa colônia de imigrantes italianos de Santa Catarina, Brasil*. São Paulo, Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena; Blumenau, Instituto de Estudos Históricos do Vale do Itajaí, 1974.

taíã/talíã	tal'íña
xoíã/xolíã	xol'íña
fíã/filíã	fil'íña

6) Os dados abaixo apontam para uma certa instabilidade na realização da forma plural de *porto*, *gosto*, *forno*, *toco*, *bolo* e *coro*. Apresente as razões dessa instabilidade.

póstus	póstus
góstus	góstus
fórnus	fórnus
tókus	tókus
bólus	bólus
kórus	kórus

7) A parlenda transcrita abaixo<sup>17</sup> estabelece semelhanças entre as realizações *dois* e *arroz*, *seis* e *vez*, *dez* e *pastéis*. Justifique essa semelhança.

*Um, dois,  
Feijão com arroz,  
Três, quatro,  
Feijão no prato,  
Cinco, seis,  
Chegou minha vez,  
Sete, oito,  
Comer biscoito,  
Nove, dez,  
Comer pastéis.*

17 CASCUDO, L.C. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Global, 2000. p. 388.



# Agrupamento silábico

## *A noção básica de sílaba*

Apesar de ser uma das unidades linguísticas difíceis de se definir — característica que partilha com as noções de palavra e de frase — a noção de sílaba remonta à própria antiguidade greco-romana, quando serviu de base para a elaboração da escrita chamada silábica, cujo desenvolvimento originou as escritas fonéticas ou fonológicas tal como as conhecemos hoje e usamos para a língua portuguesa. Trabalhos desse século, dentre os quais gostaria de referir especialmente o de Ferreiro e Teberosky (1991, p. 226-7), apresentaram evidências convincentes de que a criança alfabetizanda possui uma intuição clara de que os segmentos da língua estão agrupados na forma de sílaba e de que procuram representar esses agrupamentos com unidades gráficas, no momento em que estabelecem o que as pesquisadoras chamaram de *hipótese silábica*.

As gramáticas tradicionais, em suas descrições e normatizações das línguas — da língua portuguesa, em nosso caso — caracterizam a sílaba aprioristicamente. Apesar de não apresentarem evidências para tais caracterizações, são praticamente unânimes em seus resultados que, de certa maneira, têm servido como parâmetros para a avaliação dos resultados das análises silábicas empreendidas a partir de modelos teóricos recentemente

desenvolvidos. Cunha e Cintra (1985, p. 53) apresentam a noção de sílaba como um fato intuitivo dos falantes, que, quando pronunciam lentamente uma palavra, dividem-na “em pequenos segmentos fônicos que serão tantos quantas forem as vogais”.

Há, entretanto, outras evidências que indicam a existência dessa unidade fonológica. Podemos dar como exemplo a sonorização do segmento fricativo apicoalveolar [s] quando precede segmento sonoro.

No dialeto caipira falado no Vale do Paraíba, é bastante característico o segmento apicopalatal [ɹ], que distingue esse dialeto do dialeto paulistano, que realiza [r] nas formas cognatas:

<b>Dialeto caipira</b>		<b>Dialeto paulistano</b>	
póɹta	‘porta’	pórta	‘porta’
fóɹnu	‘forno’	fórnu	‘forno’
téɹsu	‘terço’	térsu	‘terço’
lugáɹ	‘lugar’	lugár	‘lugar’

Entretanto, em posição inicial ou intervocálica pode ocorrer [x] (e [r] para o dialeto de Taubaté):

<b>Dialeto de Taubaté</b>		<b>Dialeto paulistano</b>	
xúa ~ rúa	‘rua’	xúa	‘rua’
káxu ~ káru	‘carro’	káxu	‘carro’
kaxéga ~ karéga	‘carrega’	kaxéga	‘carrega’

A diferença entre ambos os dialetos manifesta-se, pois, mais óbvia em posição final de palavra ou precedendo consoante. Quando ocorrem junturas de palavras, ou formações morfológicas, a situação é um pouco diferente:

Dialeto de Taubaté	Dialeto paulistano	
lugáɫ áɫtu	lugár áwtu	'lugar alto'
lugáɫ kɔ̃tʃi	lugár kʲɔ̃tʃi	'lugar quente'
súpeɫ amígu	súper amígu	'super amigo'
súperɫ kʲétu	súper kʲétu	'super quieto'

A diferença entre os dialetos tem de igualmente considerar uma unidade maior do que os segmentos para explicar as posições que provocam tais variações, isto é, as margens direita e esquerda da sílaba.

Valendo-nos de critérios distribucionais para evidenciar os agrupamentos silábicos do Português, observamos que ocorrem diversas regularidades referentes a *encontros consonantais* (EC):

- há ECs de no máximo quatro unidades segmentais;
- ECs de quatro unidades segmentais sempre têm [s] na segunda posição, a contar da esquerda e [r] na quarta, a contar da esquerda;
- em ECs em que o segmento [r] ocorre, ele só aparece na primeira posição à esquerda e, em alguns dialetos, tem variação fonética com [ɾ] (no Caipira, por ex.), ou com [x] (no Carioca, por ex.);
- em ECs em que ocorre o segmento [r], só consoantes obstruintes oclusivas ou [f] ou [v] ocorrem imediatamente à sua esquerda;
- em ECs com apenas dois segmentos, em que ocorre o segmento [l] à direita, só consoantes obstruintes oclusivas ou [f] ou [v] ocorrem à sua esquerda, mas as sequências \*[dl] e \*[vl] não ocorrem;
- em ECs em que o segmento [l] ocorre à esquerda, ele tem variação fonética, em alguns dialetos do PB, com [w] (no Paulistano, por ex.), com [ɫ] (no

- Caipira, por ex.) ou com [ʔ] (no Gaúcho, por ex.);
- os segmentos [ʎ] e [ɲ] não ocorrem em ECs;
- em ECs, o segmento [s] não ocorre precedendo consoantes sonoras;
- o segmento [s], quando ocorre em ECs, em alguns dialetos do PB, tem variação fonética com [ʃ] (no Carioca, por ex.);
- o segmento [z] só ocorre à esquerda em EC e sempre está precedendo consoantes sonoras;

Embora outras regularidades ainda pudessem ser observadas, vamos, por ora, permanecer com essas.

Todas essas regularidades apontam para o fato de que a sequência de formas subjacentes na cadeia segmental sujeita-se a regras fonológicas de agrupamentos específicas da língua, na medida em que não há qualquer motivo fonético para a não ocorrência de sequências como [arʎu], [ewɲu], [ɔsmru] na língua portuguesa. Resta-nos, pois, estabelecer modelos teóricos que sejam capazes de dar conta dessas regras de combinação de segmentos subjacentes, bem como de suas variações fonéticas, notavelmente percebidas pela intuição dos falantes.

Bechara (1999, p. 85), Cunha e Cintra (1985, p. 53), Lima (1979, p. 19), Luft (1978, p. 50), dentre outros, caracterizam a sílaba da língua portuguesa como um fonema ou grupo de fonemas emitido num só impulso expiratório, cujo elemento essencial é a vogal.

Classificam-na — alguns com menor detalhamento do que Bechara (1999, p. 85), que é usado aqui — quanto à sua constituição em:

**simples:** quando é constituída apenas por uma vogal:

ɛ	(verbo <i>ser</i> )	i	(como em sa.í.da)
a	(verbo <i>haver</i> )	u	(com em sa.ú.va)

e ~ i (conjunção)	o	(como em vi.ó.la)
o ~ u (artigo)	a	(como em pi.á.da)

**composta:** quando é constituída por mais de um fonema:

ar	ar	(como em lu.ar)
lei	sei	(como em séi.va)
vi	por	(como em xe.por.tár)
ler	ko	(como em ko.mér)
mas	pli	(como em es.pli.kár)
kru	pers	(como em pers.pi.kás)

**aberta** (ou livre): são as sílabas compostas terminadas por vogal:

vi	va	(como em séi.va)
kru	ko	(como em komér)
pɔ	pi	(como em pers.pi.kás)
xɛ	fa	(como em so.fá)
le	pli	(como em esplikár)

**fechada** (ou travada): são as sílabas compostas terminadas por consoante ou semivogal:

viw	sej	(como em sej.va)
lej	kar	(como em es.pli.kár)
pas	pers	(como em pers.pok.tí.va)
por	trɛ̃s	(como em trɛ̃s.pór.ti)
mɛw	xow	(como em xów.pa)
sɛw	blar	(como em es.pli.kár)

Propõem, também, uma classificação suplementar que leva em consideração a posição em que ocorre no interior da palavra:

**inicial:** quando ocorre em início de palavra:

ka.zamé̃tu      sols.tísiu      ór.dě̃i      u.nídu

**medial:** quando ocorre em meio de palavra:

trẽs.for.már    ĩ.prẽs.tĩmu    bá.zi.ku    ka.í.du

**final:** quando ocorre em final de palavra:

perse.bér    xeseptĩ.vu    ba.ú    so.fá

Se considerarmos de maneira mais detalhada, tal classificação estabelece um conjunto de princípios que se permite enumerar:

- as sílabas em português são constituídas a partir das vogais;
- consoantes podem constituir sílabas, antes e/ou depois das vogais;
- apenas as consoantes que ocorrem depois das vogais são pertinentes para a classificação propostas.

Observando a estrutura interna da sílaba portuguesa de forma ainda mais detalhada, será possível verificar que são possíveis as seguintes combinações: (V = vogal, C = consoante e S = semivogal)

V	sa.ú.va	ka.í.da	a.ĩ.da	xe.u.niẽw
VC	ór.dẽj	fa.ís.ka	kri.ẽ.sa	kẽ.téj
CV	mé.za	xe.por.tár	vẽ.tu	pó <sup>w</sup> .ba
CCV	prá.tu	fra.kié.za	bló.ku	lí.vru
CVC	pór.ta	a.fir.már	ẽ.jér.ga	kúr.ta
CVCC	pers.pi.kás	sols.tí.siu		
CCVC	fler.tár	dri.blár	plás.ti.ku	pres.tár
CCVCC	trẽs.pór.tĩ	trẽs.for.már		
VS	ów.tru	aw.to.mó.vew	po.éj.ra	
VSC	éjs			

---

CVS	kój.za	lów.ku	zėj.tu	nój.ði
CCVS	trów.si			
CVSC	káws.ði.ku	dójs	kájs	páws
CCVSC	ã <sup>9</sup> .ses.trájs	kō <sup>w</sup> .klújs	kō <sup>w</sup> s.trójs	
*CVSCC				
*CCVSCC				

Clements e Keyser (1983, p. 28-9) propuseram que todas as línguas obedecem a padrões previamente estabelecidos quanto aos agrupamentos silábicos:

- a) Todas as línguas possuem padrão CV
- b) Há línguas que permitem supressão da consoante à esquerda do ápice silábico
- c) Há línguas que permitem consoante à direita do núcleo silábico

Assim, propõem a seguinte tipologia para as línguas:

Tipo 1: CV — aceitam somente a, portanto, não têm encontros vocálicos ou consonantais heterossilábicos na cadeia da fala;

Tipo 2: CV V — aceitam a e b, portanto, não possuem encontros vocálicos heterossilábicos;

Tipo 3: CV CVC — aceitam a e c, portanto, não possuem encontros consonantais heterossilábicos;

Tipo 4: CV V CVC VC — aceitam a, b e c, portanto, têm encontros vocálicos e consonantais heterossilábicos.

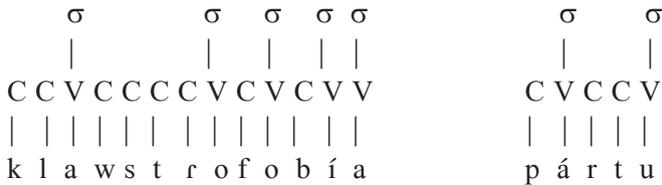
Tomando-se as palavras [po.éi.ra], [sa.í.da], [des.tra.vár], [subs.trá.tu] e [pór.ta] é possível verificar que a língua portuguesa tem encontros vocálicos e consonantais heterossilábicos, portanto, é de tipo 4, isto é, aceita supressão de consoante à esquerda do núcleo silábico e inserção de consoante à direita do núcleo silábico.

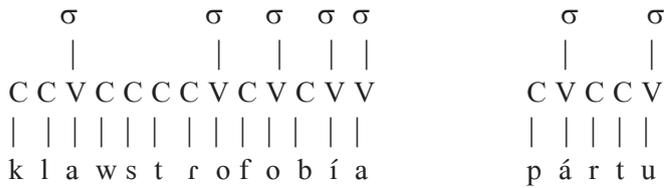
Clements e Keyser (1983, p. 38) propuseram, também, que a silabificação segue um algoritmo previamente definido para todas as línguas:

- a) elementos V estão previamente ligados à sílaba ( $\sigma$ )
- b) elementos C, à esquerda de V, são agrupados um a um, da direita para a esquerda, de tal maneira que a configuração que resulte de cada agrupamento, satisfaça todas as “condições relevantes da estrutura silábica da língua em questão”;
- c) subsequentemente, elementos C, à direita de V, são agrupados, um a um, da esquerda para a direita, de forma semelhante ao passo (b).

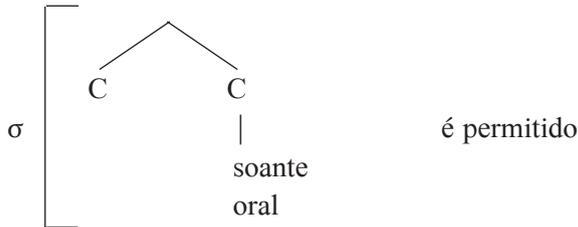
Assumindo a teoria proposta por Clements e Keyser (1983), podemos verificar sua aplicabilidade à língua portuguesa:

a)  $V \rightarrow \sigma$



b)  $C^2V \rightarrow \sigma$ 

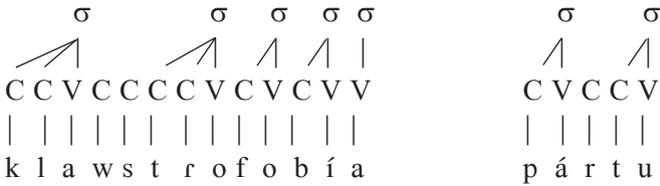
Já nesse segundo passo, é possível notar que, embora fosse proposta a restrição  $C^2$ , isto é, agrupar apenas duas Cs à esquerda, o algoritmo gerou o agrupamento silábico [rtu.], que parece ser impróprio na língua portuguesa. Para tanto, ainda valendos de Clements e Keyser (1983), podemos estabelecer o que chamaram de *condição positiva de estrutura silábica* (CPES),<sup>18</sup> que atua como um filtro para o algoritmo.



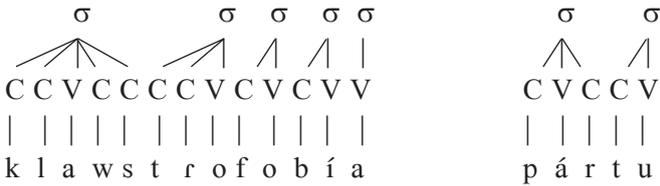
Isto é, em margem esquerda de sílaba, só podem ocorrer dois elementos C, se, e somente se, o que estiver contíguo ao elemento V nuclear for soante oral. Se, na língua portuguesa, possuem essa características os segmentos [l], [ʎ], [ʎ], [r], [ɹ], [R], [j] e [w], sendo que [ʎ] e [r] não ocorrem à esquerda em ECs, temos que [l], [ʎ], [r], [ɹ], [R] e [j] vão satisfazer a condição. Cintra (1978, p. 58) chama a atenção para o fato de que na fala espontânea, não cuidada, apenas ocorrem nessa posição [r], [l], [j] e [w].

<sup>18</sup> Embora Clements e Keyser usem da notação preconizada por Chomsky e Halle (1968), optamos por prescindir da disposição dos traços em matrizes, para manter maior coerência com as explicações que vimos procedendo.

c)  $C^2V \rightarrow \sigma$ , com aplicação do filtro

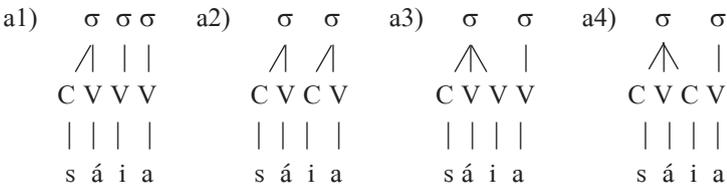


d)  $VC^* \rightarrow \sigma$



Isso gera uma divisão silábica que está de acordo com o que é proposto pela gramática tradicional.

A ocorrência ou não dos *glides*, ou *semivogais*, como elementos subjacentes na língua portuguesa pode ser discutida pela própria teoria de Clements e Keyser (1983). Segundo eles, a definição de segmentos como C ou V não depende do conjunto de traços fonológicos dos segmentos que ocupam essas posições; assim, apesar de a língua portuguesa selecionar para a posição de núcleo silábico — portanto, V — apenas segmentos com traços vocoides, isso não implica que esses mesmos segmentos não possam ocorrer em margem de sílaba. As sequências de segmentos [sáia] e [saída] poderiam ser silabificadas de diversas maneiras:



b1)	$\sigma$ $\sigma$ $\sigma$	b2)	$^*\sigma$ $\sigma$	a3)	$^*\sigma$ $\sigma$
	$\wedge$   $\wedge$		$\wedge$ $\wedge$		$\wedge$ $\wedge$
	C V V C V		C V C C V		C V C C V
	s a í d a		s a í d a		s a í d a

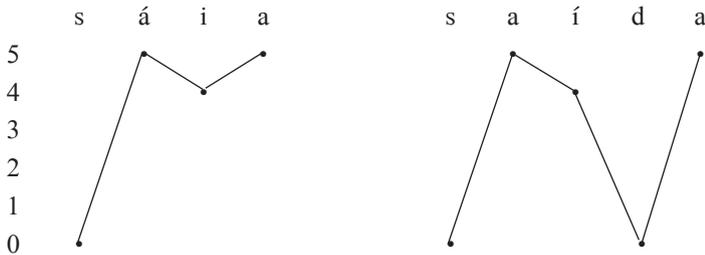
Segundo a gramática tradicional, apenas (a4) e (b1) seriam possíveis, pois, no caso descrito em (a4), estamos diante de ditongo, isto é, o segmento pós-vocálico tem caráter consonantal, sendo, portanto, uma semivogal; no caso descrito em (b1), estamos diante de um hiato, isto é, um encontro vocálico heterossilábico. As possibilidades de divisão silábica que vemos em (a1-3) são divisões possíveis, entretanto, as que vemos em (b2-3) não são. É notável que nos casos de silabificação propostos em (b2-3), a restrição para que tais ocorram relaciona-se diretamente ao fato de que o segmento [i] porta o acento característico da sílaba. Isso aponta para uma diferença de sonoridade que deve ser considerada na divisão silábica.

Câmara (1977a, p. 68 e ss.) lembra que a noção de sonoridade de segmentos para estabelecer núcleos silábicos é um fato conhecido desde meados do século XIX e resume as propostas que se faziam até o início do século XX, afirmando que o ápice silábico é respectivamente “o momento da maior expiração, da maior energia da emissão e de maior perceptibilidade”, o que associa aos graus de abertura da teoria saussureana, que já discutimos anteriormente, afirmando, também, que o “abrimento é paralelo ao fato acústico da sonoridade ou perceptibilidade do som vocal”. Embora ele próprio abandone a teoria, por não obter os resultados desejados no que diz respeito à definição das margens silábicas, a proposição de se definir o centro silábico pela sua sonoridade não deixou de ser considerada nas teorias linguísticas. Bisol (1999, p. 708), baseada em proposta

de Clements,<sup>19</sup> propõe que haja uma escala de sonoridade própria dos segmentos do Português, em alguma coisa semelhante à antiga proposta de graus de abertura de Saussure:

obstruinte	nasal	líquida	[i]	[e ε o o]	[a]	
			-	-	+	aberto 1
			-	+	+	aberto 2
-	-	-	+	+	+	vocoide
-	-	+	+	+	+	aproximante
-	+	+	+	+	+	soante
<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>sonoridade</b>

A tabela acima aponta para características intrínsecas da formação articulatória de cada segmento. Dessa maneira, segmentos obstruintes não podem ser soantes, aproximantes nem vocoides, nasais são soantes, mas não aproximantes nem vocoides, líquidas são soantes aproximantes, mas não são vocoides, e as vogais são soantes aproximantes e, obviamente, vocoides. Na medida em que a distinção de sonoridade das vogais mantém a distinção saussureana dos graus de abertura, é possível estabelecer a diferença entre vogais e semivogais pela sua sonoridade, tal como fora proposto por Said Ali (1963, p. 24). Os núcleos silábicos caracterizam-se, pois, pelo ápice de sonoridade da sequência de segmentos:



19 cf. Clements e Hume (1996, p. 269).

No caso de [sáia] o estabelecimento dos núcleos silábicos foi de acordo com o preconizado pela gramática tradicional, que não admite, nesse caso, que a forma seja trissílaba. A vogal [i] terminou por ser interpretada como elemento que não forma núcleo silábico, eliminando, portanto, a silabificação proposta em (a1). Trata-se de um fato próprio das vogais com abertura mínima que, foneticamente, confundem-se com *glides* ou *semivogais* ou *semiconsoantes*. Não há, entretanto, uma evidência clara de que a sequência [sáia] tenha de silabificar-se [sá.ia] dissílabo como em (a4), e não [sái.a], igualmente dissílabos como em (a2) ou em (a3).

No caso de [saída], o mesmo procedimento não resultou na silabificação preconizada pela gramática tradicional. O segmento [i] teria de ter sido considerado necessariamente um núcleo silábico, independentemente de suas características articulatórias. Nesse caso, somos obrigados a lançar mão da hipótese de que o acento, à revelia da escala proposta, imprime sonoridade suficiente aos segmentos de maneira a permitir-lhes serem centros de sílaba. Halle e Vergnaud (1990, p. 3) propõem que as línguas selecionam subconjuntos específicos de segmentos que podem ser acentuados. Conforme vimos anteriormente, na língua portuguesa esse conjunto é formado exclusivamente por vogais, logo, se [i] em [saída] é acentuado, ele deverá ser considerado vogal, o que o torna candidato à posição V; mas isso não é conclusivo em relação à questão de ser ou não centro de sílaba.

## Núcleo silábico

Procurando compreender melhor a estrutura da sílaba da língua portuguesa, especialmente quanto a questão dos núcleos silábicos, Bisol (1989) analisou os encontros vocálicos em que ocorresse vogal de abertura mínima que não porta acento e se localizasse à direita do encontro — isto é, os *ditongos decrescentes* —, quanto à sua distribuição na cadeia segmental.

Comparando as sequências:

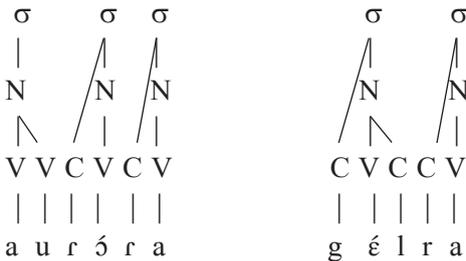
auróra	desvairáda	eirada	neurasténiku
aurir	páira	kadéira	európa

com as sequências, ainda que raras,

gélra	šilréio	abalroár	israél
mélru	bílru	palréiru	desratizár

verificou que o segmento [r] ocorre após encontros vocálicos mas não ocorre após segmentos que não sejam vocóides — senão nos casos, como já vimos, em que formam um encontro consonantal tautossilábico, sucedendo apenas segmentos obstruintes oclusivos e [f] ou [v] — em margem esquerda de sílaba. Pode-se notar uma diferença quanto à distribuição dessas sequências. É possível estabelecer a hipótese de que as sequências V[lr] e V[sr] ocupam posições VCC, respectivamente, enquanto que as sequências V[ir] e V[ur] ocupam posições VVC, respectivamente.

A partir dessas constatações, Bisol (1989) propõe que as sequências VV, nos casos ora em foco, formam um núcleo silábico complexo:



Bisol (1989) ainda faz a distinção entre ditongos leves, ou falsos, de ditongos pesados, ou verdadeiros. Considera que os

ditongos leves são realizados apenas como formas fonéticas superficiais, pois são formados pela adjacência de alguns segmentos, enquanto que os ditongos verdadeiros apresentam-se como tais subjacentemente. A evidência que aponta para essa distinção é de caráter distribucional:

*falsos ditongos:*

péi.ʃi	ou	pé.ʃi	zʒó.vêi	ou	zʒó.vi
kái.ʃa	ou	ká.ʃa	fêi.ra	ou	fê.ra

*ditongos verdadeiros:*

xei.tór	mas	*xe.tór	
ir.mǝw	mas	*ir.mǝ	(com o mesmo significado)
páu.ta	mas	*pá.ta	(com o mesmo significado)
koi.tá.du	mas	*ko.tá.du	(com o mesmo significado)

Os ditongos verdadeiros fazem contraste com as formas em que a vogal da direita é suprimida e os falsos ditongos não fazem, como se pode observar nos exemplos dados acima.

Dessa maneira, Bisol (1989) descarta os falsos ditongos como formas subjacentes, e presume a seguinte estrutura silábica para os verdadeiros ditongos, propondo, assim, a existência de uma hierarquia na constituição da sílaba do Português.



Alguns outros fatos que ocorrem na língua portuguesa permitem estabelecer um maior detalhamento em relação à sílaba

do Português. Apesar de todas as vogais poderem ocorrer em posição de núcleo, algumas estão sujeitas a uma variação de qualidade, conforme a posição que ocupam na sequência segmental:

### Em sílaba tônica

- a → ɜ quando precede segmento nasal em outra sílaba:  
\*ká.ma
- a → ɜ quando precede segmento nasal na mesma sílaba:  
\*kán.tu
- ɛ ~ e quando precede segmento nasal em outra sílaba:  
ʒé.mi ~ ʒé.mi
- ɛ → e quando precede segmento nasal na mesma sílaba:  
\*vɛ̃.tu
- ɔ ~ o quando precede segmento nasal em outra sílaba:  
ó.mɛ̃ ~ ó.mɛ̃
- ɔ → o quando precede segmento nasal na mesma sílaba:  
\*kɔ̃.w.tu

Essa alternância na qualidade vocálica, entretanto, é bloqueada quando entre a vogal nuclear silábica tônica e a nasal subsequente há um segmento qualquer, referente aos padrões silábicos VC, CVC ou CCVC:

kár.ni	mas não é possível	*kár.ni	
kát.ma	mas não é possível	*kát.ma	
fáu.na	mas não é possível	*fáu.na	
ʒér.mi	mas não é possível	*ʒér.mi	
ẽ̃.fér.mu	mas não é possível	*ẽ̃.fér.mu	(com o mesmo significado)
fór.ma	mas não é possível	*fór.ma	(com o mesmo significado)

Esse fato aponta para a concepção de sílaba em que os segmentos [r], [ʔ] e [w] distanciam as nasais da sílaba subsequente do núcleo da sílaba em foco. O que nos permite conceber o segmento [u] com o mesmo estatuto de consoantes [r] e [ʔ]. Assim, todos esses três segmentos encontram-se na margem direita da sílaba: VC, CVC ou CCVC.

Fato um pouco diferente ocorre quando é a vogal [i] que intercede:

pái.na	ou	pái.na
ẽ <sup>n</sup> .dái.mi	ou	ẽ <sup>n</sup> .dái.mi
bói.na	ou	bói.na
es.trói.na	ou	es.trói.na

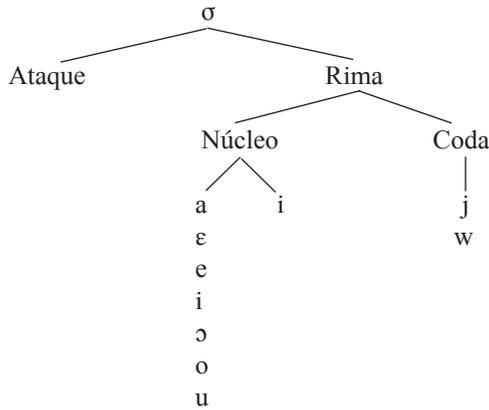
Em relação às sequências heterossilábicas [éi.m] ou [éi.n], não há variação com [éi.m] ou [éi.n], mesmo nos dialetos que realizam [pái.na] ou [pái.na]. Esse fato aponta para um fenômeno um pouco diferente daquele que ocorre com os segmentos [r], [ʔ] e [u] em relação ao núcleo silábico: a alternância vocálica pode ocorrer, o que indica que não há bloqueio para o processo. Deve-se entender que, diferentemente de [r], [ʔ] ou [u], o segmento [i] não se encontra na mesma posição de margem direita da sílaba.

O argumento acima implica, apenas, que a estrutura silábica da língua portuguesa tem de ser interpretada diferentemente do que foi proposto, pois há uma distinção bem evidenciada entre margem direita e a posição do segmento [i]. Será pois necessário postular uma posição intermediária entre o núcleo silábico e a margem direita da sílaba.

Diversos autores propuseram que a relação entre núcleo silábico e margem silábica dá-se por meio de uma estrutura hierárquica. Hockett (1955, p. 72 e ss.), baseado em modelos anteriores de Pike e Pike (1947, p. 91), Trubetzkoy (1973, p. 167), dentre outros, estabelece uma diferença entre núcleos silábicos simples, núcleos silábicos complexos e coda silábica, ou margem direita, o que vai corroborado pelas descrições, por exemplo, de Bisol (1989), de Collischonn (1996) e de Mateus (1996).

O gráfico abaixo, que mostra apenas as possibilidades combinatórias de núcleo silábico complexo e algumas possibilidades de coda, estabelece uma nova divisão intermediária entre o

núcleo silábico e a sílaba propriamente dita. Trata-se da noção de *Rima*, que incorpora por sua vez o Núcleo silábico e a Coda, que até agora estamos chamando de margem direita de sílaba. Também assumimos que a margem esquerda da sílaba possa considerar uma posição intermediária, o *Ataque* (em inglês o nome mais comum é *onset*) silábico. Os argumentos para essas posições intermediárias serão dados mais adiante. Por ora, estamos apenas considerando a posição de núcleo silábico.



Uma das consequências que se nota é a possibilidade de [i] ocorrer tanto em posição de núcleo, formando um núcleo complexo, quanto na posição de coda. Isso define variações dialetais próprias da língua portuguesa — em algumas regiões do Brasil, por exemplo no Norte, diz-se [pláina], [xoráima], [páina]; nas outras regiões diz-se [pláina], [xoráima], [páina]. Isto é, em algumas regiões a vogal [i] ocupa posição de coda silábica como as consoantes e outras ocupa posição de núcleo silábico como as vogais. Embora estejamos diante de segmentos com mesma qualidade articulatória, é viável considerar-se que, ao ocupar uma posição própria de consoantes, o segmento vocálico tenha de ser tratado como consoante, o que estabelece um critério para

diferençar-se segmentos semivocálicos e segmentos vocálicos: [i] e [u] para estes, e [j] e [w] aqueles. Dessa maneira, teríamos diferenças dialetais caracterizadas não só pelo alcance da nasalidade dos segmentos adjacentes, mas também pela qualidade dos segmentos: num caso estaríamos diante de [pláj.na], [xo.ráj.ma] e [páj.na] e, de outro, diante de [píi.na], [xo.ríi.ma] e [píi.na]. Ainda que tais diferenças não estabeleçam as distinções fonologicamente distintivas, tal como fora proposto por Trubetzkoy, elas são reconhecidas pelos falantes e atuam como diacríticos capazes de estabelecer fronteiras entre dialetos.

Bisol (1999, p. 723) entende que não haja duas posições no núcleo silábico no Português. Argumenta que o português não possui vogais longas nem sequências tautossilábicas vogal + semivogal + líquida, mas, ao contrário, a semivogal comporta-se exatamente como uma líquida em posição de coda. Trata-se, pois, ainda de uma questão não resolvida.

### Coda silábica

Já que distinguimos duas posições internas da sílaba: núcleo e coda, passemos pois a interpretar a coda. Nos exemplos abaixo, é possível notar que a distribuição dos segmentos na posição de coda silábica está restrita a apenas duas possibilidades:

pos.tú.ra	xes.pós.ta	subs.trá.tu
xe.por.tár	fór.sa	pér.na
káws.ði.ku	klaws.tro.fo.bí.a	pers.pek.ʔí.va
subs.trá.tu	sɔʔs.ʔí.si.u	es.pór

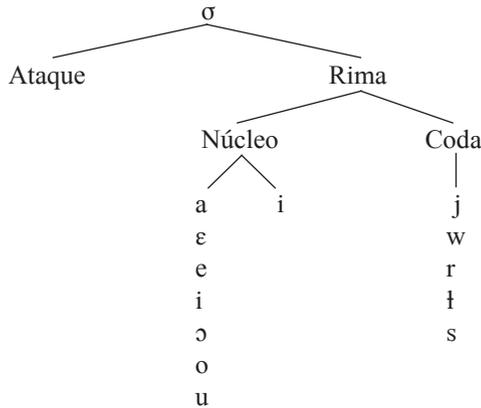
A posição de margem direita de sílaba, conforme se pode observar nos exemplos dados anteriormente, pode ser ocupada por uma grande variedade de segmentos: [s r ʔ w j b k p t f] dentre outros. Embora o algoritmo de silabificação proposto dê

conta de todas as possibilidades de Coda preconizadas pelas gramáticas tradicionais, essa não é a posição comum de todos os autores. Câmara (1979a, p. 57) assume que segmentos oclusivos obstruintes não ocorrem em margem direita da língua portuguesa. Dentre os argumentos que apresenta, evidencia a epêntese vocálica que se manifesta na fala corrente:

**fala corrente**

xít.mu	xí.t̪i.mu
áf.ta	á.fi.ta
xáp.tu	xá.pi.tu

Embora essa inserção estabeleça um padrão acentual muito pouco aceitável na fala corrente da língua portuguesa, é bastante convincente, na medida em que restringe para a posição de coda, apenas os segmentos soantes não nasais: [r], [ʃ], [w] e o segmento [s]:



Retomando as restrições propostas acima, já considerando as demais análises, verificamos que o único elemento que pode ocorrer depois desse conjunto de segmentos é [s]. Sequências como *perspectiva*, *solstício* são bastante raras em Português,

entretanto, após o travamento silábico nasal, em palavras como *transporte*, *homens* ou *monstro* — respectivamente, [trɛ̃<sup>ns</sup>.pór.ti], [s̃.mêi's] e [mõ̃<sup>vs</sup>.tru] —, pressupõem a ocorrência de dois segmentos em posição de coda silábica, isto é, [s]. Isso também ocorre quando estamos diante de ditongos nasais em sílaba final. Não deixa de ser intrigante o fato de que o segmento [s] é o único que escapa da classificação de soante não nasal. Nessa posição, entretanto, como já foi visto, não há como estabelecer as diferenças de sonoridade que apresenta em posição intervocálica e tampouco há como estabelecer a variação de articulador passivo, isto é, varia entre [s] e [ʃ], como marca dialetal: [kás.ka] para o dialeto paulista e [káʃ.ka] para o dialeto carioca., por exemplo. Bisol (1999, p. 738) propõe que o padrão máximo silábico seja CCVC(C), em que o C entre parêntesis reporta-se unicamente ao segmento [s], com suas variantes dessa posição específica, presumindo que haja um enfraquecimento da restrição de uma única posição para a coda no Português.

Segundo a hipótese de Câmara (1979a, p. 58), a língua portuguesa não possua vogais intrinsecamente nasais, mas que a nasalidade decorre do travamento silábico por uma coda nasal preenchida por um segmento subespecificado (arquifonema nasal, em sua proposta). Alguns argumentos distribucionais podem ser apresentados para evidenciar essa interpretação:

— em junção de palavras, vogais nasais não se elidem diante de vogais:

lẽN is.kú.ra    mas    \*lis.kú.ra  
lá eN ká.za    mas    lẽN.ká.za

— em junção de palavras, a nasalidade se manifesta como segmento:

vẽN    a.kí    →    vẽ.na.kí

— na formação de palavras, a nasalidade se manifesta como segmento:

lãN → lɜ.nó.zu

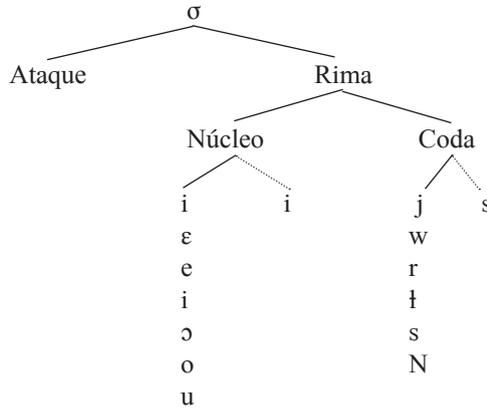
Um outro argumento que corrobora essa posição, advém do fato, também proposto por Câmara (1979a), que descrevemos anteriormente, de que não há distinção entre [i] e [e] em posição final de sílaba. Não deixa de ser um fato notável que sílabas finais em que ocorra coda, a variação entre [i] e [e], com prejuízo da segunda, não ocorre com a mesma regularidade, por exemplo:

xe.vów.ver ~ xe.vór.vi	ó.mě̃l ~ ó.mi
ka.dá.ver ~ ka.dá.vɿ	ba.gá.ʒě̃l ~ ba.gá.ʒi
su.é.ter ~ su.é.t̃i	vír.ʒě̃l ~ vír.ʒi
zí.per ~ zí.pi	nú.vě̃l ~ nú.vi
pu.ló.ver ~ pu.ló.vɿ	már.ʒě̃l ~ már.ʒi
a.má.vew ~ a.má.vi	đi.sé.rě̃l ~ đi.sé.ri
aw.to.mó.vew ~ o.to.mó.vi	fa.lá.rě̃l ~ fa.lá.ri
o.xí.vew ~ o.xí.vi	

Como se pode notar, a variação entre [e] e [i] que se nota na primeira coluna da tabela acima é concomitante com a supressão da coda silábica. Fato semelhante ocorre na segunda coluna, mas a variação entre [e] e [i] vem acompanhada da supressão da nasalidade, que, segundo Câmara (1979a), estaria justamente na posição de coda silábica. Não deixa de ser curioso que o ditongo nasal [ɜw], átono, resolva-se numa única vogal em que não está presente a nasalidade:

bě̃l.sɜw	~	bě̃l.sa
ór.fɜw	~	ór.fu
ór.gɜw	~	ór.gu
fa.lá.rɜw	~	fa.lá.ru
fi.zé.rɜw	~	fi.zé.ru

Essa interpretação da nasalidade leva-nos a inserir um segmento subjacente novo, no conjunto segmental da língua portuguesa já previamente estabelecido para a posição de coda silábica:

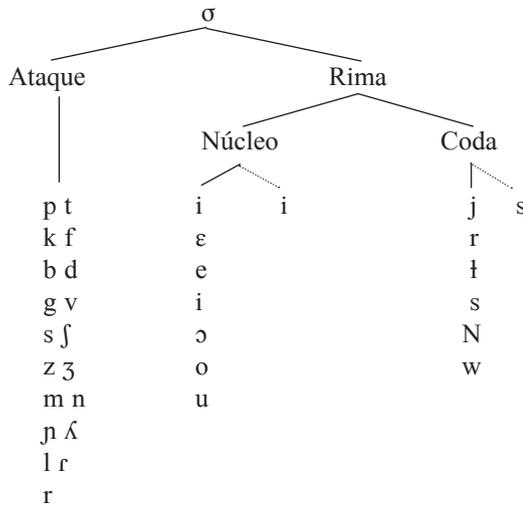


Novamente, estamos diante da possibilidade de haver duas posições na coda silábica, pois sequências como [gr<sup>ẽ</sup>w], [sa.b<sup>ẽ</sup>w] para *grão* e *sabão*, têm um segmento nasal que deve ocupar uma posição na sílaba. O ditongo nasal tônico [ẽw], na medida em que é convergência de um conjunto de formas latinas — [ānu], como em *grānu* > *grão*, [ōne], como em *carbōne* > *carvão*, [ūdīne], como em *certītūdīne* > *certidão*, [unt], como em *sunt* > *são*, [um], como em *intum* > *então*, [on], como em *non* > *não*, [ant], como em *stant* > *estão* — apontam para a existência de um segmento nasal pós-vocálico que ora se comportava como coda silábica, como *unt* e *on*, ora se comportava como ataque da sílaba seguinte, como *ānu* e *ōne*. A supressão do segmento coronal nasal [n] e o labial [m] em sílaba tônica final a par da supressão da coronal nasal em posição intervocálica sucedendo a sílaba tônica indicam um processo de assimilação regressiva da nasalidade com perda de suas articulações ativas e passivas, fenômeno conhecido como *debucalização*, pois as articulações realizadas na cavidade oral

desaparecem. Sua ocorrência oclusiva em sílaba final bem como a hipótese de haver um segmento nasal [N] permitem-nos uma certa suspeição de sua integridade para assumir a sequência como [ɜ̃.u], em que permanece como coda silábica, à semelhança do que registramos em [lũ.a]. Por se tratar de vogal com abertura mínima, pode-se entender que a fala corrente assuma tratar-se de um ditongo. Trata-se, portanto, de outro problema por se resolver na fonologia da língua portuguesa.

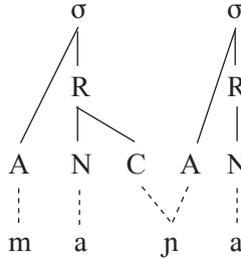
### Ataques silábicos

Retomando as considerações a respeito dos EC já vistas anteriormente, pode-se dizer que a língua portuguesa aceita todas as consoantes em posição de Ataque silábico.



Embora a língua portuguesa aceite qualquer consoante em posição de ataque silábico simples, não ocorrem em [ɲ], [ʎ] e [r] em início de palavra, e que [ɲ], [ʎ] e [r] tampouco ocorrem seguindo sílabas com coda, com exceção de *bairro*, para este

último. Wetzels (1997, p. 219-21) propôs que, pelo menos, os segmentos [ɲ] e [ʎ] ocupem duas posições na cadeia segmental ambissilabicamente.

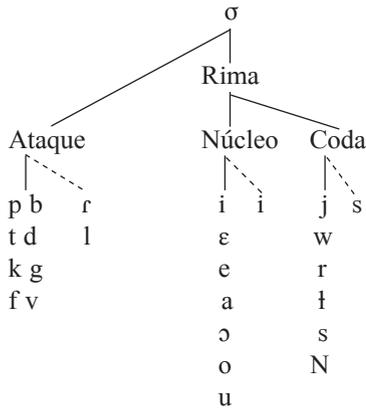


Uma forma como *lornhão*, que consta no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (1999), que foi emprestada do Francês, carece de uso mais extensivo entre os falantes para que se possa averiguar sua aceitação em início de palavras, como em *lhama* e *lhanura*, emprestadas do Espanhol, ou em *nhonha*, provavelmente uma onomatopeia da sucção dos nenês, *nhandu*, emprestada do Tupi, ou em *nhô*, forma aferética de *senhor*, não se verifica qualquer tipo de restrição quanto ao uso.

Em relação à restrição de [r] em início de palavra não há, ainda, o que dizer, mas deve-se ter em vista que o segmento [r] em posição de coda silábica final, quando ocorrem precedendo vogal em sílaba inicial, como na sequências *lugar alto*, que já analisamos anteriormente, varia com [r] e ocupa a posição de ataque da sílaba seguinte: [lu.ga.ráw.tu] Sua restrição para início de palavra é extremamente rigorosa, não permitindo qualquer tipo de aceitação.

Também é possível encontrar duas posições no ataque silábico, desde que a segunda posição seja preenchida exclusivamente pelos segmentos [r] ou [l]. Entretanto, à esquerda de [r] ou [l] somente os segmentos contínuos e [f] e [v] podem ocorrer. Esse fato cria uma classe natural de segmentos pouco compatíveis com as

suas descrições fonéticas ou fonológicas. Nesse caso específico, nota-se que [f] e [v] comportam-se semelhantemente em relação aos segmentos obstruintes oclusivos tanto em posição de ataque silábico quanto em posição de coda silábica. Tal fato nos leva a crer que a distribuição de segmentos na sílaba da língua portuguesa é bastante anterior à formação desses segmentos labiodentais, provavelmente remontando ao indo-europeu (Faria, 1957):



A ocorrência do segmento [l] em ataques complexos, entretanto, estabelece restrições ao segmento oclusivo com o qual compartilha essa posição. Não ocorrem sequências como [dl] e [vl], e [tl] restringe-se a *atlas*, *atleta* e seus derivados. Na medida em que os ataques complexos em que há [l] foram desenvolvimentos tardios da língua portuguesa, pois nos primeiros momentos de sua formação tornaram-se segmentos pré-palatais [ʃ] e [ʎ], e em momentos posteriores provocaram a transformação de [l] em [r], fato que ainda ocorre em vários dialetos do Português, pode-se supor que tais sequências venham a ser incorporadas pela forma de empréstimos, como já parece ocorrer com o nome *Vladimir*, *hitlerista*, *pudlagem*, caso não se manifeste nenhuma restrição espontânea por parte dos falantes da língua.

## ***Exercícios***

1) Ainda que o encontro consonantal [bl] ocorra na língua portuguesa, como em *neblina*, *problema*, dentre outras, algumas palavras como *sublocar*, *sublinhar*, *obliterar*, *sublevar*, *ablução* podem realizar-se com silabificação diferente. Descreva essa diferença, apresentando evidências fonéticas capazes de justificá-las.

2) A partir dos dados abaixo, considerando a estrutura da sílaba na língua portuguesa, justifique a ausência de nasalidade das realizações fonéticas descritas na primeira coluna.

viázi	<i>viagem</i>	kolestívi	<i>comestível</i>
órfã	<i>órfã</i>	nívi	<i>nível</i>
matáru	<i>mataram</i>	xepórt'i	<i>repórter</i>
ó <sup>w</sup> t'i	<i>ontem</i>	téd'i	<i>tênder</i>
garázi	<i>garagem</i>	zípi	<i>zíper</i>

3) Descreva as possibilidades de segmentação silábica das palavras abaixo, apresentando argumentos para cada uma.

<i>ciência</i>	<i>superfície</i>
<i>ambulância</i>	<i>nobiliarquia</i>
<i>piada</i>	<i>quiabo</i>
<i>viúva</i>	<i>cauda</i>
<i>cárie</i>	<i>cuíca</i>

4) Discuta as grafias usadas para as palavras abaixo, procurando relacioná-las com a estrutura silábica de cada uma delas.

<i>peneu</i>	<i>capitalismo</i>	<i>étnico</i>
<i>píssico</i>	<i>abto</i>	<i>adquirir</i>
<i>adevogado</i>	<i>propiciando</i>	<i>etmologia</i>

5) Justifique a variação entre [ɹ] e [r] que ocorre nas sequências abaixo.

<i>credo</i> [ɹ]	<i>credo</i> [r]a	<i>amo</i> [ɹ]	<i>amo</i> [r] <i>ardente</i>
<i>gravado</i> [ɹ]	<i>gravado</i> [ɹ]a	<i>lico</i> [ɹ]	<i>lico</i> [r] <i>azedo</i>
<i>canto</i> [ɹ]	<i>canto</i> [r]a	<i>morado</i> [ɹ]	<i>morado</i> [r]a
<i>douto</i> [ɹ]	<i>douto</i> [r]a	<i>corredo</i> [ɹ]	<i>corredo</i> [r] <i>estreito</i>

6) Em alguns dialetos do português, ocorre a variação entre [s] e [ʃ] em posição de coda silábica. Analise os dados abaixo e procure estabelecer as situações em que essa variação não ocorre.

<i>rapa</i> [ʃ]	<i>rapa</i> [z] <i>alto</i>	<i>rapa</i> [z] <i>bonito</i>	<i>rapa</i> [ʃ] <i>feio</i>
<i>canapé</i> [ʃ]	<i>canapé</i> [ʃ] <i>típicos</i>	<i>canapé</i> [z] <i>azedos</i>	<i>canapé</i> [z] <i>gostosos</i>
<i>drop</i> [ʃ]	<i>drop</i> [z] <i>de fruta</i>	<i>drop</i> [ʃ] <i>kids</i>	<i>drop</i> [z] <i>amarelos</i>

7) A partir do grupo de palavras abaixo, mostre a diferença entre ditongos verdadeiros e ditongos falsos.

<i>afoito</i>	<i>faixa</i>
<i>ameixa</i>	<i>feixe</i>
<i>baixo</i>	<i>gaita</i>
<i>boina</i>	<i>jeito</i>
<i>caixote</i>	<i>peito</i>
<i>eixo</i>	<i>reina</i>

8) Em alguns ambientes, é comum que a consoante fricativa surda seja suprimida em favor da consoante que se lhe segue. Descreva esse ambiente e justifique tratar-se da supressão do segmento à esquerda no encontro consonantal.

<i>roupas secas</i>	<i>roupas molhadas</i>	<i>roupas claras</i>
xóupasékas	xóupazmoládas	xóupaskláras

<i>filmes alegres</i>	<i>filmes chatos</i>	<i>filmes cansativos</i>
fĩwmizalég̃ris	fĩwmiʃátus	fĩwmiskẽ³satĩvus
<i>bons jantares</i>	<i>bons almoços</i>	<i>bons cafés</i>
bõ³zẽ³táris	bõ³zaumósus	bõ³skafés
<i>país gelado</i>	<i>país quente</i>	<i>país ameno</i>
paĩzeládu	paískẽ³ti	paĩzaménu

9) Apesar da supressão comum da fricativa surda descrita no enunciado do exercício anterior, justifique a ocorrência dos encontros consonantais [sʃ], [ss], [sʒ] e [sz] que foram encontrados nos fragmentos de transcrições abaixo.

<i>só se chegar cedo</i>	sósʃegásédu
<i>mas você soubesse...</i>	massésobési
<i>esse já acabou</i>	észákabó
<i>que esse zinco esquenta...</i>	kʲészĩkʲiskʲẽ³ta

10) Apesar de as articulações dos segmentos [r] e [r̄] estabelecerem diferenças significativas, há ambientes em que ambos se confundem. Descreva esses ambientes.

káru	<i>carro</i>	fó.ɾsa	<i>força</i>
rúa	<i>rua</i>	pɾ.átu	<i>prato</i>
fó.ɾa	<i>fora</i>	ká.ɾta	<i>carta</i>
mó.ɾa	<i>mora</i>	kɾ.ávũ	<i>cravo</i>



# Acento lexical

## *Objetivo*

Novamente, partindo das descrições do acento feitas pelas gramáticas tradicionais, podemos apresentar três hipóteses explicativas da atribuição do acento lexical na língua portuguesa, a saber:

- *hipótese do acento livre*, previamente definido no léxico (de caráter estruturalista mas não necessariamente exclusivo da teoria estruturalista) (Câmara, 1979a; Barbosa, 1994)
- *hipótese do molde trocaico*, definido pelo ritmo padrão (de caráter gerativista, mas não necessariamente originário da teoria gerativista) (Vasconcelos, s.d.; Bisol, 1994; Massini-Cagliari, 1999)
- *hipótese do acento morfológico*, definido pela qualidade do morfema portador; (Mateus 1983 e 1996; Andrade, 1994; Cagliari, 1999).

## *Noção básica do acento*

Embora algumas Gramáticas Tradicionais enfatizem o acento lexical da língua portuguesa como a maior ou menor força expiratória na produção dos sons da fala (Pereira, 1918, p. 40; Ali, 1963, p. 25; Luft, 1978, p. 53; Melo, 1978, p. 29; Lima,

1979, p. 24; Bechara, 1999, p. 86), há certa unanimidade em se considerar que o acento, de maneira geral, é uma associação entre *intensidade*, *altura* e *duração* (Cunha; Cintra, 1985, p. 54; Lima, 1979, p. 24; Barbosa, 1994, p. 129; Mateus, 1996, p. 195; Bechara, 1999, p. 86).

## Fonética

A seleção fonética de um dos aspectos da produção dos sons da fala — *intensidade*, *altura* ou *duração* — para definir-se o acento lexical da língua portuguesa tem sido uma das questões ainda por se responder. Massini-Cagliari (1992, p. 38) mostra que, *no nível lexical, os principais correlatos do acento são (em ordem decrescente de importância): duração, intensidade e qualidade vocálica*. De certa maneira, apresentando novidade quanto à inserção da qualidade vocálica na formação do acento em língua portuguesa.

## Fonológica

Hayes (1995, p. 9) afirma que acento/ritmo é uma noção abstrata que não pode ser diretamente observada e aproxima-a aos fatos fonológicos da língua desde um ponto de vista cognitivista, de certa maneira, concordando com Clements (1992), a que já nos referimos anteriormente.

### *Padrão acentual na língua portuguesa*

As gramáticas tradicionais da língua portuguesa estabelecem três possibilidades de posição do acento (Bechara, 1999, p. 86):

<b>Proparoxítonos</b> <i>Na antepenúltima sílaba da direita</i>	<b>Paroxítonos</b> <i>Na penúltima sílaba da direita</i>	<b>Oxítonos</b> <i>Na última sílaba da direita</i>
mé.ḍi.ku	ka.bé.sa	so.fá
bé.ba.du	des.tró.su	ka.fé
pé.naw.ṭi	is.pér.ta	pe.rú
pe.núw.ṭi.mu	xe.pár.ṭi	lu.gár
pér.si.ku	xe.pór.ter	a.mór
káws.ṭi.ku	as.fáw.tu	i.g <sup>w</sup> áw
prés.ṭi.mu	ḍi.f̣i.siw	si.náw
fi.lo.ló.zi.ku	ór.f̣ǔw	sa.ḅǔw

Entretanto, para a melhor compreensão do padrão acentual do Português, deve-se detalhar um pouco mais essas posições.

a) oxítonos terminados em vogal (sílabas leves):

so.fá      ka.fé      pe.rú      sa.sí

b) oxítonos terminados em consoante ou em vogal assilábica (sílabas pesadas):

lu.gár      a.mór      si.náw      sa.ḅǔw

c) paroxítonos terminados em sílaba leve:

ka.bé.sa      des.trí.pa      is.pér.ta      xe.pár.ṭi

d) paroxítonos terminados em sílaba pesada:

ḍi.f̣i.siw      xe.pór.ter      ór.f̣ǔw      xe.vów.ver

e) proparoxítonos com sílabas postônicas exclusivamente leves:

pér.si.ku      káws.ṭi.ku      prés.ṭi.mu      fi.lo.ló.zi.ku

f) proparoxítonos com sílaba pesada postônica não final:

pé.naw.t'i

Essa subdivisão, em que a composição silábica das palavras é considerada, será fundamental para a melhor compreensão do padrão acentual da língua portuguesa.

### **A formação do acento em português**

Para se compreender o padrão acentual da língua portuguesa, é necessário compreender sua origem e as transformações por que passou.

#### ***O acento latino***

O acento latino realizava-se a partir da seguinte regra: acentue a penúltima sílaba se ela for longa (VV ou VC), acentue a antepenúltima se a penúltima for breve (V).

*a) Nenhuma palavra latina, exceto as monossílabas, tem o acento na última sílaba; nas polissílabas nunca passa além da antepenúltima.*

*b) A palavra latina dissílaba tem sempre o acento na penúltima sílaba, por ex.: dŏlor, hŏmo, etc.*

*c) Nas polissílabas o acento cai:*

*1) na penúltima, se esta for longa por natureza ou por posição: adulescĕntis, amābam. amabāmus, etc.*

*II) na antepenúltima, se a penúltima for breve, por ex.: adulescētībus, clamórī.bus (Ravizza, 1940, p. 12)*

É possível, pois, estabelecer-se uma relação entre a posição do acento e a contagem de *moras* ( $\mu$ ), que são apenas medidas relativas de tempo, isto é, uma vogal breve equivale a uma mora, duas breves ou uma longa, a duas moras, e assim em diante. É comum que se considere apenas a estrutura da rima silábica, se esta for composta por uma vogal V e uma consoante C ou uma outra vogal, isto é VC ou VV, serão contadas duas moras, daí considerar que são sílabas pesadas; os segmentos em posição de ataque silábico não são considerados quanto ao peso silábico. No Latim isso ficava bastante evidente: em palavras com três ou mais sílabas, acentua-se a terceira mora, começando pela margem direita (Hayes, 1995, p. 191-2); ou, em outra versão, desconsidera-se a última sílaba, como extramétrica, e se acentua a segunda mora (Halle; Vergnaud, 1990, p. 55-6):

$\acute{\mu} \ \mu \ \mu$       domīnus	ou	$\acute{\mu} \ \mu$     domī < nus >
---	----	--

$\acute{\mu} \ \mu \ \mu$ /   dominō rum ou	$\acute{\mu} \ \mu$ /   dominō < rum >
---	--

Para as demais palavras, isto é, dissílabos e monossílabos, o acento cairá na penúltima mora.

Se, entretanto, a penúltima vogal em núcleo de sílaba da forma latina precedesse um conjunto de duas consoantes, ela era acentuada:

căpíllu      fěnéstra      concéptu      biscóctu      săgítta

Na medida em que a acentuação latina não fazia diferença entre um conjunto de consoantes diferentes e um conjunto de consoantes idênticas, chamadas de *geminadas*, pode-se supor que as geminadas eram tratadas como dois segmentos heterosilábicos, isto é:

că.píl.lu      fě.nés.tra      con.cép.tu      bis.cóc.tu      să.gít.ta

Quer se considere a hipótese em que o acento cai na terceira mora, desconsiderando-se o peso da última sílaba, quer se considere a hipótese em que o acento cai na segunda mora, considerando-se a última como extramétrica, o acento latino era previsível, desde que se conhecesse a o peso da penúltima sílaba da palavra.

O ritmo latino, algo diferente do português, baseava-se nessa distinção entre sílabas leves (breves) e pesadas (longas), estabelecendo uma posição acentual inteiramente condicionada a essa variação na qualidade silábica, formando pés, dentre os quais, seguem os que nos interessam:

*Pés próprios (contêm sílabas de diversas espécies):*

trocaico (— ∪)

iâmbico (∪ —)

dáctilo (— ∪ ∪)

*Pés impróprios (contêm sílabas de mesma espécie e permitem substituir os próprios):*

tríbaco (∪ ∪ ∪)

espondeu (— —)

Nos pés próprios a sílaba mais longa recebia uma elevação de voz mais forte, que se chamava *arsis*; a sílaba breve, ou as demais, era chamada *tesis* (Ravizza, 1940, p. 416).

Quando a *arsis* precedia a *tesis*, chamavam-se pés descendentes:

trocaico (— ∪)                      dátilo (— ∪ ∪)

Quando a *tesis* precedia a *arsis* chamavam-se ascendentes:

iâmbico (∪ —)

O desaparecimento da duração vocálica na passagem do Latim Clássico para o Latim Vulgar, bem como para o Português Arcaico, estabeleceu tanto o padrão proparoxítono quanto o paroxítono para a acentuação portuguesa. Na medida em que não havia oxítonos no Latim, esse padrão acentual teve origem diversa.

### Regra geral de acentuação no português

O padrão geral que se estabeleceu para o Português foi o de acentuar-se a penúltima sílaba da palavra, ou a última se ela for breve.

Vasconcellos (s.d., p. 254) considera que o Português é uma língua essencialmente trocaica, de ritmo descendente, exatamente por estabelecer um ritmo acentual trocaico (— ∪), em que o acento permanece a esquerda do pé que se forma (Ravizza, 1940, p. 417; Massini-Cagliari, 1995, p. 98), mas perdeu a última mora à direita. Dessa maneira, ter-se-á que considerar ora sua conversão em um *pirríquio*, com duas sílabas breves (∪ ∪) — como em [ká.za] —, ora sua manutenção como um *troqueu* (— ∪) — como em [pór.ta] —, ora sua degeneração em um pé monossilábico longo (—) — como em [lu.gár].

As formas proparoxítonas da língua portuguesa foram emprestadas do Latim Clássico e, em sua grande maioria, são formadas por três sílabas breves, estabelecendo pé *datílico*

(*dáctilo*) — como em [úw.t̥i.mu] e [pér.si.ku], por exemplo — ou o pé impróprio *tríbaco* — como em [mé.ð̥i.ku] e [bé.ba.du], por exemplo. Entretanto, é possível verificar que esse padrão acentual, proparoxítono, não se mantém na fala coloquial do português ou como assinalou Vasconcelos (s.d., p. 254), ao afirmar que *o povo transforma-os* [os esdrúxulos] *em graves, dizendo, por ex.: arve, arvre, em vez de árvore. e combro, numbro, cambra, em lugar de cômodo, número, câmara*, ou, ainda, como notou Pereira (1918, p. 41) ao afirmar que *o povo repele o esdrúxulo*. A transformação do padrão acentual datílico em trocaico foi bastante regular:

- i) supressão da vogal nuclear silábica medial e silabificação à esquerda

<i>cá.li.du</i>	→	kál.du	→	káv.du
<i>ál.tê.ra</i>	→	áv.tra	→	ów.tra
<i>ví.r̥i.ð̥is</i>	→	vír.ð̥is	→	vér.ð̥i
<i>só.li.dus</i>	→	sól.dus	→	sów.du

- ii) supressão da vogal nuclear silábica medial e silabificação à direita

<i>dó.m̥i.nus</i>	→	<i>dómnus</i>	→	dó.nu
<i>lé.p̥õ.re</i>	→	lé.bri		
<i>lít.te.ra</i>	→	lé.tra		
<i>más.cũ.lus</i>	→	<i>másclus</i>	→	má.ʃu
<i>nó.b̥i.le</i>	→	<i>nóble</i>	→	nó.bri
<i>ó.cũ.lus</i>	→	<i>óclus</i>	→	ó.ʎu
<i>pó.s̥i.tus</i>	→	pós.tu		
<i>ré.gũ.la</i>	→	<i>régl̥a</i>	→	xé.gra
<i>só.c̥ẽ.rus</i>	→	<i>sócrus</i>	→	só.gru
<i>spé.cũ.lus</i>	→	<i>spéclu</i>	→	is.pé.ʎu

Atualmente, é possível verificar a continuidade dessa transformação:

i) supressão da vogal nuclear silábica medial e silabificação à esquerda

l̃ <sup>9</sup> .pa.da	→	l̃ <sup>9</sup> p.da	→	l̃ <sup>9</sup> .pa
bé.ba.du	→	béb.du	→	béw.du
			→	bé.bu
pé.se.gu	→	péz.gu	(→)	pez.gí.ɲu)
mú.zi.ka	→	múz.ga		
fí.ga.du	→	fíg.du	→	fí.gu
xe.l̃ <sup>9</sup> .pa.gu	→	xe.l̃ <sup>9</sup> .piw	→	xe.l̃ <sup>9</sup> .pu
nú.me.ru	→	nú <sup>w</sup> .bru		
kó.mu.du	→	kóm.du	→	kó <sup>w</sup> .du

ii) supressão da vogal nuclear silábica média e silabificação à direita

ʃá.ka.ra	→	ʃá.kra	(→)	ʃa.krí.ɲa)
ʃí.ka.ra	→	ʃí.kra	(→)	ʃi.krí.ɲa)
fós.fo.ru	→	fós.fru	(→)	fós.kri)
a.bó.bo.ra	→	a.bó.bra	(→)	a.bo.brí.ɲa)

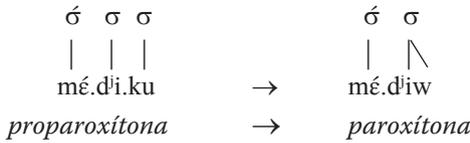
iii) supressão silábica final

úl.ʈi.mu	→	uɟ.ʈi
xá.pi.du	→	xá.pi

iv) supressão de onset silábico final

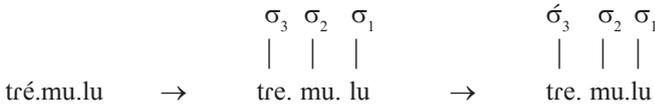
mé.ɖi.ku	→	mé.ɖiw
ó.ʈi.mu	→	ó.ʈiw
xá.pi.du	→	xá.piw

O conjunto desses processos listados acima serve como argumento para justificar a proposição feita por Vasconcellos (s.d., p. 254) de que a língua portuguesa tem ritmo trocaico descendente (— ∪). Os datílicos e os tríbacos parecem sofrer sérias restrições sociolinguísticas para sua ocorrência.

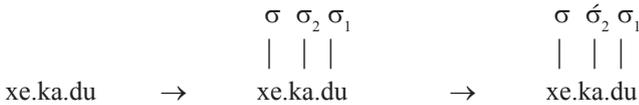


É comum na fonologia estabelecer uma diferença entre línguas que contam sílabas e línguas que contam moras. Assim, uma classificação das palavras como proparoxítonas, paroxítonas e oxítonas pressupõe apenas uma contagem de sílabas, independentemente da estrutura interna de cada uma das sílabas consideradas.

**Proparoxítonas:** *contam-se três sílabas a partir do final direito da palavra e acentua-se a terceira sílaba.*



**Paroxítonas:** *contam-se duas sílabas a partir do final direito da palavra e acentua-se a terceira sílaba*



**Oxítonas:** *acentua-se a última sílaba à direita da palavra.*



O mesmo algoritmo de acentuação baseado apenas na contagem de sílabas serviria para quase todas as palavras do português. Entretanto, teríamos de saber de antemão que sílaba recebe o acento, isto é, o acento estaria já definido no léxico da língua, restando ao falante apenas atualizá-lo.

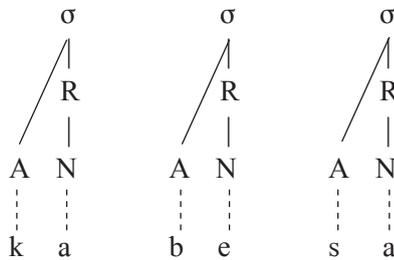
A partir dessa consideração é possível compreender a hipótese do acento previamente definido no léxico, preconizada por

Câmara (1979a) e Barbosa (1994). O acento lexical tem posição relativamente livre — em qualquer das três últimas sílabas do vocábulo — que possui função distintiva. Assim, opõem-se as formas:

xe.vów.ver/xe.vow.ver	ká.ki/ka.kí	parox./ox.
sá.bi.a/sa.bi.á		proparox./ox.
ó.ni.mu/3.ní.mu	fá.bri.ka/fa.brí.ka	proparox./parox.

Por outro lado, partindo da mesma argumentação quanto a origem da acentuação no Português, é possível estabelecer a hipótese preconizada por Vasconcellos (s.d., p. 254; Bisol, 1994; Mateus, 1996) de que o acento na língua portuguesa obedece a um padrão rítmico trocaico descendente. Assim, as três últimas sílabas têm de ser consideradas conforme a estrutura interna que apresentam, isto é, considera-se o peso silábico e, portanto, o número de moras:

- 1) se a última sílaba é longa, isto é, têm núcleo ramificado, acentua-se
- 2) caso contrário, acentua-se a penúltima (Viana, 1973, p. 239; Bisol, 1994, p. 26).



O fato de estarmos considerando o núcleo ser ou não ramificado para localizar o acento, implica que a estrutura interna da sílaba está sendo considerada. Há um grande número de palavras em que o mesmo fato ocorre:

pór.ta	por.táw
	por.tǝ́w
mór.to	mor.táw
pó <sup>w</sup> .ba	pō <sup>w</sup> .báw
ká.xu	ka.xǝ́w
káj.ʃa	kaj.ʃǝ́w
pó.vu	po.vǝ́w
lú.a	lu.ár
sów	so.lár
fí	fi.náw
	a.mór
	lu.gár

Os contraexemplos que podem ser referidos, embora sejam, na sua grande maioria, emprestados de outras línguas, entre elas o próprio Latim Clássico, são numerosos. Assinalem-se alguns de uso bastante frequente, mas que são alvo de processos fonológicos, corroborando a hipótese do molde trocaico:

<i>bênção</i>	bé <sup>l</sup> .sa	<i>órfã</i>	ór.fa
<i>cônsul</i>	kó <sup>w</sup> .su	<i>órfão</i>	ór.fu
<i>dólar</i>	dó.la	<i>órgão</i>	ór.gu
<i>estéril</i>	sté.ri	<i>pólem</i>	pó.li
<i>éter</i>	é.ʔi	<i>pôquer</i>	pó.ki
<i>fértil</i>	fé.ʔ.ʔi	<i>pulôver</i>	pu.ló.vi
<i>fórum</i>	fó.ru	<i>repórter</i>	xe.pó.ʔ.ʔi
<i>homem</i>	ó.mi	<i>revólver</i>	xe.vó.ʔ.vi
<i>jovem</i>	zó.vi	<i>sótão</i>	só.tu
<i>lambujem</i>	lã <sup>o</sup> .bú.ʒi	<i>suéter</i>	su.é.ʔi
<i>margem</i>	má.ʔ.ʒi	<i>tênder</i>	té.ʔ.ʔi
<i>móvel</i>	mó.vi	<i>vargem</i>	vá.ʔ.ʒi
<i>ontem</i>	ó <sup>w</sup> .ʔi	<i>Vésper</i>	vés.pri
<i>ordem</i>	ó.ʔ.ʔi	<i>virgem</i>	ví.ʔ.ʒi

Outro argumento que pode justificar essa hipótese de que a língua portuguesa tem estrutura rítmica moraic, isto é, considera a estrutura interna da sílaba é o fato de não haver proparoxítonas com sílaba postônica contígua tenha núcleo ramificado. A exceção é a palavra *pênalti*.

As palavras proparoxítonas e as palavras oxítonas terminadas em sílaba com núcleo ramificado resultam das regras de acentuação próprias da língua portuguesa (bem como das demais línguas na península ibérica). São na sua grande maioria originárias do Latim Vulgar e de outras línguas que eventualmente apresentavam o mesmo padrão acentual para tais palavras. O que foge ao padrão acentual proposto são, portanto, as palavras que se mantêm proparoxítonas e as oxítonas sem núcleo ramificado na sílaba final.

As proparoxítonas da língua portuguesa têm origem em empréstimos tardios, posteriores à formação das regras acentuais da língua. Na língua coloquial são alvos de uma série de processos fonológicos o que demonstra sua instabilidade. Alguns processos fonológicos a que são suscetíveis ocorrem desde a formação da língua até hoje.

As oxítonas sem núcleo ramificado na sílaba final são palavras das línguas românicas cuja origem não se vincula ao Latim Vulgar. Têm origem em empréstimos tardios, posteriores à formação das regras acentuais da língua. São bastante estáveis foneticamente, possivelmente, refletindo um processo de mudança no padrão acentual da língua.

Bisol (1994, p. 29) sugere que esse conjunto de oxítonas possua um consoante abstrata na rima silábica final. Segundo ela, trata-se da mesma regra que atribui acento para *pomar*, *funil* agindo para *saci* e *jacaré*, por exemplo. Ela aponta como evidência dessa consoante abstrata a ocorrência de derivados como *café-cafeteira*, *tricô-tricotar*, *chalé-chalezinho*, *sofá-sofazão*, *picolé-picolezeiro*, em que há a interveniência dessa consoante

entre o radical e o sufixo derivacional. Para exceções como *café-cafeiro*, sugere que haja o apagamento da consoante abstrata durante o processo de formação da palavra.

Apesar da hipótese do molde trocaico mostrar-se bastante profícua quanto à previsibilidade tanto da posição do acento, é possível deixar em suspeição o problema das formas oxítonas, pois, ainda segundo Bisol (1994, p. 30), a ocorrência de consoantes intervenientes ocorrem mesmo em formas paroxítonas: *mato-matagal*, *lama-lamaçal*, *cauda-caudatário*, *diabo-diabólico*, ou ainda outras possibilidades como *menina-meninazinha*, *moleque-molequezinho*.

Em relação aos verbos, as soluções que se tem proposto para estabelecer as regras de acentuação são praticamente as mesmas. Por se tratar de um conjunto de paradigmas bastante dinâmico, a atribuição de acento tem de ocorrer de maneira igualmente dinâmica. O recurso que se utiliza é sempre a noção da extrametricalidade, isto é, há determinadas unidade linguísticas que não são “visíveis” para regras acentuais.

As formas proparoxítonas concentram-se na flexão de 1<sup>a</sup>p dos paradigmas do:

Imperfeito do Indicativo:

kã<sup>9</sup>.tá.v3.mus      va.xí.3.mus      par.tí.3.mus

Mais-que-Perfeito do indicativo

kã<sup>9</sup>.tá.r3.mus      va.xé.r3.mus      par.tí.r3.mus

Futuro do Passado do Indicativo

kã<sup>9</sup>.ta.rí.3.mus      va.xe.rí.3.mus      par.ti.rí.3.mus

Passado do Subjuntivo

kã<sup>9</sup>.tá.se.mus      va.xé.si.mus      par.tí.si.mus

Para esses casos, o que se propôs foi estabelecer que o morfema flexional de 1<sup>a</sup>p é extramétrico (Bisol, 1994). Proposta semelhante foi feita para a flexão de 2<sup>a</sup>p:

## Imperfeito do Indicativo:

kɔ̃ <sup>9</sup> .tá.vejs	va.xí.sejs	par.tí.ejs
---------------------------	------------	------------

## Mais-que-Perfeito do indicativo

kɔ̃ <sup>9</sup> .tá.rejs	va.xé.rejs	par.tí.rejs
---------------------------	------------	-------------

## Futuro do Passado do Indicativo

kɔ̃ <sup>9</sup> .ta.rí.ejs	va.xi.rí.ejs	par.tí.rí.ejs
-----------------------------	--------------	---------------

## Passado do Subjuntivo

kɔ̃ <sup>9</sup> .tá.sejs	va.xé.sejs	par.tí.sejs
---------------------------	------------	-------------

Por se tratar de forma terminada em ditongo, evidenciada pelo alicamento vocálico dos morfemas flexionais de tempo-modo-aspecto *-ra* e *-ria* do Mais-que-Perfeito do Indicativo e do Futuro do Passado do Indicativo, respectivamente, a regra de acentuação tem de propor que a extrametricidade reporte-se necessariamente à morfologia e não à fonologia da língua. No caso da 2<sup>a</sup>p, a regra não está de acordo com o padrão acentual da língua portuguesa porque não considerou o ditongo como sílaba pesada. Nesse último caso, entretanto, poder-se-ia entender, também, que o ditongo que se estabelece pela associação de morfemas derivacionais comporta-se de forma semelhante aos falsos ditongos do Português, como já vimos anteriormente. Como a flexão de 2<sup>a</sup> pessoa do plural não é utilizada na fala corrente da língua portuguesa, não há mais como verificar o seu comportamento. Caso semelhante, entretanto, ocorre nas formas verbais flexionadas na 3<sup>a</sup> pessoa do plural, essas com largo uso na fala corrente:

pres. ind.	fá.lɔ̃w	vá.xɛ̃ <sup>j</sup>	pár.tɛ̃ <sup>j</sup>
pas. perf. ind.	fa.lá.rɔ̃w	va.xé.rɔ̃w	par.tí.rɔ̃w
pas. imp. ind.	fa.lá.vɔ̃w	va.xí.ɔ̃w	par.tí.ɔ̃w
mais-que-perf.	fa.lá.rɔ̃w	va.xé.rɔ̃w	par.tí.rɔ̃w
fut. do pas.	fa.la.rí.ɔ̃w	va.xi.rí.ɔ̃w	par.tí.rí.ɔ̃w
pres. subj.	fá.lɛ̃ <sup>j</sup>	vá.xɔ̃ <sup>9</sup>	pár.tɔ̃ <sup>9</sup>
pas. subj.	fa.lá.sɛ̃ <sup>j</sup>	va.xé.sɛ̃ <sup>j</sup>	par.tí.sɛ̃ <sup>j</sup>
fut. subj.	fa.lá.rɛ̃ <sup>j</sup>	va.xé.rɛ̃ <sup>j</sup>	par.tí.rɛ̃ <sup>j</sup>

Nos casos acima, temos um grande conjunto de formas com sílaba final pesada que não recebe acento. Na medida em que há concordância com outras formas em que a flexão não é acentuada — [fa.léj], [fá.las], [fa.la.rɛ́w] dentre várias outras —, e que não atuam contrariamente às regras acentuais da língua, atribui-se extrametricalidade à consoante com *status* de flexão (Bisol, 1992).

O problema da extrametricalidade é que ela exclui as formas oxítonas, tal como ocorre com os não verbos, que são formas bastante usuais na língua portuguesa, como [be.bí], [ko.xí], [sa.í], sendo necessário propor que haja um elemento abstrato em posição de coda silábica final.

Na medida em que a hipótese do molde trocaico erra ao atribuir acento às palavras oxítonas ou necessita recorrer a inserções de segmentos abstratos na língua, é possível considerar a terceira hipótese que pressupõe uma interação entre aspectos morfológicos e fonológicos na atribuição do acento. Andrade (1994, p. 109-10), por exemplo, propõe que as palavras da língua portuguesa podem decompor-se em a) marca de classe e de número e b) *todo o resto*, a que chama *Radical Derivacional*, e estabelece o seguinte algoritmo:

Se não existir uma vogal no contexto  $]_{RD-}]_{NA}$  então  
a última vogal do Radical Derivacional constitui um  
pé, por si só.

Dessa maneira é possível definir o acento, tanto de paroxítonas, na medida em que nessas sempre há marcas de classe e de número, quanto de oxítonas, na medida em que nessas nunca há marcas de classe e de número.

$$\begin{array}{ccc} & \sigma & \sigma \\ & | & | \\ \text{cabel}]_{RD}o]_{NA} & \rightarrow & \text{cabel}]_{RD}o]_{NA} \end{array}$$

$$\text{jacaré}]_{\text{RD}}]_{\text{NA}} \rightarrow \begin{array}{c} \sigma \\ | \\ \text{jacaré}]_{\text{RD}}]_{\text{NA}} \end{array}$$

$$\text{rapaz}]_{\text{RD}}]_{\text{NA}} \rightarrow \begin{array}{c} \sigma \\ | \\ \text{rapaz}]_{\text{RD}}]_{\text{NA}} \end{array}$$

O mesmo algoritmo, entretanto, não acerta a posição do acento nas palavras proparoxítonas:

$$\text{catástrof}]_{\text{RD}}\text{e}]_{\text{NA}} \rightarrow \begin{array}{c} * \sigma \quad \sigma \\ | \quad | \\ \text{catástrof}]_{\text{RD}}\text{e}]_{\text{NA}} \end{array}$$

Como solução, Andrade (1994, p. 111 e ss.) propõe a adoção da extrametricidade vocálica, no interior do Radical Derivacional:

$$\text{catástr} < \text{o} > \text{f}]_{\text{RD}}\text{e}]_{\text{NA}} \rightarrow \begin{array}{c} \sigma \quad \sigma \\ | \quad | \\ \text{catástr} < \text{o} > \text{f}]_{\text{RD}}\text{e}]_{\text{NA}} \end{array}$$

Estabelece uma restrição, no caso de Radicais Derivacionais complexos:

No interior de um mesmo domínio, aquando da construção das árvores de pé, de dois ou mais elementos extramétricos, só o da direita se mantém extramétrico.

$$*\text{catastr} < \acute{\text{o}} > \text{f}]_{\text{RD}}]_{\text{NA}} < \text{i} > \text{k}]_{\text{RD}}\text{o}]_{\text{NA}} \rightarrow \begin{array}{c} \sigma \quad \sigma \\ | \quad | \\ \text{catastr} \acute{\text{o}} \text{f}]_{\text{RD}}]_{\text{NA}} < \text{i} > \text{k}]_{\text{RD}}\text{o}]_{\text{NA}} \end{array}$$

A proposta de Andrade (1994) tem como inconveniente não só sua proposição de extrametricidade no interior de um Radical Derivacional, pois confronta-se com algumas teorias métricas (Hayes, 1995, p. 57; Halle; Vergnaud, 1990, p. 49-50) que só admitem extrametricalidade em fronteira de domínios, mas também o fato de que é necessário conhecer *a priori* quais Radicais Derivacionais têm vogais extramétricas, eliminando a previsibilidade da localização do acento.

Cagliari (1999) interpreta o estabelecimento de um ritmo trocaico como a tendência geral da posição do acento na língua portuguesa, mas salienta que a tonicidade ou a atonicidade pode ser uma qualidade própria dos morfemas derivacionais da língua portuguesa. Prefixos tônicos são, por exemplo, *arquê-*, *pró-*, *supér-*, como em *arquétipo*, *prólogo* e *supérfluo*; sufixos tônicos são, por exemplo, *-agem*, *-eza*, *-ez*, *-ismo*, *-ume*, *-éco*, *-éla*, *-unc*, *onho*, como em *contagem*, *beleza*, *surdez*, *socialismo*, *azedume*, *jornaleco*, *rodela*, *homúnculo* e *medonho*. Sufixos átonos são, por exemplo, as desinências de gênero *-o*, *-a*, *-e*, *-vel*, *-ic*, como em *carro*, *mesa*, *penete*, *amável*, *típico*. Dessa maneira, Cagliari (1999, p. 19) entende que todas as palavras na língua portuguesa são marcadas pela presença de um sufixo de classe nominal (gênero e número, no Português). Assim, se nas paroxítonas esse sufixo se evidencia por si só, como em *tod-o*, *tod-a*, *bol-o*, *bol-a*, nas oxítonas terminadas em sílaba leve, há de se supor a existência de um morfema zero de classe nominal, como *café-Ø*, *filó-Ø*, e no caso das oxítonas terminadas em sílaba pesada, prevalece a tendência trocaica da língua, *túnel-Ø*, *caráter-Ø*.

A hipótese de Andrade (1994) e a hipótese de Cagliari (1999) implicam o reconhecimento da estrutura interna do vocábulo para a atribuição do acento, apesar de este último assumir uma postura mais eclética. O que se pode notar, a partir da exposição feita acima, é a inexistência de um acordo quanto à formação

do acento na língua portuguesa, o que salienta a necessidade de aplicação — não só dos modelos expostos acima, mas de todos os demais que foram propostos, mas não foram apresentados neste trabalho — em um grande conjunto de palavras, considerando todas as variações dialetais da língua portuguesa e não somente o modelo padrão hipotético da norma culta. Deve-se salientar o que já se expôs no início deste trabalho: a língua manifesta-se exclusivamente na fala como um fenômeno universal, e como tal deve ser analisada. Formas como *jupíteres*, *abdómenes*, *gérmenes*, dentre várias outras que ocorrem em textos escritos ou lidos, têm de ser testadas no uso próprio da língua, sobretudo no que diz respeito à prosódia, o que inclui a silabificação e o acento lexical, na medida em que, na escrita, apesar de permitirem algumas inferências, tais fenômenos não se manifestam.

Da mesma maneira, a proposição de formas abstratas, como o elemento abstrato em sílaba tônica leve em final de palavra, proposto por Bisol (1994), ou o morfema zero, proposto por Cagliari (1999), são artifícios teóricos que necessitam, ainda, de evidências conclusivas para que possam ser considerados como fatos reconhecidos pelos falantes da língua.

**Exercícios**

1) Uma das regras de acentuação gráfica da língua portuguesa preconiza que se deve marcar a sílaba tônica das palavras proparoxítonas terminadas em ditongo crescente: *ânsia*, *mágoa*, *ciência*, *mútuo*, *cárie*, *óleo*, etc. Considerando-se a hipótese do molde acentual trocaico, justifique a regra acima citada.

2) Considerando o padrão acentual da língua portuguesa, justifique as realizações abaixo.

kí.mi	<i>química</i>	ʃí.kra	<i>xícara</i>
mé.diw	<i>médico</i>	ʃá.kra	<i>chácara</i>
kó <sup>w</sup> .du	<i>cômodo</i>	múz.ga	<i>música</i>
lã <sup>n</sup> .pa	<i>lâmpada</i>	re.lã <sup>n</sup> .pu	<i>relâmpago</i>

3) Considerando a hipótese do acento morfológico, justifique a mudança na posição do acento das seguintes palavras:

<i>rapaz</i>	<i>rapazola</i>	<i>casa</i>	<i>caseiro</i>
<i>mato</i>	<i>matagal</i>	<i>moça</i>	<i>moçoila</i>
<i>sofá</i>	<i>sofazinho</i>	<i>Itu</i>	<i>ituano</i>

4) Embora considerem que a acentuação na língua portuguesa seja definida morfológicamente, as hipóteses de Andrade (1994) e de Cagliari (1999) apresentam diferenças que nos permitem dar explicações diversas para o mesmo fenômeno. A partir dos pares de palavras abaixo, comente essas diferenças.

<i>tipo</i>	<i>típico</i>	<i>agrônomo</i>	<i>agronômico</i>
<i>esqueleto</i>	<i>esquelético</i>	<i>divino</i>	<i>Divinópolis</i>
<i>agradar</i>	<i>agradável</i>	<i>riso</i>	<i>risonho</i>
<i>preferir</i>	<i>preferível</i>	<i>enfado</i>	<i>enfadonho</i>

5) Considerando a hipótese do molde acentual trocaico, tal como vai proposta por Bisol (1994) e por Massini-Cagliari (1999) e a hipótese do acento morfológico, tal como vai proposta por Andrade (1994), estabeleça as diferenças quanto às interpretações dadas para a acentuação das palavras abaixo.

<i>sofá</i>	<i>sofazinho</i>	<i>crochê</i>	<i>crocheteira</i>
<i>café</i>	<i>cafeteira</i>	<i>nó</i>	<i>nódulo</i>
<i>tricô</i>	<i>tricotar</i>	<i>paletó</i>	<i>paletozeiro</i>

6) Na medida em que a acentuação da língua portuguesa foi o resultado da conservação da sílaba tônica do latim, cuja acentuação considerava o peso silábico da penúltima sílaba, isto é, esta, sendo breve, deslocava o acento para a antepenúltima — *fe.nés.tra*, *bis.coc.tu* —; justifique a posição do acento nas palavras abaixo.

<i>nódoa</i>	(< nŏtŭla)	<i>letra</i>	(< lĭttera)
<i>cabelo</i>	(< cāpillu)	<i>permito</i>	(<permitto)
<i>dedo</i>	(< dĭgĭtu)	<i>apelo</i>	(< appelo)

7) Algumas das regras de acentuação gráfica preconizam que paroxítonas terminadas em “*r l n x*” como *ímpar*, *móvel*, *hífen*, *tórax*, devem ter sinal diacrítico marcando a sílaba tônica. Tal fato está de acordo com a hipótese do molde trocaico. Considerando as palavras abaixo, verifique como as regras de acentuação gráfica interpretam os segmentos finais [s], ora grafado com “z” ora com “s”.

<i>capataz</i>	<i>lápiz</i>	<i>amazonas</i>	<i>através</i>
<i>rapaz</i>	<i>grátis</i>	<i>bodas</i>	<i>convés</i>
<i>perspicaz</i>	<i>oásis</i>	<i>copas</i>	<i>cortês</i>
<i>arroz</i>	<i>tênis</i>	<i>messias</i>	<i>malês</i>
<i>fugaz</i>	<i>cútis</i>	<i>antes</i>	<i>revestrés</i>

---

<i>gravidez</i>	<i>púbis</i>	<i>caos</i>	<i>retrós</i>
<i>arcabuz</i>	<i>bônus</i>	<i>menos</i>	<i>após</i>
<i>matriz</i>	<i>vírus</i>	<i>reles</i>	<i>viés</i>

8) Desde o ponto de vista da hipótese do molde trocaico, descreva os processos de acentuação das formas verbais transcritas abaixo.

<i>cantei</i>				<i>chego</i>
<i>cantou</i>	<i>ouvia</i>	<i>soubesse</i>	<i>pulava</i>	<i>chega</i>
<i>cantamos</i>	<i>ouvíamos</i>	<i>soubéssemos</i>	<i>pulávamos</i>	<i>chegamos</i>
<i>cantaram</i>	<i>ouviam</i>	<i>soubessem</i>	<i>pulavam</i>	<i>chegam</i>

9) Tomando os mesmos dados do exercício anterior, descreva os processos de acentuação, segundo a hipótese do acento morfológico de Andrade (1994).

10) A partir dos dados abaixo, descreva como a hipótese do molde trocaico estabelece uma tensão com o padrão silábico da língua portuguesa.

<i>rapto</i>	<i>táxi</i>
<i>adepto</i>	<i>eclipse</i>
<i>invicto</i>	<i>ritmo</i>
<i>afta</i>	<i>pacto</i>
<i>óvni</i>	<i>sexo</i>

# Glossário

**ALGORITMO** - Sequência predefinida de instruções que visam a alcançar sempre o mesmo resultado.

**CLASSE NATURAL** - Definem-se as classes naturais de segmentos pelas características comuns que possuem, na medida em que tais características sujeitam-nos às mesmas regras

**COGNITIVISMO** - Hipótese de análise linguística que se desenvolveu a partir do último quartel do século vinte. Tem como proposta de análise compreender o funcionamento das línguas naturais em sua interação com as demais capacidades próprias do cérebro humano. Trata-se mais propriamente da descrição dos modos de pensamento do homem, do que da descrição de fatos linguísticos tomados isoladamente. As recentes descobertas, referentes ao funcionamento do cérebro, permitiram o estabelecimento de novas hipóteses quanto à formação das capacidades humanas da linguagem. As línguas naturais apresentam-se como fenômenos cognitivos adquiridos individualmente conforme a experiência e a interpretação particular de cada falante. A diversidade linguística é o resultado de experiências humanas comuns a um grupo de indivíduos que, interagindo entre si, estabelecem interpretações semelhantes, mas não necessariamente idênticas, aos dados linguísticos que se lhes oferecem os demais falantes.

**DIACRÍTICO** - Marcas concretas e marginais que têm por objetivo salientar diferenças entre dois ou mais conjuntos de fatos semelhantes.

**DISTRIBUIÇÃO COMPLEMENTAR** - Trata-se de uma característica de algumas unidades linguísticas cujas variantes têm seu uso condicionado a determinados ambientes.

**ESTRUTURALISMO** - Hipótese linguística que se desenvolve no início do século vinte com os trabalhos de Ferdinand de Saussure. Contrapõe-se às hipóteses anteriores, estabelecendo uma diferença entre a análise histórica, chamada diacrônica, e a análise descritiva de um determinado estado de língua em um momento preciso, chamada sincrônica. Propõe que a língua seja um conjunto organizado de unidades que se articula na forma de sistemas coerentes e que se estabelecem por oposição umas às outras. As unidades são definidas em dois níveis básicos, chamados primeira e segunda articulação. Define-se a primeira articulação pela presença de unidades chamadas *signos linguísticos*, construção teórica que se caracteriza pela presença de um *significado*, concebido como fenômeno subjetivo comum a todo o grupo de falantes e que se estabelece a partir de recortes semânticos próprios de cada cultura, e pela presença de um *significante*, concebido como um fenômeno abstrado extraído das possibilidades articulatórias do aparelho fonador. Define-se a segunda articulação pela presença de unidades abstradas no significante que se opõem para distinguir signos linguísticos. A análise do significante é matéria própria da fonologia, tal como foi concebida no Círculo Linguístico de Praga. As unidades do significante são chamadas de *fonemas* e se estabelecem pelas oposições distintivas que se formam na língua.

**FONEMA** - Unidade mínima do significante, que se define pela oposição às demais. Caracteriza-se por ser tomada como um

conjunto indivisível de traços articulatorios. É uma forma abstrata da língua, no sentido saussuriano, que pode assumir diversos valores na fala, também no sentido saussuriano. Cada um desses valores é tomado como *variante*.

GERATIVISMO - Hipótese de análise linguística que se desenvolve a partir de meados do século vinte, com os trabalhos de Noam Chomsky. Contrapõe-se às hipóteses do estruturalismo norte-americano, defendendo que a língua é uma capacidade inata do ser humano e não somente uma construção cultural. A descrição linguística será, portanto, a descrição das características próprias de uma faculdade humana específica, chamada *competência linguística*. A diversidade linguística é, pois, mediada por uma competência linguística comum a todos os seres humanos definida por um ou mais conjuntos de regras universais geradoras de todos os sistemas. A hipótese da fonologia gerativa, desenvolvida a partir dos anos sessenta, estabelece um conjunto de traços fonéticos universais, considerados as unidades menores, que, em conjunto, formam os segmentos próprios de cada língua. A organização dos traços fonológicos obedece a regras universais e a regras particulares de cada língua.

GRAMÁTICA TRADICIONAL - Hipótese de descrição linguística, baseada nos estudos que se desenvolveram a partir das primeiras formalizações gramaticais feitas entre os clássicos gregos e latinos. Assume a existência de uma forma final para o uso da língua, particularmente aquela usada pelos autores consagrados, dando como *certo*, em oposição a todos os demais usos, a que tomam como *errado*. Pressupõe a cristalização de formas, presumindo que apenas o conhecimento das origens da língua oferece segurança para o estabelecimento de seu uso atual.

GRUPO ÉTNICO - Hipótese defendida por Fredrik Barth que presume um sentimento particular de coesão de um conjunto

de indivíduos nas relações que se estabelecem com outros conjuntos de indivíduos com os quais fazem fronteira. A diferença entre os grupos étnicos pode manifestar-se de maneira vária, de acordo com as necessidades próprias de cada grupo.

**MORA** - Unidade relativa de tempo gasto na produção de determinado conjunto de segmentos. A mora é geralmente atribuída aos segmentos que ocorrem em posição de rima silábica, isto é, núcleo ou coda. A contagem de moras caracteriza uma tipologia de línguas: línguas em que se contam moras e línguas em que se contam sílabas.

**PAR MÍNIMO** - Conjunto de duas unidades linguísticas que se diferenciam, especialmente, por uma unidade linguística menor.

**SEGMENTO** - Cada um dos conjuntos de traços fonéticos produzidos e percebidos pelos falantes. Para a hipótese gerativista, os segmentos diferenciam-se dos fonemas da hipótese estruturalista na medida em que estes são tratados como unidades distintivas e aqueles são tratados como unidades que apenas se reportam ao conjunto de traços fonéticos realizados pelo falante.

**TRAÇO** - Cada um dos elementos que formam um segmento. Na fonologia gerativa, os traços são interpretados como fatos universais e se restringem a um conjunto limitado de características articulatórias.

# Bibliografia

ACADEMIA Brasileira de Letras. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: A Academia, 1999.

AGUILERA, V.A. Um estudo geolinguístico da iotização no Português. In: Aguilera, V.A. (org.). *Português no Brasil: estudos fonéticos e fonológicos*. Londrina, UEL, 1999. p. 155-79.

ALI, S. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

AMARAL, A. *O Dialeto Caipira*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1981.

ANDERSON, B. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, E. *Temas de Fonologia*. Lisboa: Colibri, 1994. p. 107-30.

ANDRÉ, H. de. *Gramática Ilustrada*. São Paulo: Moderna, 1978.

ARAGÃO, M.S.S. *Análise Fonético-Fonológica do Falar Paraibano*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1977.

ARAUJO, A.M. Breve notícia da ortografia portuguesa. In: PEREIRA, C.C.; PEREIRA, P.R. (orgs.). *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 431-48.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARBOSA, J.M. *Introdução ao Estudo da Fonologia e Morfologia do Português*. Coimbra: Almedina, 1994.

- BARTH, F. Introduction. In: \_\_\_\_\_. *Ethnic Groups an Boudaries*. The social organization of culture difference. Ilinois: Waveland Press, 1969. p. 9-38 [trad. em Português In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. p. 184-227]
- BATTISTI, E.; VIEIRA, M.J.B. O sistema vocálico do português. In: BISOL, L. (org.) *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 159-194.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1976.
- BISOL, L. *Harmonização Vocálica*. 1981. Tese (Doutoramento)-UFRJ, Rio de Janeiro, 1981.
- BISOL, L. O ditongo na perspectiva da fonologia atual. *Delta*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 185-224, 1989.
- BISOL, L. O acento e o pé binário. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 29, p. 25-36, 1994.
- BISOL, L. A sílaba e seus constituintes. In: NEVES, M.H.M. (org.) *Gramática do português falado*. Vol. VII: Novos Estudos. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Humanitas, 1999. p. 701-742.
- BLOCH, M. *Introdução à História*. trad. Maria Manuel e Rui Grácio. Mira-Sintra: Europa-América, 1987.
- BUESCU, M.L.C. Questões Técnicas. In: \_\_\_\_\_. *Babel ou a Ruptura do signo: a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1983. p. 27-143.
- CAGLIARI, L.C. Aspectos aerodinâmicos do Português Brasileiro. In: *Estudos de Filologia e Linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: T.A.Queiroz/EDUSP, 1981. p. 105-16.
- CAGLIARI, L.C. Algumas reflexões sobre o início da ortografia da língua portuguesa. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.27, p. 103-11, 1994.
- CAGLIARI, L.C. *Fonologia do Português*. Análise pela geometria de traços. Campinas: Edição do Autor, 1997.

- CAGLIARI, L.C. A regra de atribuição de acento via afixos. In: AGUILERA, V.A. *Português no Brasil: estudos fonéticos e fonológicos*. Londrina: UEL, 1999. p. 11-35.
- CALLOU, D. et al. Um problema na fonologia do Português: variação das vogais pretônicas. In: PEREIRA, C.C.; PEREIRA, P.R. (orgs.). *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 59-70.
- CÂMARA Jr., J.M. Os fonemas em português. *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 01-30, 1949.
- CÂMARA Jr., J.M. *Princípios de Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977a.
- CÂMARA Jr., J.M. *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977b.
- CÂMARA Jr., J.M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1979a.
- CÂMARA Jr., J.M. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979b.
- CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The Sound Pattern of English*. New York: Harper & Row, 1968.
- CINTRA, G. *Entropia Silábica do Português*. 1978. Dissertação (Mestrado)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.
- CLEMENTS, G.N.; KEYSER, S.J. *CV Phonology*. A generative Theory of the Syllable. Cambridge: The MIT Press, 1983.
- CLEMENTS, G.N. Place of articulation in consonants and vowels: a unified theory. *Working Papers of the Cornell Phonetics Laboratory*, 5, p. 77-123, 1991.
- CLEMENTS, G.N. Phonological primes: features or gestures? *Phonetica*, 49, p. 181-193, 1992.
- COLLISCHONN, G. A sílaba em português. In: BISOL, L. (org.). *Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. p. 95-130.
- COLLISCHONN, G. O acento em português. In: BISOL, L. (org.). *Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. p. 131-64.

- COUTINHO, I.L. *Pontos de Gramática Histórica*. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1954.
- CUNHA, A.G. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DANGELO, J.G.; FANTTINI, C.A. *Anatomia Básica dos Sistemas Orgânicos*. São Paulo: Atheneu, 1995.
- DESBORDES, F. *Concepções sobre a escrita na Roma Antiga*. São Paulo: Ática, 1995. p. 101-19.
- ERNANI, T.; NICOLA, J. *Guia prático de ortografia*. São Paulo: Scipione, 1996.
- FARIA, E. *Vocabulário Latino-Português*. Rio de Janeiro: Briguiet & Cia, 1943.
- FARIA, E. *Fonética Histórica do Latim*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.
- FARIA, E. *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.
- FARIA, E. *Dicionário Escolar Latino*. 6. ed. Rio de Janeiro: FAE/MEC, 1988.
- FERREIRA, E.J. *Magnum Lexicon Novissimum Latinum et Lusitanum*. Paris: Aillaud, 1873.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- GAIA, S.G. *Elementos de Fonética General*. Madrid: Gredos, 1966.
- GOLDSMITH, J.A. *Autosegmental and Metrical Phonology*. Cambridge: Blackwell, 1990.
- GONÇALVES, M.F. Antecedentes da Ortografia Portuguesa. In: \_\_\_\_\_. *Madureira Feijó: ortografista do século XVIII*. Lisboa, Ministério da Educação, 1992. p. 35-49.
- GRAMMONT, M. La syllabe. In: \_\_\_\_\_. *Traité de Phonétique*. Paris: Librairie Delagrave, 1960. p.97-104.

- HALLE, M.; STEVENS, K.N. A note on laryngeal features. *Quarterly Progress Report*. (Research Laboratory of Electronics, MIT), v. 101, p. 198-213, 1971.
- HALLE, M.; VERGNAUD, J.-R. *An Essay on Stress*. Cambridge: MIT Press, 1990.
- HANKAMER, J.; AISSIN, J. The sonority hierarchy. *Papers from Parasession on Natural Phonology, CLS*. University of Chicago, v. I, n. 11, p. 131-45, 1974.
- HAYES, B. *Metrical Stress Theory*. Principles and Case Studies. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- HOCKETT, C.F. Syllables and juncture. In: \_\_\_\_\_. *Manual of Phonology*. Baltimore: Waverly Press, 1955. p. 51-64.
- HOUAISS, A. *A Nova Ortografia da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1991.
- HUBER, J. *Gramática do Português Antigo*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1986.
- INTERNATIONAL Phonetic Association. *Handbook of the International Phonetic Association*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- ITÔ, J. *Syllable theory in prosodic phonology*. 1986. Tese (Doutoramento)-University of Massachusetts, Amherst, 1986.
- LEBRUN, Y. *Anatomie et Physiologie de l'Appareil Phonatoire*. Bruxelles: Labor; Paris: Nathan, 1968.
- LEVI-STRAUSS, C. Raça e História. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. pp. 328-66.
- LIEBERMAN, P.; BLUMSTEIN, S.E. A quantitative introduction to the physiology of speech. In: \_\_\_\_\_. *Speech physiology, speech perception, and acoustic phonetics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 3-15.
- LIMA, R. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- LÓPEZ, B.S. *The Sound Pattern of Brazilian Portuguese (Cariocan Dialect)*. 1979. Tese (Doutoramento)- University of California, Ann Harbor, 1979.

- LUDTKE, H. Fonemática portuguesa. I - consonantismo. *Boletim de Filologia*, v. XIII, n. 1/2, p. 273-88, 1952.
- LUDTKE, H. Fonemática portuguesa. II - vocalismo. *Boletim de Filologia*, v. XIV, n. 3/4, p. 197-217, 1953.
- LUFT, C.P. *Gramática Resumida*. Porto Alegre: Globo, 1978.
- LYONS, J. *Introdução à Linguística Teórica*. São Paulo: Nacional, 1979.
- MACHADO, J.P. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Confluência, 1967.
- MARTINS, M.R.D. *Ouvir falar*. Introdução à fonética do português. Lisboa: Caminho, 1988.
- MASSINI-CAGLIARI, G. *Acento e ritmo*. São Paulo: Contexto, 1992.
- MASSINI-CAGLIARI, G. A evolução da noção de "pé" na fonologia. *Estudos Linguísticos*, [S.l.], v. XXIV, p. 98-102, 1995.
- MASSINI-CAGLIARI, G. *Do poético ao linguístico no ritmo dos trovadores: três momentos da história do acento*. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999.
- MATEUS, M.H.M. *Aspectos da Fonologia Portuguesa*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigações Científicas, 1982.
- MATEUS, M.H.M. *Fonética, fonologia e morfologia do português*. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.
- MATEUS, M.H.M. Fonologia. In: FARIA, I.S. et al. (orgs.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996. p. 171-199.
- McMINN, R.M.H.; HUTCHINGS, R.T.; LOGAN, B.M. *Atlas Colorido de Anatomia da Cabeça e do Pescoço*. [s.l.]: Artes Médicas, 1989.
- MELO, G.C. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- MONTEIRO, J.L. As descrições fonológicas do português do Ceará: de Aguiar a Macambira. In: SOARES, M.E.; ARAGÃO, M.S.S. (orgs.). *Programas e Resumos - XVII Jornada de Estudos Linguísticos*. Fortaleza: UFC / GELNE, 1999.
- MOTA, J.A. Consoantes constrictivas implosivas e vogais pretônicas no nordeste. *Abralin*. Boletim da Associação Brasileira de Linguística, v. 15, p. 233-7, 1994.

- NASCENTES, A. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves e outros, 1932.
- NASCENTES, A. *O Linguajar Carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- NASCENTES, A. *Dicionário Etimológico Resumido*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1966.
- ODDEN, D. On the role of the obligatory contour principle in phonological theory. *Language*, v. 62, n. 2, p. 353-83, 1986.
- OITICICA, J. *Roteiros em Fonética Fisiológica, Técnica do Verso e Dição*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1955.
- PELLAT, J.-C. Recenseamento crítico das definições de grafema. In: CATACH, N. (org.) *Para uma Teoria da Língua Escrita*. São Paulo: Ática, 1996. p. 132-50.
- PENHA, J.A.P. *Português Rural de Minas Numa Visão Tridimensional*. Franca: Unesp, 1997.
- PEREIRA, E.C. *Gramática Expositiva: curso superior*. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1918.
- PIKE, K.L.; PIKE, E.V. Immediate constituents of mazateco syllables. *International Journal of American Languages*, v. 13, n. 2, p. 78-91, 1947.
- PONTES, I. A variação [ʎ] ~ [y] no falar rural do norte do Paraná. In: AGUILERA, V.A (org.). *Português no Brasil: estudos fonéticos e fonológicos*. Londrina: UEL, 1999. p. 143-54.
- RAVIZZA, J. *Gramática Latina*. Niterói: Escolas Profissionais Salesianas, 1940.
- SAMPSON, G. *Sistemas de Escrita: tipologia, história e psicologia*. São Paulo: Ática, 1996.
- SANTOS, M.J.A. *Da Visigótica à Carolina: a escrita em Portugal de 882 a 1172 (aspectos técnicos e culturais)*. [s.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.
- SAUSSURE, Ferdinand de. Appendice. Principes de Phonologie. In: \_\_\_\_\_. *Cours de Linguistique Generale*. Édition Critique Préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot, 1974. p. 63-95 (trad. portuguesa *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 49-78).

SEQUEIRA, F.J.M. *Apontamentos acerca do Falar do Baixo-Minho*. Lisboa: Revista de Portugal, 1957.

SILVA, R.V.M. *O Português Arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA NETO, S. *Divergência e Convergência na Evolução Fonética*. Niterói: Gráfica Dias Vasconcelos, 1940.

STEVENS, K.N.; KEYSER, S.J. Primary features and their enhancement in consonants. *Language*, v. 65, n. 1, p. 81-105, 1989.

TARALLO, F. *Tempos Linguísticos*. Itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1990.

TOLEDO NETO, S.A. Relação grafema/fonema no Português antigo. *Estudos linguísticos*, v. 24, p. 636-42, 1995.

TROUBETZKOY, N.S. *Principes de Phonologie*. trad. J. Cantineau, do original de 1939. Paris: Klincksieck, 1970.

TROUBETZKOY, N.S. *Principios de Fonología*. trad. Luis J. Prieto, do original de 1939. Madrid: Cincel, 1973.

VASCONCELOS, C.M. (s.d. [1912/13]). Latim vulgar. O acento. Alma da palavra. In: \_\_\_\_\_. *Lições de filologia Portuguesa segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13*. Lisboa: Martins Fontes. p. 252-9.

VASCONCELOS, J.L. de. *Filologia Barranquenha*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1955.

VIANA, A.R.G. *Ortografia Nacional*. Lisboa: Viuva Tavares Cardoso, 1904.

VIANA, A.R.G. *Estudos de Fonética Portuguesa*. Trabalhos publicados em 1883, 1892 e 1906. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973.

VIEGAS, M.C. *Alçamento de Vogais Pretônicas: uma abordagem sociolinguística*. 1987. Dissertação (Mestrado)- UFMG, Belo Horizonte. 1987.

WETZELS, L. The lexical representation of nasality in Brazilian Portuguese. *Probus*, v. 9, p. 203-32, 1997.

## Respostas dos exercícios das páginas 59 - 61

- 1) a)  guarda       carro  
b)  engraçado       inquieto  
c)  água       amigo  
d)  aquele       escolha  
e)  fôrmica       líquido
- 2) a)  face       esbórnica  
b)  conversa       embate  
c)  revolta       ânimo  
d)  semblante       apatia  
e)  inflado       apatia
- 3) a)  velho       mesa  
b)  escoima       cachimbo  
c)  corpo       ânimo       bolo  
d)  prata       começo  
e)  juba       medo
- 4) a)  rio  
b)  mesa  
c)  prego  
d)  gema  
e)  carimbo
- 5) a)  recusei       comerei  
b)  édito       bilíngue  
c)  limítrofe       pelecoide  
d)  perfume  
e)  segredo       inexequível

- 6) a) bicicleta                      rechonchudo  
 b) corrente                        rampinha  
 c) xícara                          admissão  
 d) substância                    adubagem  
 e) rápido                         empresa

7) *Essas vargem aí, sempre eu planto esses marianero. Marianero dá muitas frutas, né? Chega o tempo de que está amarelando, vem pombinho legítimo de tudo quanto é alto, aí.*

*Nem parece que o cultivo de cacau está vivendo uma das piores crises de todos os tempos. Esta plantação continua de pé e os agricultores de cabeça erguida, apesar dos preços baixos do produto e da vassoura-de-bruxa, a doença que arrasa os cacauzeiros. A explicação para o sucesso é o modelo da administração da fazenda: a velha conhecida parceria.*

### **Respostas dos exercícios das páginas 145-147**

1) O falante reconhece o papel das cordas vocais porque faz regularmente a substituição de fricativas surdas por oclusivas surdas e fricativas sonoras por oclusivas sonoras: /t/, /s/ , /ʃ/ e /f/ realizam-se como [t] e /d/ , /z/ , /ʒ/ e /v/ realizam-se como [d].

2) Em todos os casos, verifica-se que houve mudança quanto aos articuladores passivos *palato* e *alvéolos*.

3) Em todos os casos, verifica-se que houve mudança do articulador passivo, alvo do movimento coronal, variando entre *palato* e *alveolos*.

4) Na fala do dialeto paulistano, há oposição entre as os segmentos [w] e [r], grafados respectivamente “l” e “r”. Na fala do dialeto

caipira, não há essa oposição, ocorrendo apenas a forma convergente [ɹ].

5) Na fala do dialeto caipira, não ocorre o segmento pré-palatal [ʎ], grafado “lh” que é suprimido. Na fala do dialeto paulistano o segmento alveolar /l/ tem forma convergente com o segmento pré-palatal /ʎ/, realizando-se, ambos, como [lʲ]

6) A harmonização vocálica da vogal tônica com a vogal final caracteriza-se de forma mais intensa quando a vogal final é a vogal baixa /a/. Nos casos em questão a vogal final é alta, /u/, trazendo instabilidade à variação.

7) A realização dos termos *dois* e *arroz* e dos termos *dez* e *pastéis* assemelham-se quanto à ditongação que se percebe /axós/ > [axójs] e /dés/ > [déjs].

### **Respostas dos exercícios das páginas 175-177**

1) No caso dos termos como, por exemplo, *sublevar* ou *ablução* é possível verificar-se a epêntese de um [i], criando uma nova sílaba: [su.bi.le.vár] ou [a.bi.lu.sãw].

2) Duas respostas são possíveis. Uma justifica essa ausência pela tendência que já ocorria no latim e que culminou com a falta de diferenças entre a forma acusativa; outra justifica pela hipótese do arquifonema nasal que, por ser debucalizado, não tem realização fonética independente, mas apenas realizando-se pela nasalização da vogal precedente. Na medida em que, segundo essa mesma hipótese, o português não teria vogais nasais, a supressão fonética da nasalidade é mera consequência desse arquifonema.

3) As possibilidades de segmentação dessas palavras decorrem de se considerar ou não a existência de ditongos crescentes na língua portuguesa, tanto em sílaba átona, quanto em sílaba tônica. As sequências átonas de [i] e [a], [i] e [e], por exemplo, podem ser interpretadas como monossilábicas, formando um ditongo crescente [ja] ou [je], como em *ciên[.sja]*, em *superfí[.sje]* e em *nobi[.ljar.]quia* ou podem ser interpretadas como formas dissilábicas como em *ciên[.si.a]*, em *superfí[.si.e]* e em *nobi[.li.ar.]quia*. Essa interpretação torna proparoxítonas aquelas em que a sequência ocorre em posição final, justificando, assim, o acento marcado graficamente. No caso das sequências em que o segundo segmento recebe acento, de [i] e [á], ou de [i] e [ú], ou de [u] e [í], a relação que se estabelece entre eles é a mesma do caso das sequências átonas, no entanto, é comum que se considerem estas sequências como hiato e não como ditongo: [si.êj. sja], [pi.á.da], [vi.ú.va], [ku.í.ka].

4) Os ataques silábicos na língua portuguesa formam-se somente pela presença de um segmento aproximante [r], [l], [j] ou [w]. Dessa maneira as palavras escritas com a inserção de uma vogal, *peneu* e *píssico*, são consequência dessa restrição, que desfaz os ataques [pn] e [ps] pela inserção de uma vogal nas formas originais das palavras. A representação gráfica dessas formas apenas reflete essa tendência na fala. Também há restrições quanto às codas silábicas formadas por segmentos obstruintes. O princípio é o mesmo do que foi descrito para os ataques: também ocorre inserção de segmentos vocálicos, como em *ét[i]nicos*, em *ad[i]quirir* ou em *ad[e]vogado*. Novamente a representação gráfica apenas reflete essa tendência. No caso das formas em que houve a supressão do elemento vocálico, como em *capitalismo*, *abto*, *propiciando* e *etmologia*, justifica-se o fato como hipercorreção, já que o falante reconhece a existência de formas eruditas em que há codas obstruintes.

5) Os segmentos /r/ realizam-se como aproximantes ápico-pré-palatais apenas em posição de coda silábica e, no caso de ataque silábico, realizam-se como o *tap* [r]. Dessa maneira, se o segmento que ocorre à direita for vocálico, o segmento /r/ se realizará como [r] porque haverá silabificação do segmento, que acabará ocupando uma posição de ataque silábico.

6) Os segmentos /s/ realizam-se em alguns dialetos do português como [ʃ] especialmente em posição de coda silábica. Se o segmento ocorrer em final de palavra precedendo um segmento sonoro, haverá antecipação das sonoridade, realizando-se como [z].

7) Os ditongos verdadeiros realizam-se com ambos os segmentos enquanto os ditongos falsos geralmente não realizam com a semivogal. Assim, em “afoito”, “boina”, “gaita” “jeito” e “reina” temos ditongos verdadeiros, na medida em que não é comum que ocorra a supressão da semivogal \*[afoto], \*[bóna], \*[gáta], \*[zétu] e \*[xéna]. As realizações [fáʃa], [améʃa], [fêʃi], [báʃu], [kaʃóʃi] e [éʃu] são bastante comuns, o que aponta para o fato de serem ditongos falsos.

8) Ocorre a supressão da consoante fricativa surda [s] nos ambientes em que ela ocorre precedendo outra fricativa, como em “roupas secas” ou em “bons jantares” ou, ainda, em “filmes chatos”, por exemplo. Trata-se da supressão da fricativa à esquerda do encontro consonantal pelo fato de que “bons jantares” e “filmes chatos” realizam-se como [bó<sup>w</sup>ʒã<sup>pl</sup>áris] e [fĩwmiʃátus], com a supressão do segmento [s] e manutenção do que se lhe seguia [ʒ] e [ʃ].

9) No caso do exercício anterior, a fricativa surda ocorria em posição de coda silábica, neste caso, ocorre em posição de ataque silábico. A ocorrência dos encontros consoantais [sʃ], [ss],

[sʒ] e [sz] decorre da supressão das vogais átonas que seguem o segmento [s]. Não houve as supressões dos ataques silábicos.

10) Tomando por base as palavras referidas, pode-se verificar que em determinados dialetos do português, os segmentos [r] e [ʀ] convergem numa mesma forma [ɹ]. É o caso das palavras [fó.ɹsa] e [pɹ.átu], do dialeto caipira, que ocorrem como [forsa] e [pratu], respectivamente, no dialeto paulistano. Não há, entretanto, oposição significativa dessas formas [r] e [ʀ] nessas posições, mesmo no dialeto paulistano.

### Respostas dos exercícios das páginas 198-200

1) O modelo de modo acentual trocaico pressupõe que a estrutura silábica da língua portuguesa seja observada no estabelecimento do acento lexical. Dessa maneira, para atribuir o acento, será necessário que se leve em consideração a quantidade de posições que ocorrem em uma rima silábica. Por se tratar de um molde trocaico, o modelo interpreta que as duas últimas posições da rima silábica estarão sempre na sequência “tônica” + “átona”, ou seja (+ .), que não se marca graficamente. Se as rimas silábica se formarem com uma posição, como é o caso de “ca.[be.sa]”, o acento segue o molde trocaico para essas posições, e teremos “ca.[bé.sa]”, porque as duas últimas posições de rima silábica são [e] e [a]. No caso de encontrarmos sílabas com rima ramificada e, portanto, com duas posições, a acentuação será oxítone, como em “lu.[gár]”, porque as duas últimas posições de rima silábica são [a] e [r]; o mesmo se daria com “cora.[sǽw]”, em que as duas últimas posições são [ǽ] e [w], formando um ditongo. As regras de acentuação gráfica na língua portuguesa estabelecem que, se o acento lexical ocorrer na terceira posição de rima silábica, que essa seja marcada por um diacrítico. No caso das palavras *ânsia*, *mágoa*, *ciência*, *mútuo*, *cárie*, *óleo*, citadas, há sempre

duas posições de rima silábica depois do acento lexical, e, portanto, tem de haver marcação gráfica.

2) A língua portuguesa apresenta um padrão de acento lexical tipicamente trocaico. Dessa maneira, a sequência final das rimas silábicas ocorrem sempre na sequência tônica e átona: CVCV, CVV ou VC. Esse padrão exclui tanto as proparoxítonas VCVCV, quanto as oxítonas uma só posição de rima silábica acentual final CVCV, por exemplo. Considerando-se que as palavras citadas têm mais de duas posições de rima silábica após o acento lexical, como em *mé.di.co*, ou *xí.ca.ra* fugindo pois do molde trocaico, entende-se que os falantes optaram pela adequação prosódica dessas palavras ao molde trocaico, pela supressão de posições de rimas silábicas.

3) A hipótese do acento morfológico estabelece que a acentuação lexical da língua portuguesa seja sensível a constituição morfológica da palavra, reconhecendo os limites entre o radical e seus sufixos. Segundo essa hipótese, o acento lexical vai na última sílaba do radical. Dessa maneira em *rapaz*, o acento vai em [as], em *mato* vai em [ma] e em *sofá* vai em [fa] porque são essas as últimas sílabas dos radicais dessas palavras. Ao se acrescentar elementos que se incorporem ao radical, o acento se desloca para a mova última sílaba do radical, como foi em *rapazola* e *sofazinho*. respectivamente [zo] e [zi].

4) Andrade (1994) e Cagliari (1999) propuseram que tonicidade ou atonicidade seja uma propriedade intrínseca dos morfemas que compõem o lexico. Um morfemaônico será sempre o responsável pelo acento lexical e um morfemaônico sempre rejeitará esse acento. Morfemas como {-on}, por exemplo, são tônicos e, portanto, levam o acento lexical, como em *riso* > *risonho*. Morfemas como {-ik}, por exemplo, são átonos e, portanto,

rejeitam o acento lexical, mesmo à custa do molde trocaico, como em *tipo* > *típico*.

5) A hipótese do molde trocaico estabelece que um pé trocaico (+ .) ocorra na margem direita das palavras, o que exige a presença de pelo menos uma sílaba como rima ramificada nessa posição. A derivação sufixal acrescenta duas sílabas, que formam um pé trocaico nessa posição: {-i.no}. Como nas palavras derivadas sempre há a presença de uma consoante “sofazinho” < sofa + {-z} + {-i.no}, “cafeteira” < café + {-t} + {-eira}, o modelo assume que a palavra original já contasse fonologicamente com uma rima ramificada, que apenas se manifesta foneticamente quando ocorrem processos fonológicos lexicais. A hipótese do acento morfológico, por sua vez estabelece que será a última sílaba do radical que deverá ser portadora do acento lexical. A derivação sufixal tem a propriedade de alongar o radical. No caso de “sofazinho”, recebe o sufixo {-i.n}, e a vogal temática {-o}. Dessa maneira o radical se torna {so.fa.zi.n-}, com o acento na sua última sílaba.

6) Como o labim era uma língua que contava três moras a partir da margem direita para o estabelecimento de seu acento lexical, a posição do acento era sempre previsível. Palavras como “nõtŭla”, “littera” ou “dĭgĭtu”, em que apenas se manifestavam duas sílabas finais não ramificadas, “nõ.tŭ.la”, “lĭt.te.ra” ou “dĭ.gĭ.tu”, recebiam acento na antepenúltima sílaba – “nõ”, “lĭt” e “dĭ”, respectivamente –, tornando-se proparoxítonas. Palavras como “permitto”, “căpillu” ou “appelo”, em que se manifestavam sílabas ramificadas, “per.mit.to”, “că.pil.lu” e “ap.pel.lo”, recebiam acento na penúltima sílaba – “mit”, “pil” e “pel”, respectivamente. A conservação da sílaba acentuada foi bastante regular nessa mudança latim > português.

7) Para as palavras com acento na sílaba final, a hipótese do molde trocaico assume que essa sílaba tenha sempre uma rima ramificada. Dessa maneira, palavras como “capataz”, “rapaz”, têm a sílaba final ramificada, com [a] e [s], nas posições de núcleo e coda, respectivamente. Trata-se, portanto de uma sílaba pesada. As regras para a acentuação gráfica consideram esse fato regular da língua e preconizam que não se marque a sílaba acentuada. No entanto, o modelo do molde trocaico assume que também as palavras “amazonas” e “através” tenham as sílabas finais com rima ramificada na [nas] e [ɛs], com as vogais ocupando as posições de núcleo e a fricativa [s] ocupando as posições de coda. As regras de acentuação gráfica do português não consideram o molde trocaico para as palavras terminadas em [s], estabelecendo um critério somente gráfico para a acentuação.

8) A hipótese do molde trocaico estabelece que sempre haverá um pé métrico trocaico nas duas sílabas finais da palavra. Não havendo duas sílabas, a última sílaba terá rima ramificada. Dessa maneira, as formas lexicais verbais, ao se flexionarem, têm de estar de acordo, segundo o modelo, do pé métrico trocaico final. Nas formas lexicais referidas, ocorrem apenas duas exceções: “soubéssemos” e “pulávamos”. Para essas formas, o modelo do molde trocaico tem de considerar tais ocorrências como exceção à regra ou estabelecer que haja extrametricidade em algumas das sílabas postônicas. Os casos em que haja rima ramificada na sílaba final, mas a forma mantém o acento na penúltima sílaba, como em “pulam”, “ouviam” e “chegam”, há que se considerar que a coda dessa última sílaba, que tem estatuto de flexão, é extramétrica.

9) A proposta de Andrade (1994) estabelece que o acento vai na última vogal do radical derivacional, mas, havendo uma vogal interveniente, que anteceda as marcas de flexão, classe e núme-

ro, essa vogal intermediária será considerada extramétrica. No caso dos verbos flexionados, paroxítono, como “cantamos”, “soubesse” e “pulava”, o radical derivacional apresenta a última vogal acentuada: canta] mos], soube] sse e pula\_] va; no caso das forma oxítonas, como “cantei” ou “cantou”, ocorre o mesmo: cante] i e canto]u. Para as formas proparoxítonas, como em “ouvíamos” e “soubéssemos”, o artifício da extrametricidade pode ser utilizado: ouvi] <a > mos, soube] <sse > mos.

10) Na medida em que o molde trocaico pressupõe que a tendência mais forte da língua portuguesa é estabelecer uma sequência rítmica final (+ .), assume que as forma proparoxítonas devem ou simplesmente ser evitadas ou sofrer um processo de adaptação, como é o caso de “chácara”, que se torna “chacra” na fala fluente, derivando-se facilmente em “chacrinha” e não \*chacarinha. No entanto, essa proposta se choca com outra tendência forte da língua portuguesa, que diz respeito à formação silábica. Palavras que apresentem consoantes obstruintes em colda silábica também ou são evitadas ou sofrem um processo de adaptação, como epêntese vocálica: “club” > “clube”, “advogado” > “adevogado” ou por exemplo. No entanto, nas palavras referidas, como “rpto”, “adepto”, “táxi”, “sexo” a epêntese vocálica — “\*rápito”, “\*adépito”, “\*táquice” e “\*séquiço”, respectivamente — gera uma forma proparoxítona que, por sua vez, também não está de acordo com a prosódia da fala fluente do português.